

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO

ÁLVARO AMARAL DE F. C. PALMA DE JORGE

SUPREMO INTERESSE

**Protagonismo político-regulatório e a evolução institucional do processo de seleção
dos ministros do STF**

Rio de Janeiro

2016

ÁLVARO AMARAL DE F. C. PALMA DE JORGE

SUPREMO INTERESSE

**Protagonismo político-regulatório e a evolução institucional do processo de seleção
dos ministros do STF**

Dissertação apresentada à Escola de Direito
do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio
Vargas para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Falcão

Rio de Janeiro

2016

ALVARO AMARAL DE FRANÇA COUTO PALMA DE JORGE

**SUPREMO INTERESSE – PROTAGONISMO POLÍTICO-REGULATÓRIO E A
EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS
MINISTROS DO STF.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Direito da Regulação da Escola
Direito Rio para obtenção do grau de Mestre em Direito da Regulação.

Data da defesa: 24/02/2016

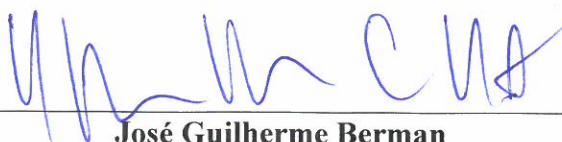
ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

A black ink signature of Joaquim de Arruda Falcão Neto, consisting of a large 'O', a cursive 'de', and a stylized 'Falcão Neto'.

Joaquim de Arruda Falcão Neto
Orientador (a)

A blue ink signature of Thiago Bottino do Amaral, featuring several large, sweeping loops.

Thiago Bottino do Amaral

A blue ink signature of José Guilherme Berman, with a series of connected loops and a final 'B'.

José Guilherme Berman

Jorge, Álvaro Amaral de França Couto Palma de

Supremo interesse: protagonismo político-regulatório e a evolução do processo de seleção dos ministros do STF / Álvaro Amaral de F. C. Palma de Jorge. - 2016.

193 f.

Dissertação (mestrado) - Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas.

Orientador: Joaquim Falcão.

Inclui bibliografia.

1. Políticas públicas. 2. Ministros do Supremo Tribunal Federal – Recrutamento. 3. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. I. Falcão, Joaquim, 1943- . II. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. III. Título.

CDD – 341.4191

Para Nitz

*“Naquela mesa tá faltando ele
e a saudade dele tá doendo em mim”*
(Sérgio Bittencourt)

Nota de agradecimento

Antes de mais nada, desculpas! Milhares delas às muitas pessoas que me ajudaram de alguma forma e que não estão listadas abaixo. Minha desorganização neste tema, no entanto, não pode impedir que eu faça pelo menos alguns registros.

Bianca Menchise, Tania Rangel e Maria Carolina Machado foram incríveis na ajuda para a obtenção de dados junto ao Senado Federal. Na reta final, minha afilhada, Priscilla Mouta, comentou o texto com sinceridade, precisão e elegância únicas, e tudo ficou melhor.

Ao professor Sérgio Guerra, agradeço o apoio e a paciência. Aos professores José Guilherme Berman e Thiago Bottino sou grato pela gentileza de aceitarem avaliar o trabalho e pelo tempo empregado para tanto.

Ao Antonio, agradeço por deixar que eu o ame tanto e a cada dia mais. Agradeço a Luciana, presunçoso que sou, por ser a mulher do ditado.

Nunca terei como agradecer o suficiente ao professor Joaquim Falcão. Não por este trabalho, que é apenas uma parte de um longo caminho. Em 1993, quando eu estava prestes a abandonar o curso de direito, desanimado com a qualidade da educação pública brasileira, ele foi esperança e inspiração. E me fez seguir em frente. Foi o maior dos meus mestres. E continua sendo. Foi amigo preocupado com o futuro e sempre foi gentil com o seu tempo, que tanto desperdicei. Mas não é tudo. Joaquim é um Brasileiro, que pensa o país e suas instituições. Provocador, fornece, a cada texto e encontro, adubo para a mais escondida semente de cidadania.

Finalmente, quatro amigos foram “*bridges over troubled waters*”. Sem eles, neste último ano de profundas transformações na minha vida, este trabalho não teria sido concluído. Muito obrigado a cada um deles. Justifico. Demian Guedes porque me deu coragem. Mesmo mais jovem, todos os dias me ensina muito e compartilha exemplos de vida que preenchem de significado a palavra “liberdade”. Zeca Benjó porque possui *terabites* de gentileza e sabedoria. Na velocidade estrelar de suas histórias, me deixa

sempre com saudades do professor Benjó, mesmo sem tê-lo conhecido. Ao Gustavo Schmidt, que sempre enxerga o copo meio cheio, agradeço porque não me deixou desistir de ver a linha de chegada. Finalmente, meu agradecimento infinito ao cordeirense Paulo Barrozo (pai), que, além do melhor abraço do mundo, transformou a minha vida para sempre, quando me emprestou Paulo e Marco para fazerem parte dela.

Resumo

Partindo da constatação de que o Brasil acompanha hoje um fenômeno global de protagonismo das cortes supremas nas sociedades complexas contemporâneas, notadamente na criação de políticas-públicas e regulação, o estudo procura mapear a evolução – e progressiva democratização – de uma estrutura de freios e contrapesos prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (“Constituição”), qual seja, o processo de seleção dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Ao longo do texto é analisada a arquitetura institucional e constitucional do processo de indicação e aprovação de novos ministros, bem como exemplificadas mudanças no perfil dos atores políticos, no plexo de competências das instituições envolvidas e no contexto social, político, econômico e cultural que forçaram a transformação prática do modelo de seleção institucional, sem alteração, no entanto, da formatação originalmente prevista desde o Século XIX. Mapeando a origem e evolução da fórmula constitucional de colaboração entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo para a escolha dos membros da cúpula do Poder Judiciário, o estudo identifica a origem do modelo brasileiro na inspiração da experiência norte-americana, descrevendo esta e os paralelos possíveis com aquele. A partir do marco central da Constituição, o trabalho procura demonstrar uma progressiva mobilização de atores políticos e sociais em relação ao processo de escolha, notadamente em relação ao momento em que os indicados para o Supremo Tribunal Federal são sabatinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Finalmente, são analisadas concretamente as sabinas e algumas das suas principais discussões, buscando extrair lições que sirvam de norte colaborativo para a evolução da forma de seleção dos ministros do Supremo Tribunal Federal, inclusive como instrumento de controle prévio de seus membros, futuros elaboradores de políticas-públicas.

Palavras-chave: Políticas-públicas. Regulação. Democratização. Freios e contrapesos. Moldura institucional. Ministros. Supremo Tribunal Federal. Constituição. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Abstract

Based on the fact that higher courts are assuming a greater role in Brazil today, as is the global trend in complex contemporary societies, in the shaping of public policy and regulation, the study aims to map the evolution – and progressive democratization – of the checks and balances structure established in the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil, i.e., the selection process of justice for Federal Supreme Court, Brazil's apex constitutional court. The text analyses the institutional/constitutional framework of the selection process for new justices, and exemplify changes in the profile of political players, in the network of competences of institutions involved in the process and in the social, political, economic and cultural context that pushed through the practical transformation of the institutional selection model without altering, however, the format originally established in the 19th Century. By mapping the origin and evolution of the constitutional formula for collaboration between the Executive and Legislative branches in choosing the members of the Judiciary's highest court, the study finds the origin of the Brazilian model in the US experience, describing the latter and making parallels between the two. Taking the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil as a milestone, the work demonstrates the even greater mobilization of political and social players concerning the selection process, especially in relation to the hearings and confirmation of appointments for the Federal Supreme Court by the Federal Senate Constitution, Justice and Civic Rights Commission (CCJ). Finally, the studies analyzes actual CCJ hearing sessions and some of the main discussions therein so as to draw lessons that may guide the debate on the evolution of the selection process of justices to the Federal Supreme Court, including as an early control tool used by those involved in the creation of future public policy through Federal Supreme Court decisions.

Keywords: Public-policy. Regulation. Democratization. Checks and balances. Institutional framework. Selection. Justices. Supreme Court. Constitution. Federal Senate. Confirmation hearings. Federal Senate Constitution, Justice and Civic Rights Commission.

Sumário

I.	Introdução	p.	10
II.	Origens do processo de indicação dos ministros do STF	p.	19
II.1.	A origem norte-americana	p.	26
II.2.	A sabatina norte-americana hoje	p.	34
II.3.	O Brasil não é os Estados Unidos: diferenças a serem consideradas	p.	39
III.	1988 e a progressiva atenção ao processo de escolha dos ministros do STF	p.	46
III. 1.	Executivo: a mudança do perfil do escolhido	p.	53
III. 2.	O Senado acorda	p.	61
IV.	As sabinas	p.	70
IV. 1.	O Senado tem poder	p.	72
IV. 2.	Independência é uma preocupação crescente	p.	76
IV. 3.	Não é possível antecipar o voto do futuro ministro	p.	85
IV. 4.	Temas gerais e particulares: políticas públicas, independência e as diversas preocupações do Senado	p.	93
IV. 5.	Notável saber jurídico e reputação ilibada	p.	103
IV. 6.	O jogo das sabinas era fechado, mas sociedade abriu as portas	p.	113
V.	Saber de experiência vivida	p.	128
VI.	Conclusão	p.	131
VII.	Bibliografia	p.	134

I. Introdução

O Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Corte”) é agente institucional central na arquitetura político-constitucional do Brasil contemporâneo.¹ Em assim sendo, o órgão segue, no Brasil, um fenômeno global presente em sociedades complexas e dotadas de sofisticados ordenamentos jurídicos e rica vida social, política, econômica e cultural, que viram evoluir Cortes cuja posição de ápice institucional toma crescentemente para si papéis legislativo, adjudicatório, regulador, moral-cultural, de formulador de políticas públicas, entre outros.² Estes papéis costumavam estar investidos, no passado, em outros atores institucionais, sendo esta nova forma de atuação estranha ao desenho tradicional de separação de poderes abraçado pelo constitucionalismo ocidental a partir do século XVIII.

Em trabalho clássico sobre o papel adicional de regulador e agente de políticas públicas investido na jurisdição constitucional contemporânea, MALCOLM FEELEY e EDWARD RUBIN fazem útil distinção entre “*judicial interpretation*” e “*judicial policymaking*”.³

Em seu papel de intérprete judicial, esclarecem os autores, o Judiciário usa as fontes formais do direito, tal qual a Constituição, como fonte substantiva das decisões que toma. Já em sua função de regulador mor e autor de políticas públicas, o Judiciário utiliza as fontes formais do direito como fonte de sua jurisdição legal para agir sobre determinados aspectos da vida do país. Em razão dessa atuação, o conteúdo das políticas públicas acaba ficando significativamente no âmbito da discricionariedade do Judiciário, como agente regulador e político.

¹ A referência é especialmente aplicável ao período pós-1988.

² Nas palavras de Joaquim FALCÃO, “*O Século XX pode ter sido o século dos Executivos fortes. Mas o século XXI será o século dos Supremos fortes*”. Cf., a propósito: *O Supremo*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015, p. 38.

³ FEELEY, Malcom M. *Judicial Policy Making and the Modern State: how the Courts reformed America's prisons*. New York: Cambridge University Press, 2000.

Exemplo importante oferecido por FEELEY e RUBIN é o de como as cortes federais nos Estados Unidos, incluindo a Suprema Corte, utilizaram a Oitava Emenda à Constituição Americana não para prover “*a source of standards, but as a basis for judicial jurisdiction*”⁴ sobre o sistema penal americano.

Essa emenda constitucional determina que “*excessive bail shall not be required, nor excessive fines imposed, nor cruel and unusual punishments inflicted*”. Assim, utilizando-a como fonte legal de sua jurisdição, as cortes federais, a partir da década de 1960, tomaram o controle e administraram, em detalhes, vastos sistemas carcerários estaduais nos Estados Unidos. Assumindo a postura de agente regulador e formulador de políticas públicas prisionais, as cortes federais socorreram-se de “*correctional literature, sociology, and their own perceptions of political morality*”.⁵

Este exemplo ilustra como a mudança do papel da jurisdição constitucional em sociedades complexas e ordenamentos jurídicos sofisticados escapa ao modelo clássico do papel do Judiciário no sistema de separação de poderes. A realidade, porém, não é escrava da inércia. Cabe a nós buscar entendê-la da melhor maneira possível e trabalhar com ela de forma imaginativa para aperfeiçoar o universo institucional herdado.

Por aqui, o Supremo Tribunal Federal, utilizando a Constituição de 1988 ora como fonte substantiva das decisões que toma, ora como fonte de competência para inovar em termos de ação regulatória e formulação de políticas públicas, repete o mencionado fenômeno global crescente.

Exemplo contundente desse fenômeno pode ser extraído do conjunto de decisões do Supremo na área de saúde. Atuando de forma por vezes repressiva e por vezes paralela e suplementar às instituições do setor, o Supremo decidiu diversas controvérsias, definindo, na prática, novas regras para o setor. Alguns precedentes valem ser lembrados, como, por exemplo: (i) a criação da obrigatoriedade de fornecimento de fraldas descartáveis (ARE nº 744.173/RS-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 25-6-13 e decisões monocráticas: ARE nº 746.378/RS, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 6-8-13; ARE nº 751.024/RS, Relatora a Ministra

⁴ FEELEY E RUBIN. Ob. cit., p. 14.

⁵ *Id.*

Rosa Weber, DJe de 5-6-13; ARE nº 741.583/RS, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 24-5-13 e ARE nº 741.537/RS, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 20/5/13); (ii) a definição da realização de cirurgias não cobertas pelos procedimentos definidos pelo SUS (AI 550.530-AgR, rel. min. Joaquim Barbosa, julgamento em 26-6-2012, Segunda Turma, DJe de 16-8-2012.); (iii) a disciplina sobre a obrigatoriedade de fornecimento de medicamentos (RE 607.381-AgR, rel. min. Luiz Fux, julgamento em 31-5-2011, Primeira Turma, DJe de 17-6-2011 e, no mesmo sentido, ARE 774.391-AgR, rel. min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe de 19-3-2014); e (iv) a disciplina do oferecimento de quartos privativos no sistema público de saúde (RE 226.8354, rel. min. Ilmar Galvão, julgamento em 14-12-1999, Primeira Turma, DJ de 10-3-2000 e, no mesmo sentido, RE 207.970, rel. min. Moreira Alves, julgamento em 22-8-2000, Primeira Turma, DJ de 15-9-2000).

Em outro setor, exemplo eloquente é o do famoso caso de demarcação da reserva indígena “Raposa Serra do Sol” (Petição nº 3388, rel. min. Ayres Britto, julgamento em 18-3-2009, Pleno, DJe de 25-9-2009). Neste caso, quase duas dezenas de “salvaguardas institucionais” foram determinadas pelo acórdão do Supremo, transformando a disciplina regulamentar antes expedida pelo Ministério da Justiça, através da Portaria nº 534/2005.

Não é de se estranhar, então, que o STF esteja ocupando espaço cada vez mais amplo e profundo na vida social, política, econômica, moral e jurídica nacional.⁶

Nesse contexto, ao longo do presente trabalho, pretendemos apontar o reflexo dessa mudança na atenção dada pela Presidência da República, pelo Senado Federal (“Senado”), pela mídia e pela sociedade como um todo, ao processo de seleção e escrutínio de ministros do STF.

No Brasil, a escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal é uma tarefa conjunta do Presidente da República e do Senado Federal. Nos termos do art. 101 da Constituição da República, compete ao chefe do Executivo indicar o nome do candidato

⁶ Cf., a propósito do tema, BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. Disponível em <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>; e VIEIRA, Oscar V. *Supremocracia*. Revista Direito GV, nº 8. São Paulo: p. 441-463.

à vaga. Ao Senado, cumpre o papel de aprovar ou não o indicado, de acordo com procedimento previsto em normas constitucionais, infraconstitucionais e da prática congressional.

Este tipo de cooperação é um exemplo típico dos chamados *freios e contrapesos*, pois que aqui as considerações de dois dos Poderes constitucionais devem convergir para o preenchimento dos mais altos cargos de um terceiro Poder. Pela disposição institucional das coisas, diria MONTESQUIEU, é o poder freando o poder.⁷

Existe, no entanto, uma crítica difundida na doutrina jurídica de que o atual modelo constitucional de escolha dos ministros do STF funciona mal.⁸ De acordo com essa corrente de pensamento, o Senado Federal não realiza efetivamente o seu papel de controle durante as sabatinas a que são submetidos os indicados pelo chefe do Poder Executivo.

Tendo em vista o histórico constitucional brasileiro que, desde o início do Século XX até hoje, não teve nenhuma das indicações de um presidente da República recusada pelo Senado, fica no ar a dúvida sobre se o Senado está de fato exercendo seu papel no sistema constitucional de freios e contrapesos, sobretudo à luz do novo papel de formulador de políticas públicas assumido por cortes constitucionais como o STF. O poder está ou não freando o poder?

Essa linha de raciocínio levanta pertinentes questões e, por esta razão, demanda estudos e esclarecimentos.

Afinal, qual seria o parâmetro de mensuração para averiguar o quanto o Senado cumpre ou não sua missão constitucional de participar no processo de composição do STF? Para que servem as sabatinas dos indicados a ministro? Como devem ser conduzidas pelo Senado? Tais questões sobre o desenho institucional e a prática parlamentar multiplicam-se.

⁷ MONTESQUIEU, Charles L. de S. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

⁸ Cf., a propósito, por todos, COMPARATO, Fábio. K. *Para arejar a cúpula do Judiciário*. Disponível em <http://www.reformapolitica.org.br/component/content/article/26-em-destaque/781-o-jurista-fabio-konder-comparato-propoe-pec-para-mudar-o-stf-e-stj.html>.

JOAQUIM FALCÃO oferece uma visão sobre a função da sabatina: “*serve para a opinião pública conhecer melhor o futuro ministro (...)*”⁹, sendo também uma “*oportunidade para valorizar o potencial democrático do Senado no equilíbrio dos poderes.*”¹⁰

A resposta do professor, ao incluir a “opinião pública” na audiência do exercício da função constitucional do Senado, revela algo de novo em relação ao tradicional modelo de freios e contrapesos, em que apenas os poderes constituídos eram representados na formação das decisões constitucionais, bem como captura efeitos de uma profunda mudança no papel do STF na vida nacional. Revela, também, que a legitimidade dos ministros do STF depende, hoje, não apenas do convencimento intramuros do Senado, mas, igualmente, dos *inputs* decorrentes da crescente participação da sociedade neste processo. Depende de ter sido precedida de adequada *transparência com potencial mobilizador*.¹¹

Ao tratar do recente discurso sobre o *State of the Union* do Presidente Barack Obama, JOAQUIM FALCÃO, transplantando algumas das constatações lá expostas para a realidade brasileira, lembrou que o cerne da democracia contemporânea está na participação, na crença do cidadão de que a sua participação faz a diferença nos resultados da vida política.¹²

Mas do ponto de vista intra-institucional, o que faz efetivamente o Senado? Como avalia o candidato a ministro? Como auxilia a atenção da sociedade civil no processo, propiciando à mídia e à sociedade acesso indireto aos sabatinados bem como informações relevantes sobre esses candidatos ao cargo? Como pode revelar, de fato, o que pensa o futuro ministro?

⁹ FALCÃO, Joaquim. *O Supremo*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015, p. 26.

¹⁰ FALCÃO, Joaquim; ARGULHES WERNECK, Diego; ABRAMOVAY, Pedro. *A Sociedade quer perguntar*. Folha de São Paulo, 10/11/2011.

¹¹ A expressão “transparência mobilizatória” foi apresentada pelo professor Joaquim Falcão em uma das conversas de orientação acerca do presente trabalho.

¹² FALCÃO, Joaquim. *O discurso que Obama não fez aos brasileiros*. O Globo, 14 de janeiro de 2016, disponível em <<http://noblato.globo.com/artigos/noticia/2016/01/o-discurso-que-obama-nao-fez-aos-brasileiros.html>>.

Embora questões como essas venham sendo discutidas nos últimos anos no país com cada vez mais intensidade,¹³ nossa literatura sobre o tema ainda pode ser considerada incipiente se comparada com a produção acadêmica dos Estados Unidos sobre a mesma questão.

Nos Estados Unidos, onde, como se verá, o sistema de seleção de juízes da Suprema Corte inspirou o brasileiro, existem duas escolas de pensamento que competem pela definição do melhor modelo institucional para as sabatinas dos membros da Suprema Corte: a *Legalista* e a *Política*.¹⁴

Ambas as correntes aceitam a fórmula constitucionalmente prevista para a seleção dos juízes da Suprema Corte,¹⁵ reconhecendo na atual modelagem um bom exemplo do modelo de freios e contrapesos originalmente incluído na Constituição dos Estados Unidos e discutido nos ensaios *Federalistas*.¹⁶ Porém, a visão de cada uma sobre a extensão do papel das sabatinas do Senado é diametralmente oposta.

A primeira corrente, *Legalista*, vem apontando que o verdadeiro espetáculo em que as sabatinas se transformaram, especialmente após 1981, quando passaram a ser televisionadas nos EUA, vem deturpando a razão constitucional das arguições. Sustentam

¹³ Registre-se a ativa participação da FGV Direito Rio nesse tema. Neste sentido, veja-se, por exemplo, os seguintes trabalhos e artigos: *A Escolha do Ministro do Supremo*, Folha de São Paulo, Maio de 2002; *O que falta no Supremo*. O Globo, 5 de junho de 2014; *Eleições e o novo ministro do Supremo*. Correio Brasiliense, 30 de junho de 2014; *O Mutante Supremo*. O Globo, 1º de julho de 2014; *Big data e a reforma do Supremo*. Rio de Janeiro: Revista Tribuna do Advogado, Dezembro 2014/ Janeiro 2015, nº 544; *Por que o Congresso deve votar em um ministro do STJ para o STF?* 7 de abril de 2015, disponível em < <http://noblato.globo.globo.com>>; *Fachin: hora da verdade*. O Globo, 20 de maio de 2015; *Nem notável saber jurídico, nem reputação ilibada*. Disponível em < <http://jota.com.br>>; e *O Supremo*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. Cf, também, ARGUELHES, Diego W.; RIBEIRO, Leandro M. *Indicações presidenciais para o Supremo Tribunal Federal e seus fins políticos: uma resposta a Prado e Turner*. Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, n. 255, p. 115 – 143, 2010; e, dos mesmos autores, *A indicação política importa nas indicações do STF?* Rio de Janeiro: Conjuntura Econômica, nº 68, p. 48, 2014. Para além da FGV Direito Rio, também merecem ser citados os trabalhos de PRADO, Mariana; TURNER, Cláudia. *A democracia e seu impacto nas nomeações das agências reguladoras e ministros do STF*. Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, n. 250, p. 27 – 74, jan./abr. 2010. LLANOS, Mariana; LEMOS, Leany B. *Presidential Preferences? The Supreme Federal Tribunal Nominations in Democratic Brazil*. Latin American Politics and Society, v. 55, p. 77-105, 2013.

¹⁴ Para uma descrição geral das escolas, Cf. COMISKEY, Michael. *Seeking justices: the judging of Supreme Court nominees*. Kansas: University Press of Kansas, 2004. Destaco as obras (referidas na Bibliografia deste trabalho) de Laurence TRIBE e Helena KAGAN como representantes da escola *Política* e os textos de Bruce FEIN e Max Lerner como exemplos da escola *Legalista*.

¹⁵ A Constituição dos Estados Unidos da América prevê, em seu artigo 2º, que o Presidente “(...) shall have Power, (...) and by and with the Advice and Consent of the Senate, shall appoint (...) Judges of the supreme Court”.

¹⁶ HAMILTON, Alexander; MADISON, James; e JAY, John. *The Federalist*. London: Penguin, 1987.

que as credenciais curriculares do candidato deveriam importar mais para a avaliação do Senado do que propriamente as suas visões e comportamentos.¹⁷

Por outro lado, a corrente *Política* sustenta que o Senado tem falhado em sua missão, justamente porque a razão de ser da sabatina é a de buscar conhecer as concepções ideológicas do indicado, sua visão de mundo e antecipar possíveis comportamentos deste se alçado à Corte, o que não tem ocorrido.¹⁸

Embora esses modelos não sejam perfeitamente aplicáveis à realidade brasileira, cumprem um interessante papel de fornecer provocações úteis para o nosso debate institucional.

Nos capítulos seguintes, pretendemos apresentar evidências de variada natureza para demonstrar a crescente importância do STF na vida da República pós-1988, bem como o correlato aumento na atenção por parte de atores institucionais privilegiados, da mídia e da sociedade civil no processo de nomeação e escrutínio dos nomeados ao cargo de ministro da Corte, buscando contribuir, ainda, para o aprimoramento das sabatinas.

A análise da interface de instituições políticas nacionais entre si, bem como entre elas e a sociedade, deve considerar pelo menos quatro elementos: (i) arquitetura

¹⁷ Como descrito por COMISKEY: “*The legalist school held that the obsessive scrutiny of nominees’ character, qualifications, and – especially – politicolegal views by hostile senators, the news media, and the many interest groups active in the confirmation process had heightened conflict over nominations, produced excessive publicity that distorted the legitimate purposes of the confirmation process (and was often obsessed with scandal and conflict), excessively politicized the process, and induced presidents to nominate undistinguished legal figures with short and uncontroversial paper trails who could win confirmation easily. Adherents of this school, although not entirely of one mind, suggested various reforms to bring about a less political, less sensational confirmation process. Generally, they advocated a greater emphasis on nominees’ professional legal credentials, less (or no) emphasis on nominees’ politicoconstitutional ideologies, a lesser role for outside interest groups, and a general depublicizing of the process by, for example, ceasing the live telecasts of the Senate Judiciary Committee’s confirmation hearings.*” (Ob. cit., p. 2).

¹⁸ COMISKEY indica que “*Writers in the second, political, school focused mainly on the Senate’s inability to get most nominees to reveal their beliefs on legal issues, so that senators could give or withhold informed consent to nominations, and emphasized the president’s ability to place nearly anyone of his choosing on the Court and thereby exert excessive influence over the development of constitutional law. Their suggested reforms centered around greater presidential consultation with the Senate before the president chooses a nominee, more effective questioning of nominees at Senate confirmation hearings, requiring nominees to give more candid testimony as a condition of their confirmations, securing greater ideological balance on what had become an increasingly conservative Court after the late 1960s, and generally placing a higher burden of proof on the president and the nominee to prove the nominee’s suitability for a justiceship.*” (Ob. cit., p. 3).

institucional constitucional, (ii) extrato e características sócio-antropológicas e profissionais dos atores que ocupam posições proeminentes nessas instituições, (iii) substância das competências dadas a cada uma e, por fim, (iv) o contexto social, político, econômico e cultural da operação dessas instituições no desempenho de suas competências, dado seu desenho e posição institucional e os atores que as habitam no topo. Com natural e inevitável diferença de ênfase, este trabalho evidenciará e discutirá tais fatores.

No próximo capítulo, apresentaremos a evolução histórica do modelo de seleção dos ministros do STF. Serão mencionadas as modificações pontuais realizadas ao longo da história constitucional brasileira, bem como apresentado o modelo norte-americano, que baseou o adotado no Brasil. Ainda neste capítulo inicial, abordaremos como se deu a evolução do processo de escolha dos ministros nos Estados Unidos até chegar ao modelo atual, e as distinções entre o papel das cortes supremas lá e cá, de modo a contextualizar o aproveitamento de determinadas lições fornecidas por aquele modelo.

No capítulo III, demonstraremos como a escolha dos ministros do STF passou a mobilizar, uns antes de outros, a atenção dos Poderes Executivo e Legislativo e da opinião pública, apontando que o novo papel assumido pelo Supremo, a partir da Carta Política de 1988, fez com que a seleção dos ministros fosse sendo progressivamente percebida como de suma importância para os rumos do país. Alguns dados empíricos, como a mudança do perfil dos indicados e as propostas de emendas constitucionais sobre o tema, serão utilizados para discutir o tema.

O capítulo IV é dedicado propriamente à análise das sabatinas realizadas pelo Senado desde a promulgação da Constituição de 1988. Nesse capítulo, apresentaremos alguns dos principais temas, nuances e práticas que podem ser observadas a partir da leitura dos questionamentos apresentados pelos senadores, apoiando-nos, ainda, no que há disponível de história oral do STF.

No capítulo V, o trabalho procurará, a partir do caminho evolutivo apresentado ao longo dos capítulos antecedentes e da prática constatada a partir da análise das atas do Senado, apontar algumas práticas que merecem ser consolidadas nas sabatinas do Brasil, de modo a aprimorar a legitimidade do processo e o grau de participação social.

Finalmente, na conclusão apresentaremos um panorama geral dos temas tratados *vis a vis* os desafios para a evolução democrática do tema.

II. Origens do processo de indicação dos ministros do STF

A primeira Constituição brasileira a tratar do Supremo Tribunal Federal foi a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.^{19 20} Embora tenha surgido na sequência de instituições às quais alguns autores indiquem como precursoras institucionais do STF²¹ – tais como a Casa de Suplicação do Brasil, criada por alvará de D. João VI, em 10 de maio de 1808, e o Superior Tribunal de Justiça do Brasil, instituído pela Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824²² –, o modelo de uma Corte com competência para o controle de constitucionalidade das leis, nos moldes da *Supreme Court* dos Estados Unidos, nasceu, de fato, com a República.

Na Seção III da primeira Carta Política republicana ficou definido que o Poder Judiciário teria um Supremo Tribunal Federal e “*tantos Juízes e Tribunais Federais, distribuídos pelo País, quantos o Congresso criar*”²³. Relativamente à composição do STF, o documento previu que o “*Supremo Tribunal Federal compor-se-á de quinze Juízes, nomeados na forma do art. 48, nº 12, dentre os cidadãos de notável saber e reputação, elegíveis para o Senado*”.²⁴ O art. 48, por sua vez, previa a competência do Presidente da República para “*nomear os membros do Supremo Tribunal Federal e os*

¹⁹ Ao contrário do que comumente divulgado, a criação do Supremo Tribunal Federal foi definida, em verdade, quando da instituição do Governo Provisório, por meio do Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, nos termos do art. 54, que dispunha o seguinte: *O Poder Judiciário da União terá por órgãos um Supremo Tribunal Federal, com sede na capital da República e tantos juízes e tribunaes federaes, distribuídos pelo juíz, quantos o Congresso crear.*

²⁰ Nada obstante a criação do STF ter sido prevista pelo Decreto nº 510, de 1890, a primeira reunião efetiva somente ocorreu, conforme registrado em sua ata inaugural, em 28 de fevereiro de 1891, posteriormente, portanto, à promulgação da nova Constituição.

²¹ Cf., a propósito: *O Supremo Tribunal Federal*. Senado Federal; Brasília, 1976, p. 5, disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoInstitucionalCuriosidade/anexo/Plaqueta_O_Supremo_Tribunal_Federal_1976.pdf>; e GALVÃO, Flávio. *Antecedentes históricos do Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: Revista do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, nº 24, p. 19 – 24, dez./1978.

²² Cf., a propósito, o art. 163: Na Capital do Imperio, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais Províncias, haverá também um Tribunal com a denominação de - Supremo Tribunal de Justiça - composto de Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o Titulo do Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir.

²³ Cf. art. 55 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

²⁴ Na forma do art. 26, os requisitos de elegibilidade para o Senado Federal eram (i) estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro (por mais de seis anos); e (ii) ser alistado como eleitor.

*Ministros diplomáticos, sujeitando a nomeação à aprovação do Senado. Na ausência do Congresso, designá-los-á em comissão até que o Senado se pronuncie”.*²⁵

Não obstante o fato de todo o texto constitucional brasileiro ter recebido a influência do constitucionalismo dos Estados Unidos, particularmente no que toca ao Poder Judiciário, um registro especial merece ser feito, tendo em vista que as disposições constitucionais de ambos os países são praticamente idênticas. O art. 3º da Carta Norte-Americana prevê literalmente que *“The judicial Power of the United States, shall be vested in one supreme Court, and in such inferior Courts as the Congress may from time to time ordain and establish”*. Da comparação entre este dispositivo e o art. 55 da primeira Constituição republicana brasileira, resta claro o DNA desta última.²⁶

RUI BARBOSA, em seus comentários à Constituição de 1891, da qual, aliás, foi constituinte, ao criticar a possibilidade de sessão secreta para a escolha de ministros do STF – que acabou consagrada pela Carta –, também ressaltou a influência do constitucionalismo norte-americano na formação da nossa corte constitucional, mostrando sua inegável inspiração:

*“E quando estas portas se abrirem, vendo por ellas sair, coroado por vós, o juiz MIBBIELLI, de clarin á boca, anunciando a toque de fogo a sua entrada no Supremo Tribunal Federal, não para servir ali á justiça, mas defender daquellas trincheiras a República contra os seus inimigos, o meu espírito buscando lá para o norte, nos remotos horizontes da outra América, a mãe pátria deste regimen, que os nosso arremedos calumniam, as nossas misérias enxovalham, a nossa incapacidade envergonha, se aliviará, enxergando ao longe, na luz crepuscular da glória, essas imagens que passam em uma longa theoria de cabeças aeoroladas, esses juízes da Suprema Corte Americana, consciências sem medo, vidas sem manchas, nomes sem suspeita, cuja tradição de virtude, independência, saber e grandeza moral constitue a mais inestimável das riquezas no patrimônio dos Estados Unidos.”*²⁷ (grifos acrescentados)

²⁵ Cf. art. 48 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

²⁶ O modelo norte-americano influenciou não apenas a estrutura do Supremo Tribunal Federal, mas todo o Judiciário Federal. Um exemplo interessante disso é o Dec. nº 848, de 11 de outubro de 1890, que determinava que os Tribunais brasileiros deveriam adotar estátuas de “pessoas eruditas”, especialmente aquelas dos EUA, bem como aplicar subsidiariamente *“os estatutos dos povos cultos e especialmente os que regem as relações jurídicas na República dos Estados Unidos da América do Norte”* (art. 386).

²⁷ BARBOSA, Rui. *Comentários á Constituição Federal Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1932, p. 277.

Diante da influência apontada, o sistema brasileiro de seleção e nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal também foi concebido de forma muito semelhante ao utilizado para a seleção dos juízes da Suprema Corte dos Estados Unidos da América.²⁸ Como salientado pelo saudoso ministro EVANDRO LINS, não apenas o processo de indicação é formalmente semelhante ao norte-americano, mas também o *"Supremo Tribunal Federal foi criado à imagem e semelhança da Corte Suprema dos Estados Unidos"*.²⁹

É interessante sinalizar que, assim como ocorre na Constituição dos Estados Unidos, a Constituição de 1891 não previu expressamente o “saber jurídico” como qualidade indispensável aos futuros ministros. Para serem indicados pelo Presidente da República, os cidadãos precisavam contar apenas com *“notável saber e reputação”* e deter as demais condições de elegibilidade para o Senado, ou seja, estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro, ser alistado como eleitor e ter mais de seis anos de cidadania brasileira.³⁰

Esse hiato constitucional permitiu que o Marechal Floriano Peixoto, então Presidente da República, indicasse para o Supremo Tribunal Federal o nome de um médico e alguns engenheiros e militares, que, por sinal, foram os únicos cinco nomes até hoje recusados pelo Senado Federal.³¹

Ao longo da história constitucional brasileira, algumas alterações foram sendo implementadas na estrutura inicialmente prevista, notadamente para alterar o nome da instituição, qualificar os cidadãos elegíveis ao cargo e fixar o número de membros.

Em 1931, por decreto, o Governo Provisório de Getúlio Vargas diminuiu para 11 o número de ministros originalmente previsto na Constituição de 1891, que era de 15.³²

²⁸ Como indicado anteriormente, a Constituição dos Estados Unidos da América, em seu artigo 2º, prevê que o Presidente “(...) *shall have Power, (...) and by and with the Advice and Consent of the Senate, shall appoint (...) Judges of the supreme Court*”.

²⁹ Pronunciamento no Instituto dos Advogados Brasileiros, em uma cerimônia para celebrar o 160º aniversário do STF.

³⁰ Cf., a propósito, o art. 25 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

³¹ Os cinco nomes recusados pelo Senado Federal (todos em 1894) foram: Barata Ribeiro (médico), Galvão de Queiroz e Everton Quadros (ambos militares), Antônio Sève Navarro (bacharel em Direito; exercia o cargo de subprocurador da República à época da indicação) e Demosthenes da Silveira Lobo (militar; exercia o cargo de diretor dos Correios à época da indicação).

³² Cf., a propósito, art. 1º do Decreto nº 19.656, de 3 de fevereiro de 1931.

Esse número de 11 ministros foi mantido pela Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, que introduziu também outras qualificações, como a necessidade de o indicado ser (i) brasileiro nato; (ii) deter notável saber jurídico; e (iii) não ter menos de 35, salvo magistrados, nem mais 65 anos de idade.³³ A denominação do STF também foi alterada para “Corte Suprema”.³⁴

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, manteve inalterado o número de 11 ministros e restaurou a denominação “Supremo Tribunal Federal”, reduzindo, ainda, a idade máxima para a nomeação ao cargo para 58 anos de idade.³⁵

Sete membros foram nomeados pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas entre março de 1930 e julho de 1934, e outros quatorze durante o período do Estado Novo, durante a vigência da Carta Política de 1937.³⁶

O órgão responsável pela aprovação dos nomes para o STF, no entanto, passou a ser um “Senado” transformado pela ditadura de Getúlio Vargas no “Conselho Federal”, que contava com um representante de cada um dos Estados da Federação, eleitos indiretamente pelas Assembleias Legislativas, e 10 membros indicados pelo Presidente da República.³⁷ Vale lembrar que, na prática, durante o Estado Novo, o Congresso Nacional, incluindo o Conselho Federal, ficou fechado. Aliás, justamente por esta razão, todas as nomeações para o Supremo Tribunal Federal que não contaram com a aprovação do Senado ocorreram durante a *Era Vargas*.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946, restabeleceu o Senado Federal – e suas competências – e afastou o limite máximo de idade para os membros do STF imposto pela Carta anterior, mantendo as demais características do processo.³⁸ No entanto, o número de ministros do STF acabou sendo

³³ Cf., a propósito, art. 74.

³⁴ Cf., a propósito, art. 63, A).

³⁵ Cf., a propósito, art. 98.

³⁶ Cf., a propósito: MELLO FILHO, José Celso de. Notas sobre o Supremo Tribunal: Império e República. 4ª.ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2014, p. 18.

³⁷ Cf., a propósito, art. 50.

³⁸ Cf., a propósito, art. 99.

alterado para 16, em decorrência do Ato Institucional nº 2, de 1965, já durante o Regime Militar iniciado em 1964.

Essa mesma configuração foi mantida pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 1967; e, em 1969, o Ato Institucional nº 6 reduziu o número de ministros para 11. Uma vez mais, a vida da Corte era tutelada por práticas autoritárias e não pelo disposto na Constituição.

Registre-se que, ao longo da história, as alterações no número de ministros do STF foram acompanhadas, algumas vezes, pela aposentadoria forçada de alguns membros da Corte, como ocorreu na *Era Vargas* e durante o período de exceção inaugurado em 1964.

Importante destacar também que, até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, as sessões da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal que analisavam o nome dos indicados para o STF eram secretas.

Deixando de lado o *modus operandi* dos períodos ditatoriais, nota-se que o modelo de freios e contrapesos utilizado para a indicação, aprovação e nomeação dos ministros do STF permaneceu inalterado em todas as Constituições republicanas brasileiras.³⁹

Desde a Constituição de 1988, o STF é composto por onze ministros, brasileiros natos (art. 12, § 3º, inciso IV), escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, conforme o disposto no art. 101 da Constituição da República.

O processo de nomeação de um ministro do STF engloba, formalmente, três etapas. Primeiramente, sempre que há uma vaga em aberto, o Presidente, de acordo com considerações e procedimento discricionários, seleciona um nome e envia ao Senado uma mensagem presidencial, submetendo o candidato à aprovação; essa mensagem vai acompanhada do *curriculum vitae* do indicado (art. 52, III, alínea “a”, e art. 84, inciso XIV, da Constituição da República). O lacônico texto da mensagem presidencial, invariavelmente, apenas apresenta o nome escolhido e anexa seu currículo; não há

³⁹ Excepcionando-se o período da Constituição de 1937, anteriormente descrito.

motivação ou qualquer outro tipo de debate e justificativa quanto à indicação, assim demarcando e simbolizando o aspecto político-discrecional da escolha.

A seguir, já no âmbito do Senado Federal, a indicação do Presidente é encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (“CCJ”), que deve emitir parecer sobre a indicação do novo ministro, conforme o art. 101, inciso II, alínea “i”, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), momento em que ocorrem as sabinas dos indicados. A partir daí, a CCJ designa um relator para a elaboração do parecer sobre o candidato.

A análise dos pareceres emitidos, desde a década de 1960, permite-nos concluir que estes documentos simplesmente verificam o preenchimento dos requisitos constitucionais para a indicação pelo Presidente da República, ou seja, (i) se são brasileiros natos; (ii) se têm a idade necessária; (iii) se possuem notável saber jurídico; e, por fim, (iv) se detém reputação ilibada. Os pareceres não trazem, contudo, avaliações de natureza política, não debatem a conveniência da escolha daquele nome, ou mapeiam o alinhamento ideológico dos indicados.

A indicação, uma vez subsidiada por parecer aprovado pela CCJ, segue para aprovação da maioria absoluta do plenário do Senado Federal.⁴⁰ É tão somente no momento da “sabatina” que questionamentos de natureza política sobrevêm diretamente para o candidato. Registre-se que essa arguição dos indicados somente foi implementada a partir da Constituição de 1988.

Após a sabatina, com a aprovação do Senado, finalmente, o Presidente da República nomeia o novo ministro para o STF, conforme atribuição estabelecida pelo art. 84, inciso XIV, da Constituição.

Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, onde há vasta produção acadêmica sobre o tema, era difícil encontrar no Brasil fontes de pesquisa confiáveis que retratassem a participação ativa de congressistas, de associações de magistrados, da

⁴⁰ O art. 383 do RISF dispõe que, na apreciação do Senado sobre a escolha de autoridades, a votação é procedida por escrutínio secreto, vedadas declaração ou justificação de voto, exceto com referência ao aspecto legal.

Ordem dos Advogados, dos próprios membros do STF e de outros tribunais, de integrantes do Governo etc. no processo informal prévio de seleção do nome do candidato a ser indicado pelo Presidente da República.⁴¹

A criação do projeto “História Oral do Supremo” pela Fundação Getúlio Vargas (“FGV”) consolida importante ferramenta de pesquisa nesse sentido.⁴² E esse processo informal prévio merece ser devidamente mapeado, inclusive com entrevistas de ex-Presidentes e membros do Congresso, podendo revelar características essenciais dos bastidores das escolhas dos nomes que até hoje não são consideradas na avaliação do modelo.

A título de ilustração, o sítio eletrônico do mencionado projeto na internet traz a seguinte revelação ministro Luiz Fux: “*Não existe possibilidade, nenhuma, zero, de se chegar a um cargo desse sem apoio político*”.⁴³

Na mesma linha, mas com outro foco, o ministro Cezar Peluso descreve como o apoio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, da Igreja e de ministros do próprio STF – além da decisiva intervenção do advogado e jurista Márcio Thomaz Bastos, à época Ministro da Justiça – foram fundamentais para que o seu nome fosse selecionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e indicado para aprovação pelo Senado Federal.⁴⁴

O ministro Sepúlveda Pertence, por outro lado, revelou a existência de verdadeiras “campanhas” para o STF, com desembargadores promovendo manifestos, abaixo-assinados de Prefeitos, Governadores etc. e da existência de *lobby* por determinados nomes junto ao Presidente da República. Confidenciou, ainda, que o Presidente José Sarney lhe teria dito que precisava “inventar” uma vaga para ele no STF, pois o cargo de Procurador-Geral da República, que até então ocupava, estava sendo postulado por setores do Ministério Público Federal.⁴⁵

⁴¹ Alguns trabalhos isolados tangenciam o assunto. A propósito, conferir LLANOS e LEMOS. Ob. cit.

⁴² Cf. <http://historiaoraldosupremo.fgv.br>.

⁴³ Cf. <http://diretorio.fgv.br/noticia/fgv-lanca-primeiros-volumes-da-colecao-historia-oral-do-stf>.

⁴⁴ Cf. FONTAINHA, Fernando C. [et al] (orgs.). História oral do Supremo (1988-2013), v. 4. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015, p. 122 e seguintes.

⁴⁵ Cf. FONTAINHA, Ob. Cit., Fernando C. [et al] (orgs.). História oral do Supremo (1988-2013), v. 3. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015, p. 68 e seguintes.

Após a conclusão desse projeto da FGV, a análise detalhada dessas entrevistas poderá revelar um quadro novo no que diz respeito ao processo prévio de indicação de ministros para o STF, em que o papel desempenhado pelo Senado Federal na análise do nome poderá ser pintado com novas cores, muito além do discurso corrente de que o Legislativo apenas chancela a vontade do Presidente da República.

No capítulo IV deste trabalho, buscaremos mapear algumas das informações já disponíveis, associando-as, ainda, ao resultado da análise das sabinas dos ministros do STF indicados a partir de 1988.

II. 1. A origem norte-americana

Antes, no entanto, vejamos mais detalhadamente o funcionamento do modelo de seleção de juízes da Suprema Corte nos Estados Unidos, tendo em vista seu caráter norteador para o modelo brasileiro. Ademais, considerando alguns aspectos institucionais semelhantes, é razoável imaginar que a evolução futura do nosso sistema observará semelhanças quando comparado à evolução do sistema norte-americano até o presente.

Nos Estados Unidos, após a indicação do nome pelo Presidente da República – cuja liberdade discricionária é bastante ampla, não existindo critérios formais a serem observados –, cabe ao Senado, antes de oferecer seu *advice and consent* em relação ao candidato indicado pelo Presidente, sabinar o indicado, por meio do *Senate Judiciary Committee*. Tradicionalmente, o *advice and consent* do Senado americano toma a forma de aprovação ou não da indicação.

A história dos Estados Unidos oferece diversos exemplos de como tal processo de nomeação pode funcionar de maneira mais participativa. O ponto principal é que as indicações do Presidente para posições na Suprema Corte vêm recebendo a consideração pelo Senado com atenção e intensidade, dada a importância da posição de membro da Suprema Corte na arquitetura institucional e na prática constitucional americanas. É um exemplo contundente do funcionamento do sistema de *checks and balances*, com participação social.

Diversos estudos demonstram que, antes mesmo de o Presidente indicar um candidato para o Senado, o nome cogitado já enfrenta diversas considerações e restrições, durante um processo informal prévio, que modula e cerceia aquilo que de outra forma é uma significativa discricionariedade legal do Presidente. A *American Bar Association*, organizações não governamentais e até mesmo o Senado influenciam o Presidente a considerar alguns candidatos e não outros. E o envolvimento de diversos atores institucionais é a regra vigente também após a indicação do nome pelo Presidente ao Senado.

Como descreve COMISKEY:

*“The Senate is not alone in conducting intensified scrutiny of High Court nominees. In addition to an FBI background check, the American Bar Association Committee on the Federal Judiciary evaluates every nominee’s written judicial opinions and published articles and examines every nominee’s professional record for relevant experience, professional competence, and judicial temperament. More tellingly, perhaps, interest groups from across the political spectrum examine every aspect of a nominee’s record, sometimes hiring a law firm for the purpose.”*⁴⁶

Com todos esses atores envolvidos, e considerando a massa de informações levantadas pelas partes favoráveis e contrárias, a maior "luta" no processo de seleção dos magistrados da Suprema Corte vai ocorrer dentro do Senado, pois é durante as sabatinas que os méritos, os pontos de vista políticos e o passado profissional do indicado são analisados detalhadamente.

Entretanto, os diversos atores institucionais envolvidos no processo são *repeat players* que procuram, reciprocamente, influenciar e adaptar-se estratégica e previamente aos movimentos e preferências reais ou imputadas uns aos outros. O resultado é um complexo xadrez político que ocorre no âmbito criado por normas e práticas

⁴⁶ COMISKEY, Michael. *Seeking justices: the judging of Supreme Court nominees*. Kansas: University Press of Kansas, 2004, p. 13.

constitucionais e infra-constitucionais. Jaz aqui, nos parece, uma pista sobre a possível, senão provável, evolução do modelo brasileiro.

Desde 1787, quando a Constituição Americana foi promulgada, por diversas vezes o Senado recusou-se a aceitar o nome indicado pelo Presidente. Em verdade, já foram rejeitados 29 nomes.⁴⁷ Para fins de comparação, no caso brasileiro foram apenas 5 e, ainda assim, em decorrência de uma situação política excepcional.⁴⁸

Curioso notar, no entanto, que, não obstante o alardeado “bom funcionamento” do sistema norte-americano, cujo sucesso é celebrado por alguns autores a partir do número de recusas das indicações,⁴⁹ mesmo por lá houve dúvidas no início sobre a amplitude da participação do Senado no controle do nome indicado pelo Presidente da República. Lembrando, uma vez mais, que a Constituição dos Estados Unidos fala em “*advice and consent*”, ROBERT B. McKAY, em interessante artigo da década de 1960, aponta que, mesmo durante a Convenção da Filadélfia de 1787, a possibilidade de veto pelo Senado ainda não estava claramente delineada:

“The participation of the Senate in the appointing process has always been somewhat anomalous. Even in the debates at the Constitutional Convention in 1787 a certain ambivalence was evident as to whether the Senate, in giving its “Advice and Consent,” should simply approve any presidential choice not manifestly unfit or whether the Senate should make independent re-examination of the qualifications of nominees. It seems clear at least that insertion of the word “Advice” was not intended as a requirement that the President consult with the Senate before making his choices; but, perhaps unfortunately, the development of

⁴⁷ Esse é o número total de não aprovados por distintas razões. Formalmente, foram rejeitados 12 nomes pelo Senado, o primeiro sendo John Rutledge, apontado por George Washington em 1795, e o mais recente, Robert Bork, apontado por Ronald Reagan em 1987. Em 7 ocasiões, por exemplo, o próprio Presidente da República retirou o nome do indicado, em virtude da chance de recusa pelo Senado, como foi o caso do Douglas Ginsburg, nomeado após Bork, que acabou se vendo envolvido com alegações de uso de maconha.

⁴⁸ Cf., a propósito: OLIVEIRA, Maria A. J. de S. C. *Sobre a recusa de Nomeações para o Supremo Tribunal Federal pelo Senado*. Disponível em <<http://www.direitopublico.idp.edu.br/index.php/direitopublico/article/viewFile/550/1009>>.

⁴⁹ Cf., a propósito, COMPARATO, Fábio. K. *Para arejar a cúpula do Judiciário*. Disponível em <http://www.reformapolitica.org.br/component/content/article/26-em-destaque/781-o-jurista-fabio-konder-comparato-propoe-pec-para-mudar-o-stf-e-stj.html>.

political parties was not generally foreseen at that time, so the later partisan role of the Senate was not anticipated".⁵⁰

De todo modo, a questão acabou sendo definida e, nos Estados Unidos, o Senado costuma despendar dias de debate nas audiências, enquanto parte significativa da população acompanha as sabatinas pela televisão.

LAWRENCE TRIBE destaca a importância desta atuação, salientando que "*um quinto dos nomeados à Corte não obteve consentimento do Senado*".⁵¹ É importante destacar que, a partir do final da década de 1960, as sabatinas no *Senate Judiciary Committee*⁵² têm sido particularmente duras.

Em 1987, o indicado Robert Bork foi obrigado a se explicar sobre uma conversa informal que havia tido com estudantes em uma universidade dois anos antes. Teve ainda seu nome contestado por nada menos que 17 diferentes grupos de interesse, durante sete sessões do Comitê Judiciário. Já em 1991, Clarence Thomas foi submetido por cinco dias a uma dura sabatina, onde temas como assédio sexual, discriminação de gênero e aborto foram insistentemente tratados pelos senadores.⁵³ Thomas foi aprovado pelo Senado. Bork, não.

O dado importante que se extrai das recusas não é seu número absoluto, mas, antes disso, a comprovação de que o sistema de controle mútuo oferece indicações de que está em funcionamento. Quando o Senado desempenha efetivamente seu papel, pode, ou não, recusar o nome indicado pelo Executivo. O importante é que o funcionamento do arranjo institucional definido esteja ocorrendo e que o resultado da intervenção do Senado esteja verdadeiramente em aberto até a conclusão do processo; só assim é possível testar suas virtudes.

⁵⁰ Cf. a propósito, McKAY, Robert. B. *Selection of United States Supreme Court Justices*. 9 University of Kansas Law Review, 109, 1961.

⁵¹ Cf. TRIBE. Ob. cit., p. 94.

⁵² Utilizaremos ao longo do texto as expressões "Comitê" ou "Comitê Judiciário". Relativamente ao processo de seleção dos juízes da Suprema Corte, este comitê desempenha, no Senado Norte-Americano, papel semelhante ao da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal brasileiro, ou seja, é responsável pela sabatina dos indicados pelo Presidente da República.

⁵³ Cf. COMISKEY. Ob. cit., p. 12.

Não é correto, entretanto, afirmar que este modelo participativo sempre foi a regra nos Estados Unidos. Em verdade, não foi antes do final da década de 1960, e com mais força a partir da década de 1980, que o papel de controle pelo Senado ganhou força por lá.

Como aponta COMISKEY, o processo de seleção dos indicados para a Suprema Corte *“has undergone tremendous change in more than two hundred years”*, com a visibilidade do processo crescendo nas últimas décadas.⁵⁴ FRIEDMAN, ao analisar a transformação do papel do Senado americano, apontou que, até o século XIX, o Senado considerava que a indicação de um membro para a Suprema Corte era semelhante à nomeação para um cargo político qualquer. Por esta razão, não se esperava maior independência do escolhido e eram utilizados critérios relativamente pouco sofisticados para confirmar ou rejeitar os nomes, como a origem geográfica do indicado, por exemplo.⁵⁵

Foi a transformação gradual na percepção acerca da função dos membros da Suprema Corte (e no seu papel) que levou o Senado a alterar a maneira como encarava a sua função de controle das indicações.

Já no final do século XIX, os juízes passaram a ser encarados como funcionários estatais técnicos e não simplesmente como produtos da indicação de uma corrente política qualquer. Assim, a partir deste momento, a política buscou confinar o Judiciário como um todo, e a Suprema Corte em particular, a um “neutralismo” político imputado à técnica jurídica.⁵⁶

Como salientado por COMISKEY:

“The altered “perceptions of the judge’s role” reflected the rise of legal formalism, which held that judges are, or should be, neutral decision givers whose rulings emerge with almost mathematical determinism from a process of mechanistic legal

⁵⁴ Cf. COMISKEY, Ob. cit., p. 7.

⁵⁵ FRIEDMAN, Richard D. *The transformation in Senate Response to Supreme Court Nominations*. New Haven: Yale Law Journal 95 (1986), p. 4.

⁵⁶ Para a compreensão de como a política se apresenta por trás da técnica na ciência do direito, conferir: FERRAZ JUNIOR, Tércio S. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003; e, do mesmo autor, *A Ciência do Direito*. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

*reasoning. This conception of the judge's role did not, of course, eliminate political evaluations of nominees. But it did at least diminish their frequency and legitimacy".*⁵⁷

Assim, passada a Guerra Civil (1861-1865), e considerando a nova percepção de que os cargos da Suprema Corte não se confundiam com outros de natureza política, o Senado americano passou a adotar uma postura de deferência em relação ao nome indicado pelo Presidente, o que é inimaginável nos dias atuais.

Como resume FRIEDMAN, ao descrever a nova realidade pós-Guerra Civil vivida pelos senadores, *"political interference in the selection process was generally scorned. Confirmation of qualified judges was perceived as a welcome expression of nationalism and nonpartisanship."*⁵⁸

A aprovação dos nomes indicados pelo Presidente passou a ser a regra. Assim, entre 1894 e o final da década de 1960, apenas um nome, o de John J. Parker, foi recusado pelo Senado norte-americano, tal foi a influência da visão de que a técnica jurídica era – ou deveria ser – “apolítica”.

Mas o que ocorreu no final da década de 1960 para que, sem mudança de texto constitucional, o processo de seleção de ministros da Suprema Corte sofresse nova alteração na sua prática?

A explicação tem um aspecto institucional e outro intelectual. Institucionalmente, tal mudança está ligada a uma característica do direito norte-americano e, por consequência, da maneira como a Suprema Corte decide casos. Com efeito, o regime de *common law* acabou por transformar a constituição americana naquilo que a Corte diz que ela é. Em outras palavras, nos Estados Unidos a Suprema Corte assumiu o papel de equivalente institucional de processos formais de emenda e reforma constitucional.⁵⁹ O poder de “escrever” a constituição foi o responsável institucional primordial por

⁵⁷ Ob. cit., p. 6.

⁵⁸ Ob. cit., p. 5.

⁵⁹ Cf., a propósito, AKERMAN, Bruce. *We the People: Foundations*. Cambridge, Harvard University Press, 1991.

transformar o perfil do controle exercido pelo Senado nos Estados Unidos. Aos poucos, a sociedade americana e os poderes constituídos perceberam que a Constituição dos Estados Unidos da América era formada não apenas pelos 7 artigos originais e suas 27 emendas, mas, também, pelas dezenas de decisões da Suprema Corte. Intelectualmente, abordagens sociológicas ao direito e o impacto nos Estados Unidos do *Realismo Jurídico*⁶⁰, ao qual somaram-se os ventos culturais dos anos sessenta, confluíram para refutar a inocente ideia de que a técnica jurídica era politicamente neutra.

O *Chief Justice* Earl Warren talvez possa simbolizar o homem que “acendeu a luz amarela” do Senado, provocando a mudança na postura do órgão legislativo. Isto porque a chamada *Warren Court*, que tem por um dos seus símbolos maiores a famosa decisão no caso *Brown v. Board of Education* (1954), passou a reconhecer direitos implícitos no texto da Constituição dos Estados Unidos, até então inéditos, e outros explícitos, porém sujeitos a interpretação restritiva no passado, ampliando, assim, o patrimônio de direitos dos cidadãos. Tudo isso, sem a participação direta do Congresso.

COMISKEY lembra que a *Warren Court*, entre outras decisões importantes, derrubou normas relativas à obscenidade; aumentou o muro que separa a Igreja e o Estado, banindo orações nas escolas públicas; fixou o conteúdo do *due process* para os investigados, acusados, julgados ou presos; reconheceu direitos relacionados à privacidade, considerando inconstitucionais normas que criminalizavam relações matrimoniais entre negros e brancos; e enfrentou o delicado tema federativo do “um homem, um voto”. Em virtude desse papel inédito, capitaneado por um *Chief Justice* que fora governador republicano do Estado da Califórnia e concorreu à nomeação republicana para disputar a presidência da república, os olhos do Congresso passaram a ser muito mais atentos para quem era indicado ao Tribunal.⁶¹

Com o novo relevo da Suprema Corte, quem quer que fosse indicado era uma ameaça potencial a determinado grupo de interesse ou ideologia política. Captando essa

⁶⁰ Um bom panorama do movimento *Realismo Jurídico* pode ser obtido com a leitura da obra SCHLEGEL, John H. *American Legal Realism and Empirical Social Sciences*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.

⁶¹ Ob. cit., p. 7.

realidade, as forças conservadoras dentro e fora do Senado passaram a se mobilizar para enfrentar tais ameaças.

O primeiro nome a enfrentar a “ressaca” conservadora em relação ao legado da *Warren Court* foi o juiz liberal Abe Fortas, que já era membro da Suprema Corte, mas que o Presidente Lyndon Johnson procurou nomear para *Chief Justice*. SILVERSTEIN chega a afirmar que, durante as sabatinas no Senado norte-americano, sobre os ombros de Fortas foram depositados todos os 15 anos de desencantamento de alguns com as decisões consideradas progressistas da Suprema Corte.⁶²

A reação ao ativismo da Suprema Corte passou a ser um dos itens da agenda política e eleitoral norte-americana.

Não por outro motivo, já no discurso em que aceitou sua nomeação como candidato a Presidência pelo Partido Republicano, proferido em Miami, em 8 de agosto de 1968, Richard Nixon antecipou o tema, pontuando que, na visão dos republicanos, a *Warren Court* tinha ido muito longe na proteção dos “criminosos”, enfraquecendo os as “forças de paz” do país. Segundo Nixon:

*“And tonight it's time for some honest talk about the problem of order in the United States. Let us always respect, as I do, our courts and those who serve on them, **but let us also recognize that some of our courts in their decisions have gone too far in weakening the peace forces as against the criminal forces in this country.***

*Let those who have the responsibility to enforce our laws, and our judges who have the responsibility to interpret them, be dedicated to the great principles of civil rights. But let them also recognize that the first civil right of every American is to be free from domestic violence. And that right must be guaranteed in this country.”*⁶³ (Grifos acrescentados)

⁶² SILVERSTEIN, Mark. *Judicious Choices: the new politics of Supreme Court confirmations*. New York: Norton, 1994, p. 25-26.

⁶³ Richard Nixon acceptance speech, August 8, 1968. Disponível em <<http://www.presidentialrhetoric.com/historicspeeches/nixon/nominationacceptance1968.html>>.

Foi a partir deste momento eleitoral que o tema da escolha dos juízes da Suprema Corte começou a ganhar os contornos que tem hoje. Vale ressaltar, inclusive, que foi também nesta época que a escolha de nomes com determinado perfil passou a fazer parte das promessas de campanha para Presidente, como ocorreu no caso de Richard Nixon em 1968 e de todos os candidatos a partir de então.

Presidentes conservadores passaram a prometer aos seus eleitores que indicariam nomes para a Suprema Corte que interpretassem a Constituição restritivamente, enquanto os candidatos democratas prometiam nomeações aptas a proteger o legado dos direitos civis. O resultado desse processo foi, justamente, a alteração da forma pela qual o Senado passou a conduzir as sabatinas dos indicados.

O novo tipo de sabatina adotado pelo Senado americano é o que todos nós conhecemos hoje. Mobiliza comerciais na TV aberta, pró e contra os indicados, transforma-se em assunto do dia nas redes sociais, promove horas de cobertura midiática, produz campanhas de doação de fundos e garante grande audiência televisiva durante as sessões.⁶⁴

II. 2. A sabatina norte-americana hoje

Hoje, o processo de avaliação pelo *Senate Judiciary Committee* do nome indicado é dividido, em regra, em três estágios distintos.

O primeiro estágio consiste no conjunto de investigações que é realizado antes da sabatina pelo Comitê. Há uma série de ações que ocorrem neste momento. A primeira fonte de informações nesta fase do processo vem do questionário encaminhado ao indicado, pelo qual são solicitadas informações biográficas e financeiras.

No caso da indicação de Sonia Sotomayor, o Comitê solicitou que a indicada informasse:

⁶⁴ As sabatinas pelo Senado Norte-Americano passaram a ser televisionadas já em 1981.

- empregos anteriores;
- organizações da qual participou como membro;
- publicações e discursos públicos, encaminhando cópia;
- eventuais funções judiciais anteriores e a lista dos 10 casos mais importantes que presidiu;
- referência de todas as decisões que escreveu e dos casos dos quais participou como magistrada;
- casos que se julgou impedida como juíza e as razões para tanto;
- participação em alguma campanha política e em que posto;
- os 10 casos mais importantes que participou como advogada;
- experiência acadêmica e os títulos obtidos na área, bem como cursos que tenha lecionado;
- fontes, valores e datas de recursos financeiros recebidos ou com expectativa futura de receber;
- potenciais conflitos de interesse quando assumisse a função; e
- descrição dos trabalhos e estimativa do volume de tempo dedicado “*to serving the disadvantaged*”.⁶⁵

De posse das respostas, as informações constantes do questionário são avaliadas pelos senadores e respectivas assessorias, sendo certo que membros do Comitê podem formalmente requisitar complementações e esclarecimentos em relação ao material encaminhado.

Por exemplo, como aponta McMILLION:

“If the nominee’s background includes prior service in the federal executive branch, the Judiciary Committee as a whole, or some of its members, can be expected to seek access to records of the nominee’s written work product from that service. Sometimes, however, a President might resist such requests, citing the need to protect the confidentiality of advice provided, or decisions made, by

⁶⁵ Conferir, a propósito: McMILLION, Barry. J. *Supreme Court Appointment Process: Consideration by the Senate Judiciary Committee*. Congressional Research Service Report. Oct. 2015, disponível em <<http://fas.org/sgp/crs/misc/R44236.pdf>>.

*the nominee while having served within an Administration – and typically invoking an “executive privilege” or attorney-client privilege to support his refusal to make such information available to the Judiciary Committee. In such an event, committee members or their staff might then devote a significant amount of time, prior to confirmation hearings, to identifying and justifying disclosure of specific kind of documents that would aid the committee in making a more informed evaluation of the nominee – as well as to examining whatever documents are eventually released. In some cases, the committee may be in a position to exert leverage over an Administration, particularly when a majority of the committee’s members are insistent that at least some executive branch documents be released before the committee will act on the nomination. This, a CRS report notes, was the case in 1986, when the Judiciary Committee prepared to consider the nomination of William H. Rehnquist to be Chief Justice.”*⁶⁶ (grifos acrescentados)

Cumpra lembrar que o Comitê faculta ao público em geral o acesso às informações constantes do questionário, inclusive as financeiras, mas pode restringir algumas de natureza pessoal, como eventuais investigações criminais que envolvam o indicado.⁶⁷ É também neste momento que o Comitê recebe o resultado da investigação levada a cabo pelo *Federal Bureau of Investigation* (“FBI”).

Outra ação que ocorre antes da sabatina é o conjunto de visitas que o indicado faz aos senadores. Em regra, as visitas se dirigem a todos os senadores, uma vez que, nos casos daqueles que não fazem parte do *Senate Judiciary Committee*, esta acaba sendo a única oportunidade de conversar com o indicado anteriormente à votação em plenário.

A American Bar Association (“ABA”) é convidada a apresentar sua visão a respeito do candidato. O propósito central de tal participação, conforme salientado em 1989 por John Biden – atual vice-presidente dos Estados Unidos, mas que à época presidia

⁶⁶ Cf., a propósito: McMILLION. Ob. cit., p. 3.

⁶⁷ Cf., a propósito: McMILLION. Ob. cit., p. 1.

o *Senate Judiciary Committee* –, serve ao propósito de “*help insure that only the highest caliber (of) men and women ascended to the bench ...*”.⁶⁸

Ao final de sua avaliação, a ABA indica se, na sua visão, o indicado é *well qualified*, *qualified* ou *not qualified*, informação que é repassada não apenas para os membros do Comitê, mas, também, para a Casa Branca, o Departamento de Justiça e o próprio indicado.⁶⁹

Paralelamente, os grupos de interesse a favor e contra o indicado procuram difundir na mídia suas respectivas visões a respeito do candidato, de modo a “ganhar” a opinião pública, não havendo dúvida da força desta sobre os senadores que irão participar das sabatinas e também sobre todos que por fim votarão em plenário.

O segundo estágio do processo consiste na própria sabatina (*hearings*) do indicado em si. Esta forma de avaliação pelo Senado foi inaugurada em 1955, quando da indicação de John M. Harlan para a Suprema Corte.

Um bom resumo do funcionamento da sabatina é oferecido por McMILLION, que descreve o *hearing* da seguinte forma:

“A confirmation hearing typically begins with a statement by the chair of the Judiciary Committee welcoming the nominee and outlining how the hearing will proceed. Other members of the committee follow with opening statements, and a panel of “presenters” introduces the nominee to the committee. It is then the nominee’s turn to make an opening statement, after which begins the principal business of the hearing – the questioning of the nominee by Senators serving on the Judiciary Committee. Typically, the chair begins the questioning, followed by the ranking minority Member and then the rest of the committee in descending order of seniority, alternating between majority and minority members, with a uniform time limit for each Senator during each round. When the first round of

⁶⁸ *The ABA Role in the Judicial Nomination Process*, hearing, 101st Cong., 1st sess., June 2, 1989 (Washington: GPO, 1991), p. 2.

⁶⁹ Cf., a propósito: McMILLION. Ob. cit., p. 5.

questioning has been completed, the committee begins a second round, which may be followed by more rounds, at the discretion of the committee chair.”

Como apontado por WATSON e STOOKEY, variados podem ser os objetivos dos senadores ao questionar os candidatos. Para senadores indecisos, a sabatina pode servir para a formação da convicção, enquanto para aqueles convictos, pode servir tanto ao esclarecimento de algum tema, como para atacar ou defender o indicado, de modo a influenciar os demais senadores presentes.⁷⁰

Nos dias que se seguem à sabatina, o Senado pode ouvir, além da ABA, grupos de interesse e representantes da sociedade civil,⁷¹ colegas de profissão do indicado e todos aqueles que entender pertinentes para uma avaliação mais bem informada sobre o tema.

Após encerradas essas manifestações, o *Judiciary Committee* se reúne em sessão pública para apresentar a sua recomendação para o Senado como um todo, valendo notar, no entanto, que a recomendação não é vinculante. Na realidade, se uma maioria se forma no Comitê contra determinado candidato, não existe, em tese, sequer a necessidade de o nome ser apresentado para o plenário. No entanto, isso nunca ocorreu, tendo o Comitê levado ao plenário mesmo os nomes que acabou por não recomendar. No caso de Clarence Thomas, por exemplo, não houve recomendação negativa ou positiva por parte do Comitê, mas o plenário aprovou o nome.⁷²

Uma última observação merece ainda ser feita com relação à experiência norte-americana. Considerando o histórico da composição da Suprema Corte a partir da década de 1970 – formada por juízes de visões liberais ou comparativamente progressistas, em que cada voto é relevante para o veredito final –, bem como o contexto acima descrito, é razoável compreender cada nova indicação como um verdadeiro plebiscito acerca dos rumos do direito constitucional naquele país.

⁷⁰ WATSON, George L. e STOOKEY, John A. *Shaping America: the politics of Supreme Court Appointments*. New York: HarperCollins College Publishers, 1995, p. 150 e seguintes.

⁷¹ Por exemplo, na sabatina de Elena Kagan foram ouvidas a *Family Research Council*, que se opôs à indicada, e a *National Association of Women Judges*, que se manifestou favoravelmente à nomeação. No *hearing* de Sonia Sotomayor, a *National Fraternal Order of Police* se apresentou para defender a nomeação da primeira Latina para a Suprema Corte, enquanto a *National Abortion and Reproductive Rights Action League Pro-Choice America* sustentou que Sotomayor não deveria ser aprovada para o cargo.

⁷² Cf., a propósito: McMILLION. Ob. cit., p. 17.

A depender de quem seja escolhido para a Suprema Corte, o direito constitucional dos Estados Unidos será escrito, nos anos vindouros, de uma ou de outra forma. E esta tensão, nos parece, está no cerne do movimento centrípeto de atenção e envolvimento dos diversos atores sociais no processo de seleção de novos membros daquela Corte. Especialmente em um cenário em que a Suprema Corte esteja dividida, a substituição do chamado *swinging vote* tende a provocar uma intensa mobilização de grupos liberais e conservadores, como a que ocorreu no caso da indicação de Robert Bork, nomeado para suceder Lewis Powell.⁷³

II.3. O Brasil não é os Estados Unidos: diferenças a serem consideradas

No Brasil, até recentemente, verificava-se que a participação social e do próprio Senado Federal nas sabatinas eram pouco expressivas quando comparadas com o que ocorre hodiernamente nos EUA. Em verdade, até bem pouco tempo, as sabatinas realizadas pelo Senado Federal não costumavam ser mais do que cerimônias formais em que o nome indicado pelo Presidente era confirmado.⁷⁴

Como já mencionado, ao longo da história republicana brasileira, afora os casos ocorridos no governo do Presidente Floriano Peixoto, o Senado não recusou nenhum dos nomes encaminhados pelo Executivo.⁷⁵

O quadro abaixo ilustra o número de ministros do STF que foram indicados por cada um dos Presidentes da República:⁷⁶

⁷³ Quando a Suprema Corte está dividida, em geral com 4 *justices* considerados conservadores e 4 considerados liberais, o *swinging vote* é o voto responsável por desempatar as questões, fixando o entendimento da Corte. O *swinging vote* não segue, em regra, um padrão de deferência a um ou outro lado. Assim, no momento de substituição de um juiz com este perfil, como foi o caso de Lewis Powell, os dois lados possuem uma chance única de formar uma maioria de determinado perfil na Suprema Corte.

⁷⁴ Por exemplo, a sabatina do Ministro Paulo Brossard, em 8 de março de 1989, foi secreta e durou menos de duas horas; já na sabatina do Ministro Ilmar Galvão, nenhum senador pediu a palavra para arguir o indicado.

⁷⁵ Cf. OLIVEIRA, Maria A. J. de S. C. *Sobre a recusa de Nomeações para o Supremo Tribunal Federal pelo Senado*. Disponível em <http://www.direitopublico.idp.edu.br/index.php/direitopublico/article/viewFile/550/1009>.

⁷⁶ Cf. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/ministro.asp?periodo=stf&tipo=quadro>.

Presidente da República	N.º de ministros que nomeou
<i>Dilma Rousseff</i>	5 Ministros
<i>Luiz Inácio Lula da Silva</i>	8 Ministros
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	3 Ministros
<i>Itamar Augusto Cautiero Franco</i>	1 Ministro
<i>Fernando Affonso Collor de Mello</i>	4 Ministros
<i>José Sarney</i>	5 Ministros
<i>João Baptista de Oliveira Figueiredo</i>	9 Ministros
<i>Ernesto Geisel</i>	7 Ministros
<i>Emílio Garrastazu Médici</i>	4 Ministros
<i>Artur da Costa e Silva</i>	4 Ministros
<i>Humberto de Alencar Castelo Branco</i>	8 Ministros
<i>João Belchior Marques Goulart</i>	2 Ministros
<i>Jânio da Silva Quadros</i>	1 Ministro

<i>Juscelino Kubitschek de Oliveira</i>	4 Ministros
<i>Nereu de Oliveira Ramos</i>	1 Ministro
<i>Eurico Gaspar Dutra</i>	3 Ministros
<i>José Linhares</i>	3 Ministros
<i>Getúlio Dorneles Vargas</i>	21 Ministros
<i>Washington Luís Pereira de Sousa</i>	4 Ministros
<i>Arthur da Silva Bernardes</i>	5 Ministros
<i>Epitácio da Silva Pessoa</i>	3 Ministros
<i>Delfim Moreira da Costa Ribeiro</i>	1 Ministro
<i>Wenceslau Braz Pereira Gomes</i>	4 Ministros
<i>Hermes Rodrigues da Fonseca</i>	6 Ministros
<i>Nilo Peçanha</i>	2 Ministros
<i>Afonso Augusto Moreira Penna</i>	2 Ministros
<i>Francisco de Paula Rodrigues Alves</i>	5 Ministros
<i>Manoel Ferraz de Campos Salles</i>	2 Ministros
<i>Manoel Victorino Pereira</i>	3 Ministros

<i>Prudente José de Moraes Barros</i>	7 Ministros
<i>Floriano Vieira Peixoto</i>	15 Ministros
<i>Manoel Deodoro da Fonseca</i>	15 Ministros

Foram 177 indicações para a Corte durante a República, sem um histórico de debates antes de 1988 ou a recusa dos nomes, exceto aqueles já citados. Tais dados indicam que a sociedade brasileira, e, portanto, o seu Senado, não se preocupava com o Supremo Tribunal Federal e seus ministros. Este cenário começou a ser alterado a partir de 1988.

A comparação entre o histórico do processo de indicação de juízes da Suprema Corte dos Estados Unidos e do STF provoca a sensação de que, embora, como visto, o modelo adotado nos dois países tenha sido praticamente o mesmo, há uma diferença prática importante no que toca às sabatinas e ao número de indicados aprovados.

Seria esse um sintoma da ineficiência de nosso processo para fins de controle do Executivo pelo Legislativo, neste particular, e de ambos sobre a cúpula do Judiciário? Para utilizar a radical e contundente crítica de OLIVEIRA VIANNA a Rui Barbosa: estaríamos diante daqueles casos em que importamos leis para *citizens*, mas que devem ser aplicadas aos *caboclos*? ⁷⁷

Entendemos que a mera comparação estatística do número de indicados rejeitados deixa de captar importantes diferenças entre o sistema constitucional dos Estados Unidos e o adotado pelo Brasil. Para tanto, pelo menos cinco distinções importantes precisam ser feitas entre os dois regimes constitucionais.

A primeira decorre do sistema de *common law* e do texto “econômico” da Constituição Norte-Americana. Essas características colocam a Suprema Corte dos

⁷⁷ Cf., a propósito, VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974, especialmente o Capítulo XII, item II “Rui e a sua compreensão do papel do Poder Judiciário como base de garantia das liberdades civis”.

Estados Unidos em uma posição de maior liberdade interpretativa, de modo a prover equivalente funcional de emenda ou reforma constitucional ao “revelar” direitos não previstos expressamente no documento ou previamente interpretados mais restritivamente. O papel da Corte no desenho e redesenho da arquitetura constitucional norte-americana ao longo da história, como na criação do controle da constitucionalidade das leis pelo judiciário e na definição do fulcro constitucional das agências reguladoras, do Banco Central e do federalismo, também é importante para essa distinção.

O texto vigente da Constituição Norte-Americana hoje é formado pelos seus 7 artigos originais, pelas 27 emendas e por um conjunto de centenas de decisões da Suprema Corte, que acabaram por efetivamente criar diversos dispositivos, com variados níveis de detalhamento, por via hermenêutica, como é o caso dos *Miranda Rights*.⁷⁸

Essa liberdade é muito menor no Brasil, que conta com uma Constituição de 250 artigos (originalmente 246), 6 emendas constitucionais de revisão e, até a presente data, 91 emendas constitucionais, totalizando mais de 800 dispositivos, entre artigos, incisos e alíneas. Ou seja, embora o Brasil adote uma Constituição rígida, o Congresso Nacional tem sido absolutamente livre para alterá-la, pelo que várias demandas sociais (ou mesmo elitistas) acabam sendo resolvidas pelo Poder Legislativo, via emenda constitucional, sem que se vislumbre no STF o único ou mesmo o mais importante espaço para obter alterações constitucionais.

A segunda distinção diz respeito ao pano-de-fundo intelectual e cultural do Direito no Brasil. Aqui, o *Realismo Jurídico*⁷⁹ jamais enraizou-se ou ganhou influência como nos Estados Unidos. Tampouco aqui receberam ainda a importância que merecem estudos cientificamente acurados do impacto do Direito e das instituições jurídicas na vida concreta nacional, embora aqui já existam alguns estudos importantes.⁸⁰ Por fim, enquanto nos Estados Unidos e na Europa Ocidental a década de sessenta do século passado trouxe ares de mudança cultural profunda, aqui os ares eram de chumbo.

⁷⁸ Cf., a propósito, *Miranda v. Arizona*, 384 U.S. 436.

⁷⁹ Cf., a propósito, SCHLEGEL, Ob. cit.

⁸⁰ Cf., a propósito, os projetos da FGV Direito: *O Supremo em Números* (<http://www.fgv.br/supremoemnumeros/>) e a *História Oral do Supremo* (<http://historiaoraldosupremo.fgv.br/>) e a *História Oral do CNJ* (<http://diretorio.fgv.br/cjus/projetos-pesquisa/pesquisa-oral-cnj>).

A terceira diferença decorre do próprio sistema político e soma-se às características da Constituição Norte-Americana acima descritas. O sistema bipartidário implementado nos EUA, na prática, forçou que as indicações para a Suprema Corte carregassem esta divisão, com o tempo transformada em verdadeira polarização, o que gerou uma composição dividida entre juízes comparativamente mais progressistas ou conservadores. A consequência dessa divisão foi expressa nas últimas décadas em uma Corte ideologicamente rachada em diversos casos, situação cristalinamente representada pela decisão de *Bush v. Gore*.⁸¹

Esse cenário acentuou o entendimento de que a discussão a respeito de cada indicado para a instituição é decisiva para a criação do Direito constitucional nos anos que seguem. A cada nova vaga aberta para a Suprema Corte, ocorre uma espécie de plebiscito sobre a possível extensão interpretativa a ser dada para a Constituição e, portanto, sobre o futuro da república norte-americana.

Já no Brasil, somado à liberdade com que o Congresso Nacional passou a emendar a Constituição, o sistema de apoio ao Governo, que é de coalizão congressional,⁸² não vem impondo ao Presidente da República uma agenda político-ideológica comparativamente tão clara para a seleção do nome a ser indicado para o STF. Outrossim, o mesmo sistema de coalizão via de regra diminui consideravelmente o risco de não aprovação pelo Senado do indicado pelo Presidente.

Uma quarta diferença, que não devemos nunca esquecer, é que o Brasil enfrentou um século XX marcado por décadas de regimes autoritários, em que os freios e contrapesos constitucionais não passavam de semântica bem construída. Estamos, ainda hoje, amadurecendo nossa democracia e nossas instituições.⁸³

⁸¹ No caso *Bush v. Gore*, 531 U.S. 98, uma Suprema Corte dividida, mas com uma maioria de conservadores (1 voto), acabou por decidir a eleição norte-americana de 2000, dando a vitória ao candidato republicano George Bush. Os juízes indicados por presidentes republicanos pronunciaram votos a favor de George Bush e os indicados por presidentes democratas, a favor de Al Gore.

⁸² Cf., a propósito, ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados*. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 1, p. 5 – 34, 1988.

⁸³ A propósito do tema, Cf. GUEDES, Demian. *Autoritarismo no Direito Administrativo Brasileiro: origens históricas e sintomas contemporâneos*. Tese de doutorado apresentada à Coordenação de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob a orientação do professor Alexandre Aragão.

Por fim, a última distinção a ser apontada diz respeito ao tempo de utilização do modelo de sabatinas. Cumpre lembrar que, originalmente, nem no Brasil nem nos Estados Unidos, as sabatinas ocorriam conforme os moldes atuais. Nos Estados Unidos, a moderna forma de sabatina foi introduzida apenas no final da década de 1960, com transmissão televisiva, vale lembrar, a partir de 1981; no Brasil, a sabatina somente passou a ocorrer a partir de 1988. O tempo de amadurecimento institucional brasileiro, portanto, parece compatível com a experiência americana de aumento de interesse e de participação social.

Além dessas diferenças estruturais, políticas e culturais, serão também identificadas, de forma mais sistemática, e com base na avaliação das transcrições das sabatinas dos ministros escolhidos a partir de 1988 e nas entrevistas disponíveis na *História Oral do Supremo*,⁸⁴ as características práticas do funcionamento das sabatinas no Brasil, que, inclusive, vêm sendo alteradas em virtude do grau crescente de participação social. Este é o tema do penúltimo capítulo deste trabalho.

Antes, no entanto, o próximo capítulo procura demonstrar como o interesse do Executivo, do Legislativo e da sociedade em geral pelo STF – e, por consequência, a mobilização em torno das indicações do Presidente da República – vem crescendo ano após ano.

⁸⁴ Cf. ob.cit.

III - 1988 e a progressiva atenção ao processo de escolha dos ministros do STF

No dia 12 de maio de 2015, após mais de doze horas de sabatina, o nome do Professor Edson Fachin foi aprovado⁸⁵ para a vaga de ministro do STF pela CCJ do Senado Federal, com vinte e dois votos favoráveis e sete contrários. Dentre os processos de avaliação na CCJ de nomes indicados para o STF, esse foi, sem dúvida, o mais longo e participativo da história do Senado Federal.

Mesmo as duas sabinas mais polêmicas até então – as dos ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli, que duraram, respectivamente, aproximadamente 5 e 7 horas – não contaram com os mesmos níveis de mobilização e oposição. Gilmar Mendes foi aprovado pela CCJ com dezesseis votos favoráveis e seis contrários. No Plenário, ele recebeu cinquenta e sete votos favoráveis e quinze contrários. Já Dias Toffoli, após oito horas de sabatina, foi aprovado por vinte votos a três na CCJ, e por cinquenta e oito favoráveis e três contrários no Plenário. Edson Fachin, em linha com a difícil sabatina enfrentada, obteve a confirmação da aprovação do seu nome no Plenário pelo placar mais “apertado” da história: 52 a 27.⁸⁶

A discussão do nome do ministro Edson Fachin não recebeu grande atenção apenas do mundo político e da imprensa. Provocou também verdadeira mobilização da sociedade civil, inclusive nas chamadas “redes sociais”. Para ficarmos apenas no exemplo da mais conhecida, foram criadas, de forma inédita, “comunidades virtuais” a favor e contra o nome do candidato indicado pela Presidente Dilma Rousseff, como, por exemplo, a <https://www.facebook.com/NaoFachin> e a <https://www.facebook.com/pages/Apoio-ao-Ministro-Fachin/395155683997276>.

Ainda, o Portal E-Cidadania do Senado Federal recebeu da população brasileira 254 perguntas para serem apresentadas ao professor paranaense.⁸⁷ Uma pesquisa no

⁸⁵ Em verdade, do ponto de vista formal, o que é aprovado é o parecer apresentado pelo relator do caso.

⁸⁶ Excluídos aqui, evidentemente, os processos relativos aos cinco nomes rejeitados pelo Senado Federal.

⁸⁷ Cf., a propósito, <<https://twitter.com/JotaInfo/status/598165209061154817>>, consultado em 8 julho de 2015.

site *Google* com as entradas “sabatina + Fachin” nos apresenta nada menos que 146 mil resultados.⁸⁸

Esse foi, de fato, um processo de superlativos.

Conforme ressaltou o senador Cássio Cunha Lima, a sabatina do ministro Edson Fachin, juntamente com a recente sabatina do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, representaram, em conjunto, um “momento histórico” na forma de controle exercido pelo Senado Federal sobre as indicações do Presidente.⁸⁹

A mobilização em torno do processo de nomeação do ministro Fachin parece ser uma evidência de que a sociedade “acordou” definitivamente para a importância da seleção dos ministros do STF, no rastro da percepção da importância crescente da Corte na vida nacional.⁹⁰ Com efeito, ainda que um Senado mais mobilizado e a participação da sociedade organizada já pudessem ser notadas em outras sabatinas,⁹¹ os números envolvidos neste último processo foram inéditos.

Esse cenário de mobilização política e social contrasta – e muito – com o que ocorreu nas indicações para o STF nos primeiros anos após a promulgação da Constituição de 1988. Os exemplos são contundentes.

A sabatina na qual foi aprovado o nome do ministro Paulo Brossard, em 8 de março de 1989, durou apenas uma hora e vinte e nove minutos e foi, nas palavras do próprio ministro, “elegante”.⁹² Em rápida sessão, o ministro Celso de Mello, em 6 de maio de 1989, teve seu nome aprovado pela unanimidade dos senadores presentes (17) à sessão da CCJ. Lembramos, ainda, o caso da sabatina do ministro Ilmar Galvão, em 11 de junho de 1991, onde, após a leitura do currículo do indicado, não houve qualquer

⁸⁸ Cf., a respeito, <[http:// google.com](http://google.com)>, consultado em 13 de junho de 2015.

⁸⁹ Cf. <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?6&reuniao=3774&codcol=34>, consultado em 27 de agosto de 2015.

⁹⁰ Um estudo mais aprofundado a respeito da nomeação do ministro Edson Fachin merece ser realizado para avaliar a correlação entre a mobilização contrária ao nome e a desaprovação ao Governo Dilma. Com efeito, pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha, em abril de 2015, apontava que 87% da população brasileira considerava o governo regular, ruim ou péssimo.

⁹¹ Cf. os dados que serão apresentados no Capítulo V a respeito das duas sabatinas acima indicadas.

⁹² Cf., a propósito, FONTAINHA, Fernando C.[et al] (orgs.). *História oral do Supremo (1988-2013)*, v. 1. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

pergunta por parte dos membros da Comissão de Constituição e Justiça.⁹³

Do contraste entre os dois momentos acima descritos, vê-se que um longo caminho foi percorrido para chegarmos ao atual estágio de participação política e social. Saímos de um Poder Judiciário que era considerado, tão tardiamente na história da República quanto o ano de 2003, como uma das instituições que mais geravam desconfiança na população,⁹⁴ para um Poder que, conforme ressaltado pelo ministro César Peluso no discurso de abertura do ano judiciário em 2012, vem sendo chamado a decidir questões fundamentais para o país como “*demarcação de terras indígenas, importação de pneus, realização de pesquisas com células-tronco embrionárias, sistema de cotas no âmbito do ensino, manifestações em favor da discriminação do consumo de drogas, união homoafetiva, voto impresso, a chamada lei da “ficha limpa” etc.*”,⁹⁵ e, por isso, vem recebendo crescente atenção política e social.

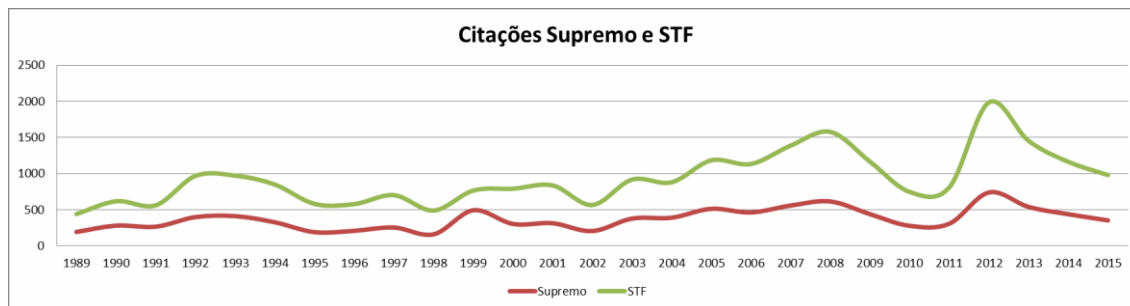
Desde a entrada em vigor da Constituição de 1988, a distância entre o STF e a sociedade diminuiu e o interesse pelo Tribunal e seus membros aumentou. O STF entrou não só no noticiário, de onde nunca mais saiu, mas tomou sobretudo o palco das grandes questões nacionais, onde há sinais de que jamais deixará de ser um dos protagonistas.

Para ilustrar, o gráfico abaixo, que elaboramos a partir de pesquisa no sítio eletrônico do jornal Folha de São Paulo, demonstra a trajetória de crescimento permanente do número de referências ao Supremo Tribunal Federal (ou ao “STF”), indicando a progressiva, porém não linear, presença da Corte na mídia. A não linearidade em questão pode ser explicada por fatores contextuais, tal como julgamentos importantes. A tendência, no entanto, é clara.

⁹³ DSF 79, p. 3195. Brasília, DF, 12 jun 1991.

⁹⁴ Cf., a respeito, a seguinte pesquisa: *Judiciário e Congresso são as instituições que mais geram desconfiança na população*. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2003-nov-10/pesquisa_revela_pensa_sociedade_instituicoes>.

⁹⁵ Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/AnoJudiciario2012.pdf>>.



Como parte da explicação para esse aumento progressivo do interesse midiático e popular pelo Poder Judiciário e por seus integrantes, particularmente pelas Cortes Constitucionais, LLANOS e LEMOS afirmam que *“With courts increasingly making substantive policy and regulating political activities, there was also a growing political and public interest in who judges were and how they were chosen”*.⁹⁶

O novo papel político do Judiciário em geral é um norte interessante para explicar a mobilização em torno da indicação de seus membros. Mas esta explicação retrata apenas um fragmento, embora importante, do fenômeno no Brasil.

Como apontado na introdução deste trabalho, a análise da interface de instituições políticas nacionais entre si, bem como entre elas e a sociedade, deve considerar pelo menos quatro elementos: (i) a arquitetura institucional/constitucional; (ii) o extrato e características sócio-antropológicas e profissionais dos atores que ocupam as posições proeminentes nessas instituições; (iii) a substância das competências dadas a cada instituição; e, por fim, (iv) o contexto social, político, econômico e cultural da operação dessas instituições no desencargo de suas competências, dado seu desenho e posição institucional e os atores que as habitam no topo.

Embora este trabalho toque nos quatro fatores apontados, seu foco, neste item, recai nos “fatos geradores” dessa mudança, que residem nas características da Constituição de 1988 (a arquitetura institucional/constitucional do STF e a substância das competências dadas à Corte na Constituição).

⁹⁶ LLANOS, Mariana; LEMOS, Leany B. *Presidential Preferences? The Supreme Federal Tribunal Nominations in Democratic Brazil*. *Latin American Politics and Society*, v. 55, p. 79.

Com efeito, ao redesenhar as bases institucionais da nova democracia brasileira, a Constituição de 1988 trouxe, juntamente com um desenho institucional com lastros históricos nas constituições republicanas que a precederam, um espectro de competências bem mais amplo para o STF. E esse espectro de competências, sobreposto ao desenho institucional/constitucional, acabou sendo bastante testado, especialmente por aqueles envolvidos no campo típico das disputas políticas.

No discurso de abertura do Ano Judiciário de 2005, o ministro Nelson Jobim acentuou este novo papel que já se reconhecia para o Judiciário, indicando que:

“Eu creio, Senhores, que nós observamos neste ano, e nestes últimos anos, um crescente protagonismo judicial, seja neste tribunal, quando, afora as questões técnicas específicas, acabou o controle da constitucionalidade se transformando também numa instância recursal da luta política. Por diversas vezes aqui examinamos o prolongamento da disputa política junto ao Congresso Nacional em relação à elaboração legislativa. Tivemos, em alguns casos, o uso da Ação Direta no sentido de ser um instrumento, inclusive para maior visibilidade de posições político- partidárias. Tivemos também o uso da ação direta por partidos políticos visando a busca do debate constitucional. Mas ao fim, um crescimento imenso da disputa judiciária como um prolongamento da disputa política trazendo o Supremo Tribunal Federal e as estruturas judiciárias para o centro do debate político nacional.

*Houve também durante esse período, principalmente a partir dos anos 90, uma progressiva judicialização das lesões de massa e dos debates de massa. Houve um acréscimo de funções no sistema judiciário exatamente porque passou o sistema judiciário a integrar a agenda nacional como um lócus para o debate das grandes questões nacionais”.*⁹⁷ (grifos acrescentados)

Ajustando o foco analítico ainda mais, acreditamos que pelo menos duas

⁹⁷ Cf., a propósito: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=64188>

características estruturais da Constituição de 1988 tenham contribuído decisivamente para esse novo papel do STF. A primeira está relacionada à maneira como a Constituição foi elaborada; a segunda, com a ampliação do número de entidades que possuem legitimidade para provocar o STF, no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, particularmente os partidos políticos e confederações sindicais.

De fato, em virtude da regra geral de rigidez constitucional, durante a Assembleia Nacional Constituinte (“ANC”), é possível observar que vários grupos tentaram proteger seus interesses por meio da inclusão de disposições no texto constitucional. Entretanto, a ANC foi bastante heterogênea e a obtenção de consenso sobre qualquer tema trouxe desafios estratégicos, forçando seus membros a criar uma Constituição com muitos *topos*, que comportam razoável grau de elasticidade hermenêutica. Neste cenário, torna-se desnecessário descrever a importância do papel do órgão responsável pela guarda da Constituição.

Adicione-se ao cenário acima o fato de que o art. 103 da Constituição de 1988 autorizou nove diferentes instituições a desafiar a constitucionalidade das leis perante o STF. Oito a mais do que o previsto na Constituição anterior.⁹⁸ Por essa porta aberta, sindicatos e partidos viram a oportunidade de desafiar as políticas governamentais, a nível estadual e federal, bem como decisões regimentais no âmbito do Congresso Nacional e Assembleias Estaduais contrárias a seus interesses. Não por outro motivo, o número de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) apresentadas por esses dois grupos aumentou praticamente todos os anos desde 1988.⁹⁹

Se tirarmos uma fotografia dos primeiros 10 anos de vigência da Constituição de 1988, veremos que as associações nacionais de empresários e de trabalhadores foram responsáveis pela maioria das ADIs que chegaram ao STF (mais de quinhentas). Os sindicatos nacionais de trabalhadores foram responsáveis por 26,1% das ADIs contra atos normativos do Poder Executivo Estadual, 23,2% das ADIs contra atos do

⁹⁸ Na Constituição anterior, apenas o Procurador-Geral possuía legitimidade para contestar a constitucionalidade de uma lei perante o STF, na forma do art. 114, I, número 1, da Constituição da República de 1967.

⁹⁹ Cf. VIANNA. Ob. Cit, p. 57, bem como a estatística apresentada pelo STF em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina=adi>>, que indica que, entre os 15 legitimados que mais propuseram Ações Diretas de Inconstitucionalidade, 7 são Governadores de Estado e 5 partidos políticos.

Poder Executivo Federal, 9,2% das ADIs em face de leis estaduais, e 21,3% das ADIs contra leis federais.¹⁰⁰

Como descrito pelo ministro Nelson Jobim, os partidos políticos também aprenderam a desafiar a constitucionalidade das leis e decisões legislativas regimentais para atingir objetivos políticos. E o *script* consolidou-se: após sofrerem uma derrota no Congresso, os partidos se acostumaram a discutir novamente o tema perante o STF, forçando o Tribunal a analisar juridicamente disputas que, antes, se mantinham exclusivamente nas arenas políticas. De outubro de 1988 até o fim de 1998, partidos considerados de esquerda¹⁰¹ – que não faziam parte da base do Governo – apresentaram 58,9% de todas as ADIs propostas em relação a leis federais e estaduais, enquanto partidos considerados de direita,¹⁰² que apoiavam o Governo, apresentaram apenas 2,8% dessas ações.

Claramente, a oposição descobriu no STF um espaço de disputa e (re)disputa; inevitavelmente, o alvo principal, porém não exclusivo, foi o Poder Executivo. As matérias levantadas nessas ações corroboram esta afirmação. No nível federal, a maioria das ADIs desafiaram a constitucionalidade de normas sobre: (i) estrutura do Poder Executivo (34,7%); (ii) políticas econômicas implementadas pelo Poder Executivo (17,4%); e 3) políticas fiscais (15,6%).

Derrotas nestas matérias poderiam inviabilizar políticas públicas importantes defendidas pelo Governo eleito. Portanto, além da legitimidade eleitoral e da coalização no Congresso Nacional, o Presidente da República também passou a ter que convencer o STF de que seus planos eram compatíveis com a Constituição.

Um exemplo contundente é o do caso do IPMF, no qual o Tribunal considerou a Emenda Constitucional nº 3, de autoria do Presidente Itamar Franco, inconstitucional, por violação ao princípio da anterioridade fiscal (art. 150, III, *b*, da Constituição)¹⁰³; esse resultado impactou a arrecadação federal da época entre US\$ 1,6 bilhão e US\$ 2,4

¹⁰⁰ VIANNA. Ob. cit., p. 60.

¹⁰¹ PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV, PCB, PSTU.

¹⁰² PFL, PPB, PPR, PRONA, PLP.

¹⁰³ Ver ADI nº 926-3.

bilhões.¹⁰⁴

Some-se ao quadro acima os dados extraídos do contundente trabalho “*O Supremo em Números*”, que indicam que, no papel de *Corte Recursal*,¹⁰⁵ nada menos do que 87% dos recursos apresentados ao STF envolviam o Poder Executivo, sendo que, deste número, 68% envolviam o Governo Federal.¹⁰⁶ Ainda, os dois tipos de assuntos mais analisados pelo Supremo foram Direito Administrativo e Direito Tributário (somados 40,1% dos casos), sendo que, no primeiro caso, a categoria “servidores públicos” representa mais do que a metade dos processos.¹⁰⁷

Vale ainda lembrar que o STF foi responsável por controlar o processo de impeachment do Presidente Fernando Collor e a enfrentar milhares de ações relativas aos chamados “planos econômicos”.

Diante desse quadro, é intuitivo perceber que, na qualidade de maior cliente, passou a fazer sentido para o Poder Executivo – que agora não pode mais simplesmente aposentar ministros, como ocorreu na *Era Vargas* e durante o período de exceção inaugurado em 1964 – dedicar mais atenção aos nomes que indica para integrar o STF.

III. 1. Executivo: a mudança do perfil do escolhido

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, foi iniciada a primeira onda de atenção ao processo de escolha dos membros do STF¹⁰⁸, com o Presidente da República captando os novos ares e modificando sutilmente a forma de seleção dos nomes que indicava para o STF. O Poder Legislativo e a sociedade, no entanto, demoraram um pouco mais para “acordar” para o tema.

¹⁰⁴ Conferir, a respeito, a reportagem “*Itamar manda cortar orçamento*”, em O Estado de São Paulo, 16 de setembro de 1993.

¹⁰⁵ “Corte Recursal” é a terminologia utilizada pelo *I Relatório Supremo em Números*. Ob. Cit, p. 53.

¹⁰⁶ Cf., a propósito, o *II Relatório Supremo em Números: o Supremo e a Federação*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2013, p. 67.

¹⁰⁷ Ob. cit., p. 48.

¹⁰⁸ A propósito do tema do interesse dos Presidentes brasileiros de causarem impactos políticos por meio de suas indicações, conferir especialmente as obras referidas na bibliografia de LLANOS e LEMOS; e o debate entre PRADO e TÜRNER e ARGULHES e RIBEIRO

Um olhar detido para o período histórico inaugurado pela Constituição de 1988 até os dias atuais poderá nos indicar a existência de distintas e sequenciais “ondas de interesse” em relação ao processo de seleção dos ministros do STF.

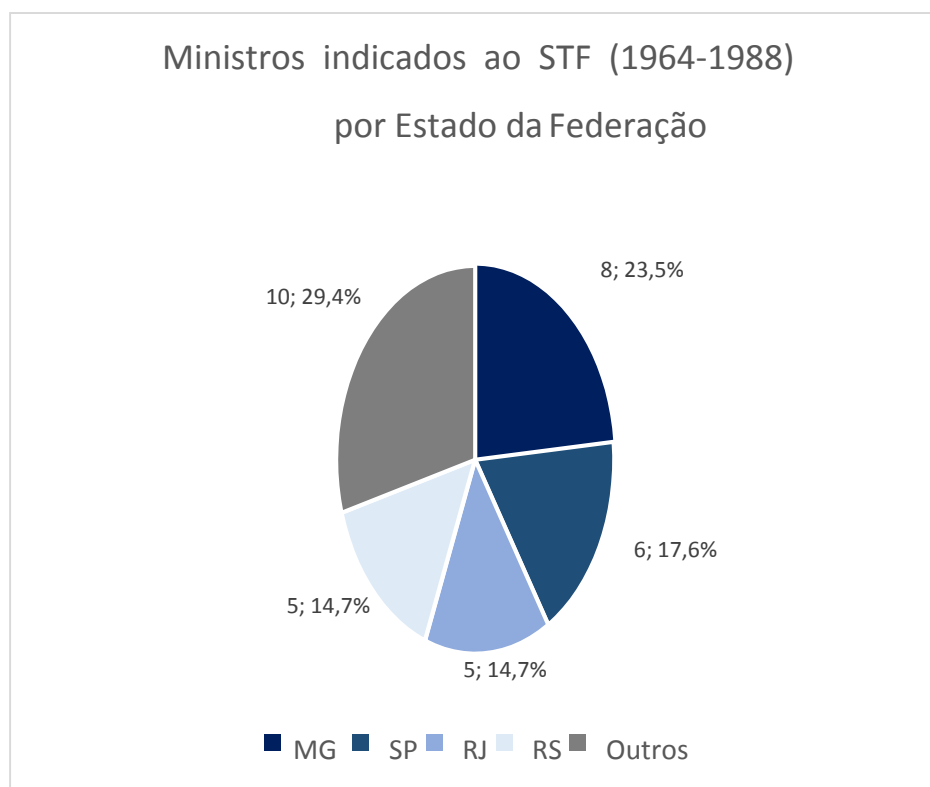
Uma comparação entre o perfil dos ministros do Supremo Tribunal Federal nomeados entre 1964 e 1988¹⁰⁹ e daqueles indicados entre 1988 e 2002,¹¹⁰ demonstra poucas e sutis mudanças em relação ao perfil profissional observado. Mas, entre essas mudanças, alguns dados apontam que a importância de fazer a escolha certa foi percebida pelo Presidente da República.

Durante o primeiro período mencionado acima (1964-1988), trinta e quatro ministros foram indicados para o STF. Todos homens. 82,3% dedicavam parte de seu tempo à docência em uma escola de Direito e a maioria (79,4%) tinha apenas o grau de bacharel. Houve seis ministros com grau de doutorado e apenas um com grau de mestrado em Direito.

A maioria dos ministros era original de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o que corresponde a, respectivamente, oito (23,5%), seis (17,6%), cinco (14,7%) e cinco (14,7%) membros. O gráfico abaixo ilustra essa distribuição.

¹⁰⁹ A decisão de utilizar o período de 1964-1988 decorre apenas do fato de ser este o período político imediatamente anterior àquele inaugurado pela nova Constituição. Não se ignora, por óbvio, que o fato de não haver efetiva separação de poderes durante este período da história, com a predominância do Executivo sobre os demais poderes constitucionais, tornava de segunda grau de importância a escolha de ministros do Supremo. Lembre-se, inclusive, que, no caso do STF, como visto neste trabalho, ocorreu a aposentadoria forçada de ministros que se posicionaram contra os interesses do governo militar. Mas este dado também reforça a mudança do papel institucional do Supremo.

¹¹⁰ O ano de 2002 marca o fim do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A partir do Governo do Presidente Luis Ignácio Lula de Silva, entendemos que já estava consolidado no Planalto o entendimento de que o preenchimento das vagas do STF era de suma importância para os interesses do Governo, o que restou claro com a indicação de Gilmar Mendes para a Corte.



Quase todos os ministros (97,1%) formaram-se em Direito por uma faculdade pública no Brasil. As cinco faculdades nas quais foi formada a maioria dos membros deste grupo foram as seguintes: 1) Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a antiga Faculdade Nacional de Direito (11 ministros); Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a Faculdade do Largo de São Francisco (5 ministros); Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (4 ministros); Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (4 ministros); e Faculdade de Direito do Recife (3 ministros).

Salvo seis ministros, todos os outros membros do STF praticaram a advocacia durante algum período (82,3%). Mas, em geral, o trabalho como advogado foi apenas o primeiro passo de suas carreiras. A maioria deles advogou por algum tempo e, então, assumiu uma posição na administração pública.¹¹¹ Na verdade, todos os ministros ocuparam, em algum ponto de suas carreiras, um cargo público.¹¹²

¹¹¹ Curiosamente, durante esse período, 17,6% dos ministros trabalharam como jornalistas em algum momento de suas carreiras.

¹¹² A expressão "cargo público" aqui tem o sentido de qualquer cargo, emprego ou função pública, de qualquer um dos Poderes.

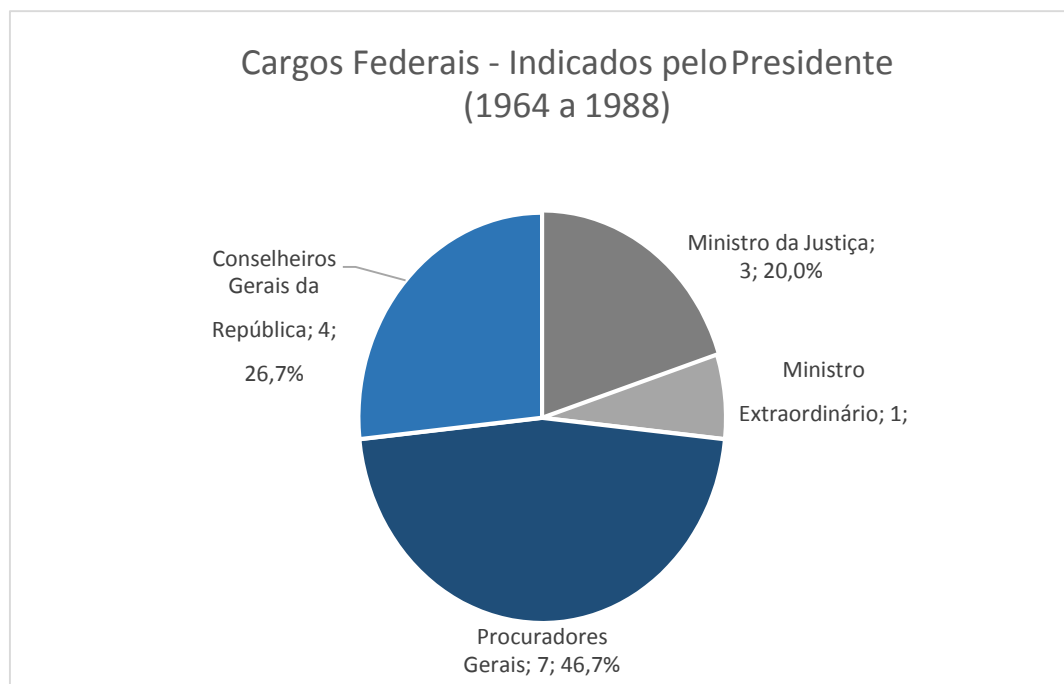
Muitos ministros passaram parte de suas carreiras como juízes de direito (32,5%). É digno de nota que apenas uma pequena percentagem desse grupo começou suas carreiras em uma instituição federal. Apenas 5,8% dos ministros foram magistrados da Justiça Federal de primeira instância, enquanto 11,7% foram procuradores federais. Esse é um cenário diferente do grupo de membros do Supremo Tribunal Federal pós-1988, como demonstraremos a seguir.

Ainda no período 1964-1988, vários ministros tiveram experiência política anterior em um cargo eletivo. Quatro deles foram Prefeitos, cinco (14,7%) foram membros de Assembleias estaduais, dois (5,8%) foram Governadores de Estado e oito (23,5%) foram membros eleitos da Câmara dos Deputados. De acordo com dados disponíveis, pelo menos cinco juízes pertenceram ao partido político UDN.¹¹³

Antes de serem nomeados para o STF, vários ministros tiveram alguma experiência em cargos subordinados diretamente ao Presidente. Três como ministros da Justiça, um como Ministro Extraordinário e sete (20,5%) como Procuradores-Gerais da República, além dos quatro que foram Conselheiros-Gerais da República (11%).

O quadro abaixo demonstra a distribuição dos cargos federais subordinados diretamente ao Presidente da República.

¹¹³ As informações utilizadas aqui são as constantes dos currículos dos ministros do STF disponíveis em <<http://stf.jus.br>>.



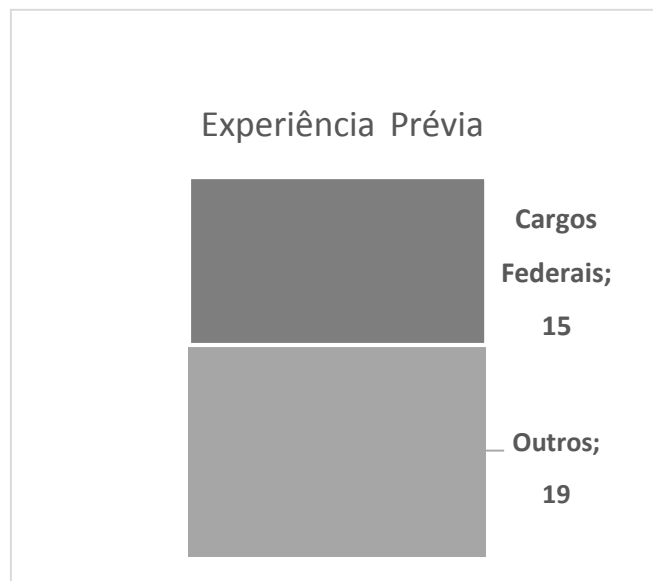
Outra informação que merece destaque é a de que cargo era ocupado pelos ministros quando foram indicados para o Supremo Tribunal Federal. Neste particular, as indicações posteriores à 1988 terão um perfil distinto, como se verá adiante.

No caso do grupo sob análise, pouco mais do que $\frac{1}{4}$ dos ministros (26,4%) vieram de um Tribunal estadual, o que pode indicar a antiga tradição política de usar cargos federais para influenciar a política local. Se somarmos os quatro Procuradores-Gerais da República, os dois Conselheiros Gerais da República, o Ministro Extraordinário e o assessor especial da Presidência, o resultado demonstra que apenas 23,5% dos nomeados neste período estavam trabalhando diretamente com o Presidente da República, imediatamente antes de serem indicados para o STF.

Esse dado indica que a experiência anterior como colaborador direto do Presidente, ou até mesmo a proximidade com questões federais,¹¹⁴ não foram critérios importantes para as indicações.

Veja-se abaixo o quadro geral de experiência prévia dos ministros, no que concerne à ocupação de cargos federais antes de serem indicados para o STF.

¹¹⁴ Vale notar que apenas 14,7% dos indicados deste grupo vieram do extinto Tribunal Federal de Recursos.

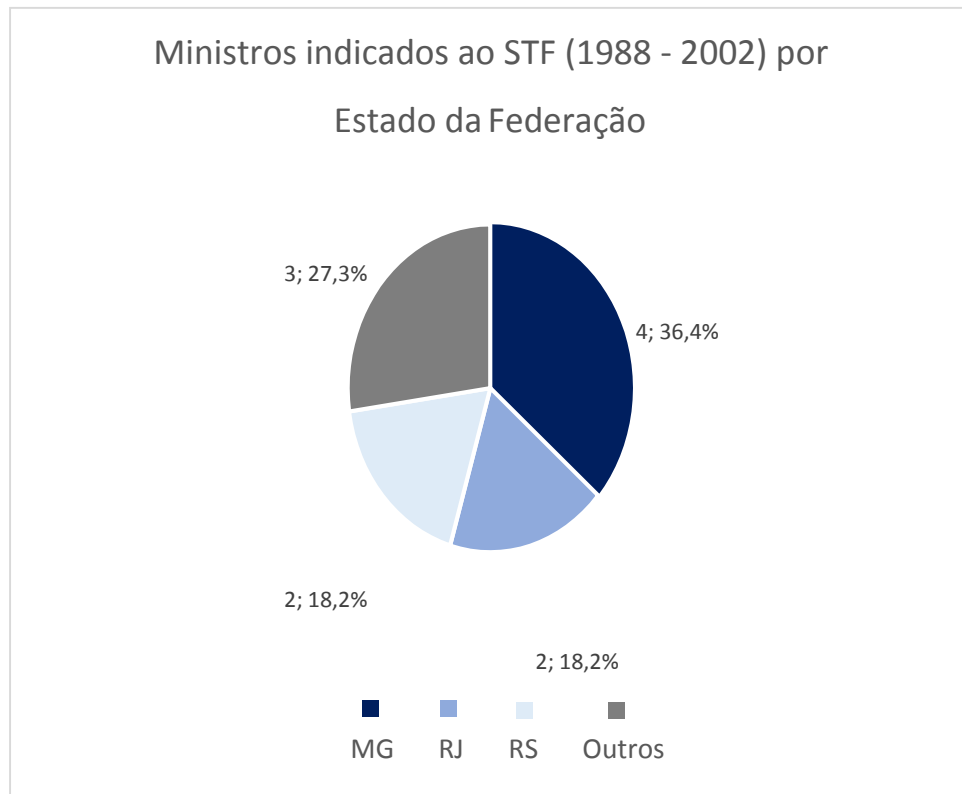


O quadro acima vai ser profundamente modificado nos primeiros anos que se seguiram à promulgação da Constituição de 1988.¹¹⁵ De 1988 a 2002, onze novos ministros foram indicados para o STF. Dez homens e a primeira mulher, a ministra Ellen Northfleet.

Assim como constatado no grupo apresentado anteriormente, a maioria dos ministros do período pós-1988 dedicou parte de suas carreiras à vida acadêmica (90%). Novamente, a maioria possuía apenas o grau de bacharel (60%). Além disso, dois eram pós-graduados *lato sensu*, um possuía grau de mestre e apenas um possuía o grau de doutor.

O quadro abaixo demonstra que a maioria dos membros do Tribunal veio dos mesmos Estados que o grupo anterior.

¹¹⁵ Para fins deste capítulo, que procura demonstrar os indícios de que a atenção com o processo de indicação de ministros do STF aumentou por parte do Poder Executivo nos primeiros anos após a promulgação da Constituição de 1988, utilizamos como recorte os indicados para o STF até o final do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso



Todos os ministros formaram-se em universidades públicas. Quatro na Universidade Federal de Minas Gerais, três na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dois na Universidade Federal do Rio de Janeiro, um na Universidade de São Paulo e um na Universidade de Brasília.

Nesse grupo de ministros, um número menor, se comparado ao grupo anterior, dedicou tempo à advocacia, e mais deles foram funcionários públicos durante a maior parte de suas carreiras. Apenas 70% foram advogados por algum período.

Esse grupo de ministros adveio, em grande parte, de cargos federais. Apenas um ministro foi juiz estadual e dois deles foram promotores.¹¹⁶ Três ministros foram juízes federais em algum ponto de suas carreiras, dois foram procuradores federais e um deles serviu tanto como procurador do trabalho, quanto como juiz do trabalho.

Em relação a cargos eletivos, um membro do STF foi eleito para uma

¹¹⁶ O ministro Carlos Velloso foi promotor de justiça no Estado de Minas Gerais e, posteriormente, juiz de direito do mesmo Estado.

Assembleia Estadual, dois foram membros da Câmara dos Deputados e dois foram eleitos para o Senado. É curioso notar que um deles, o ministro Maurício Corrêa, participou como senador das audiências de nomeação de vários de seus futuros colegas de Tribunal.

Quatro dos futuros ministros do STF atendiam ao Presidente diretamente como ministros de Estado, um era Procurador-Geral e outro Advogado-Geral da União quando foram indicados. Portanto, 63,3% dos ministros saíram diretamente de um cargo subordinado ou (muito) próximo ao Presidente da República.¹¹⁷

Esses dados demonstram que os Presidentes passaram a indicar candidatos com proximidade ao Governo. Essa tendência foi confirmada pela mais contundente indicação feita pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para o Tribunal, a do ministro Gilmar Mendes.¹¹⁸

No mesmo sentido, a preocupação do Presidente em evitar fazer indicações às cegas também pode ser observada por meio da análise dos outros cargos que os ministros ocuparam antes de serem indicados para o STF. Neste grupo, 100% dos ministros indicados foram membros de alguma instituição federal, o que indica que a proximidade com o governo central foi um critério usado pelo Presidente para selecionar juízes para o Tribunal.

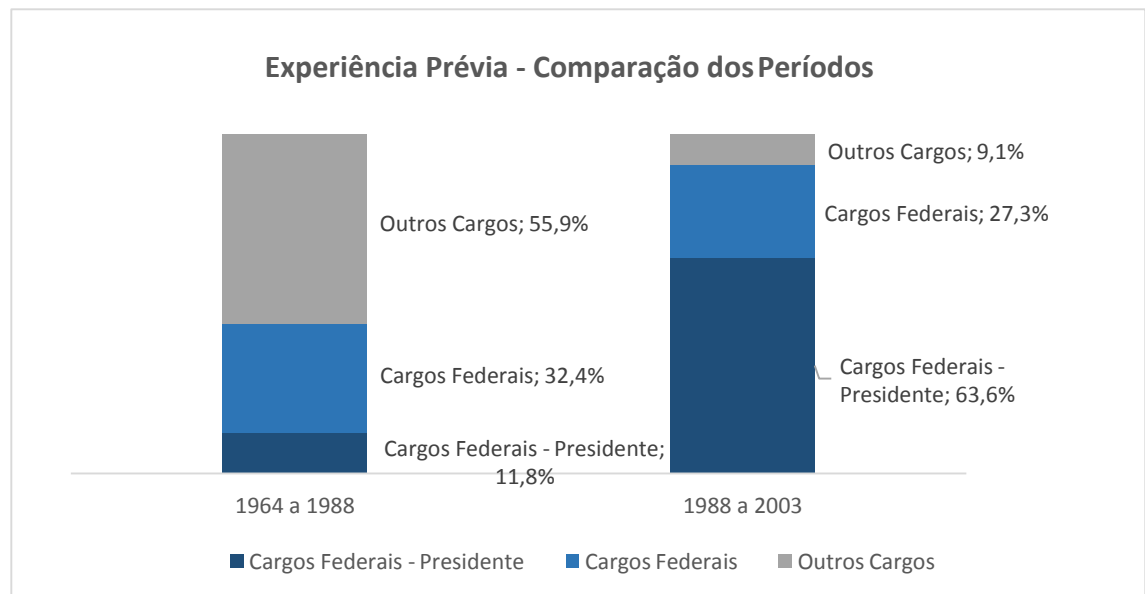
Três indicados eram ministros da Justiça quando foram selecionados, ou em período imediatamente anterior à indicação; um foi Ministro das Relações Exteriores, um foi Procurador-Geral da República; um foi membro do Tribunal Superior do Trabalho; um foi membro de um Tribunal Regional Federal; dois foram membros do Tribunal Superior de Justiça; e um foi Secretário-Geral do Conselheiro-Geral da República.

O quadro abaixo procura demonstrar a diferença entre o primeiro (1964-1988)

¹¹⁷ O caso do ministro Sepúlveda Pertence foi contabilizado porque ele mesmo, em seu depoimento para o *História Oral*, apontou sua atuação como diretamente vinculada ao Presidente da República.

¹¹⁸ O Presidente indicou um de seus aliados mais fiéis, o Advogado-Geral da União, Gilmar Ferreira Mendes.

e segundo (1988-2002) grupos analisados, *vis a vis* a experiência prévia dos ministros em postos de trabalho em instituições federais.



Embora esses dados reflitam que a mudança no papel do STF no cenário institucional foi percebida pelo Presidente, uma análise das audiências dos ministros na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) indica, por outro lado, que o Senado não teve naquele período o mesmo interesse pelo STF. Tanto o Congresso como a sociedade permaneceram inicialmente desinteressados em acompanhar quem estava sendo indicado pelo Presidente para a vaga do STF. Os anos que se seguiram, no entanto, trouxeram novidades neste campo.

III.2. O Senado acorda

O Poder Legislativo não ignorou que a Constituição de 1988 trouxe novos contornos para a atuação do Poder Judiciário. Como visto acima, a mudança tanto no perfil de atuação das Cortes como no dos próprios juízes foi sendo gradualmente assimilada pelo Congresso Nacional.

Não obstante os novos contornos do controle de constitucionalidade e a chamada “judicialização da política”¹¹⁹ – que por si só já explicariam a progressiva atenção que o Legislativo passou a ter com o Judiciário –, em pelo menos duas frentes particulares o Supremo Tribunal Federal passou a confrontar e controlar diretamente a atuação do Congresso Nacional: nas Comissões Parlamentares de Inquérito¹²⁰ e no processo legislativo. Esses fatos podem ter reforçado o interesse parlamentar em geral, ou pelo menos o das lideranças partidárias, pelo processo de escolha dos ministros da Corte Suprema.

Desde a década de 1990, o STF passou a ser a última esperança para aqueles que viam algum tipo de inconstitucionalidade na atuação das CPIs, sobretudo no campo das violações do devido processo legal, da presunção de inocência e dos direitos relativos à intimidade, vida privada e liberdade. São dessa época decisões importantes que moldaram o *modus operandi* das CPIs, contrariando, muitas vezes, o entendimento do Legislativo sobre o tema.

Ainda em 1994, por exemplo, o STF, no HC nº 71.039/RJ, de 7/4/94, sob a relatoria do Ministro Paulo Brossard, fixou entendimento no sentido de não ser lícita a decretação de prisão de depoente por Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito, em razão da recusa em responder perguntas, alegando sigilo profissional sobre o tema.

Em seguida, o STF decidiu também pela impossibilidade de proibição ou restrição à assistência jurídica aos investigados (HC nº 75.287-0, de 30/2/97).

No HC 79441, de 1999, o STF, contrariando frontalmente a vontade de membros do Congresso Nacional, decidiu que não cabe às CPIs investigar o mérito de decisões judiciais; no mesmo ano, no MS Nº 23.454/DF, de 19/8/99, a Corte transformou definitivamente a dinâmica das CPIs, quando decretou a necessidade de adequada motivação das decisões de quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.

¹¹⁹ Há grande produção acadêmica sobre o tema. Por todos, conferir BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. Disponível em <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>; e VIEIRA, Oscar V. *Supremocracia*. Revista Direito GV, nº 8. São Paulo: p. 441-463

¹²⁰ O professor Thiago Bottino me ofereceu o input em relação ao papel das CPIs na mobilização do Congresso Nacional em face da atuação do STF.

Também em 1999, o STF, no MS 23452/DF, de 8/6/99, limitou os poderes que o Congresso Nacional imaginava deter e reafirmou que as CPIs *“têm poderes de investigação vinculados à produção de elementos probatórios para apurar fatos certos e, portanto, não podem decretar medidas assecuratórias para garantir a eficácia de eventual sentença condenatória (...)”* e ainda garantiu o direito de permanecer calado para aqueles que fossem convocados para CPIs na qualidade de investigados (HC 79.563-1/MT, de 14/10/99).

Intervindo mais diretamente nas disputas políticas que ocorrem para a criação das CPIs, o STF assegurou às minorias parlamentares o direito público subjetivo de ver instaurada uma CPI que contasse com a formalização necessária (MS 24831/DF –22-6-2005); e em ação direta de inconstitucionalidade movida pelo PT,¹²¹ entendeu como constitucional o parágrafo 4º do artigo 25 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que limitava em 5 o número máximo de CPIs em funcionamento concomitante na Casa Legislativa.

Há, evidentemente, uma série de outras decisões do STF que poderiam ser destacadas, mas nos parece que estas são suficientes para demonstrar como a atuação da Corte acabou por limitar a atuação do Congresso Nacional neste tema.¹²²

Em outro campo, mas no mesmo sentido, o STF também atuou no controle de matéria classicamente entendida como *interna corporis*, qual seja, a avaliação do cumprimento das regras de processo legislativo. A possibilidade de controle jurisdicional durante o processo legislativo das emendas à Constituição foi definida pela Corte, que indicou que *“a irreformabilidade desse núcleo temático, acaso desrespeitada, pode legitimar, desde logo, a judicial review, que constitui, nesse contexto, o instrumento de preservação e de restauração da conduta emanada do órgão exercente das funções constituintes primárias”*.¹²³

¹²¹ Cf., a propósito, a ADI nº 1635/DF, de 19/10/2000.

¹²² Vale lembrar, ainda, que o Congresso Nacional criou, em 1999, por requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (Requerimento nº 118, de 25-03-1999), a chamada *“CPI do Poder Judiciário”*, para investigar denúncias envolvendo membros de tribunais superiores e tribunais de justiça. O presidente da CPI foi o senador Ramez Tebet e o relator o senador Paulo Souto.

¹²³ Cf., a propósito, MS nº 23.087-5/SP, de 3/8/1998.

Em decisão favorável ao Poder Legislativo, o STF também assegurou a possibilidade de ampla atuação deste, por meio de emendas parlamentares, mesmo em projetos de lei de iniciativa privativa extraparlamentar, confirmando que “*a iniciativa de lei constitui mero pressuposto objetivo vinculatório do procedimento legislativo, que se exaure no impulso dado pelo Poder competente, sem o efeito de reduzir a atuação do Poder Legislativo a um simples aprovação ou rejeição.*”¹²⁴

Em outra decisão importante, o STF acatou a possibilidade de parlamentar impetrar mandado de segurança para garantir a observância do devido processo legislativo, entendendo o seu cabimento quando existe a vedação constitucional que se dirige ao próprio processamento da lei ou da emenda constitucional, como previsto no parágrafo único do art. 57 da Constituição. A Corte confirmou, assim e uma vez mais, a possibilidade de sua atuação como controladora do processo legislativo.¹²⁵

Obviamente que esses não são dados empíricos que se prestem a comprovar de forma irrefutável uma relação direta – e exclusiva – entre a tutela exercida pelo STF e a reação do Congresso Nacional, no que tange ao conjunto de discussões que passaram a ocorrer a respeito da forma de seleção dos ministros do STF. Há outros tantos temas a tangenciar esta nova atitude do Legislativo – como, por exemplo, o *impeachment* do Presidente Fernando Collor, os planos econômicos e a própria questão das políticas públicas. Mas é indiscutível, no entanto, o impacto de tais decisões sobre a atuação do Congresso, bem como o fato de que os parlamentares passaram a olhar mais detidamente para a indicação dos ministros, o que se constata da análise do conteúdo das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) sobre o tema.

A correlação entre tais dados permite, nos parece, a ilação aqui sustentada, pendendo de mais estudos para confirmar de que a relação é efetivamente causal. O dado inegável é que o processo de seleção dos ministros do STF entrou na pauta do Congresso Nacional.

¹²⁴ Cf., a propósito, RE nº 140542-2/RJ, de 25/10/96.

¹²⁵ Cf., a propósito, MS nº 22449-5/DF, 20/3/96.

Apenas para ficarmos no exemplo do Senado Federal, que é o órgão constitucionalmente legitimado para participar do processo de aprovação dos indicados pelo Presidente da República, uma série de PECs foram propostas, a partir de 2002, para alterar o modelo atual.¹²⁶

Dentre as PECs apresentadas e já arquivadas, merecem destaque as de número 28 e 51. A PEC nº 28, de 2002, previa a exclusão completa do Poder Executivo do processo de seleção de qualquer magistrado, inclusive os do STF. Já a PEC nº 51, de 2009, propunha uma espécie de *recall* dos ministros do Supremo, prevendo que a confirmação do Senado Federal deveria ser renovada a cada 4 anos.¹²⁷

O dado importante de se registrar é que o movimento legislativo que procura alterar a forma de escolha dos ministros do STF teve início já na década de 2000.

Há que se mencionar, ainda, as 18 PECs que ainda estão em tramitação.

Em linha com outras PECs já arquivadas, a PEC nº 22, de 2012, pretende condicionar a escolha do Presidente da República aos nomes indicados em uma lista proposta pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2 nomes), pelo Conselho Nacional de Justiça (2 nomes) e pela OAB (um nome).

A alteração mais ampla proposta é a constante da PEC nº 50, de 2013, que visa a estabelecer que os ministros do STF serão escolhidos em lista elaborada, na forma da lei, por órgãos e entidades da área jurídica e composta de pessoas com, no mínimo, dez anos de experiência profissional na mesma área: (a) cinco pelo Presidente da República; (b) três pela Câmara dos Deputados; e (c) três pelo Senado Federal. Determina, ainda, que a

¹²⁶ A maioria das PECs já foi arquivada. As propostas, arquivadas ou ativas, estão disponíveis em <<http://www.senado.gov.br>>.

¹²⁷ Além das PECs destacadas, também foram apresentadas as seguintes: em 2005, a PEC nº 68, que procurou conceder aos órgãos de representação da magistratura, do ministério público e da advocacia a indicação de candidatos (2 por instituição) para que o próprio Supremo escolhesse o nome e encaminhasse para nomeação pelo Presidente; PEC nº 32, de 2007, que procurava incluir a obrigatoriedade de um novo critério objetivo (curso superior); PEC nº 30, de 2008, que disciplinada que a indicação dos nomes dos candidatos acontecesse pelo Conselho Federal da OAB, pela CCJ da Câmara e pela CCJ do Senado para a formação de uma lista, a partir da qual os próprios membros do STF escolheriam o novo ministro. No ano seguinte, a PEC nº 12 procurou disciplinar que o indicado para o STF deveria sair de uma lista tríplice elaborada pelos tribunais superiores.

referida lei regulamentadora disponha sobre o processo de escolha de ministro do STF para as vagas que venham a ocorrer após a vigência desta Emenda Constitucional, até a implementação do disposto no novo dispositivo constitucional.

A PEC nº 55, de 2012, procura modificar o processo de escolha dos ministros do STF por meio do envolvimento do Conselho Superior do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Justiça, da Câmara dos Deputados, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Presidência da República e do Senado Federal. Estabelece que os ministros do STF serão escolhidos pelo Senado Federal, dentre cidadãos com mais de 35 anos e menos de 65, integrantes de carreiras jurídicas, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Além disso, dispõe que, ocorrendo vaga, compor-se-á lista sêxtupla, formada por dois indicados pelo Ministério Público Federal, por intermédio do Conselho Superior do Ministério Público Federal; dois indicados pelo Conselho Nacional de Justiça; um indicado pela Câmara dos Deputados; e um indicado pela OAB, por meio do Conselho Federal. Também veda a indicação de quem tenha, nos quatro anos anteriores, ocupado mandato eletivo no Congresso Nacional ou cargos de Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União ou Ministro de Estado. Por fim, estabelece que, recebidas as indicações, o Presidente da República formará lista tríplice, enviando-a ao Senado Federal, que, obedecendo ao trâmite estabelecido na lei, escolherá um nome e o enviará ao Presidente para nomeação.

A PEC nº 58, de 2012, propõe alterar o art. 101 da Constituição da República, para estabelecer mandato de oito anos para os ministros do STF, mantendo a indicação dos nomes pelo Presidente da República e a confirmação pelo Senado Federal. Argumenta que o STF seria um colegiado que transcende a característica de Corte Constitucional integrante do Poder Judiciário, e se impõe como órgão essencialmente político, na mais ampla acepção do termo; alega que própria composição do Tribunal não teria elementos que o caracterizassem como parte da carreira da magistratura, por isso caberia estabelecer um mandato fixo de oito anos para os ministros do STF. A proposta é justificada, ainda, com base no direito comparado, sendo afirmado na exposição de motivos que esse mesmo procedimento é adotado em boa parte dos países democráticos do mundo, tendo em vista, exatamente, a essência das Cortes Constitucionais. A PEC estabelece também que o magistrado, membro do Ministério Público ou servidor público nomeado ministro do STF, ao encerrar o seu mandato, retornaria ao cargo, independentemente de vaga.

A PEC nº 3, de 2013, dá nova redação aos arts. 93 e 101 da Constituição da República para, entre outras alterações, modificar a composição do STF de onze para quinze ministros, aumentar a idade de ingresso de 35 para 45 anos, incluir prazo de 15 anos para o mandato dos nomeados, que seriam escolhidos a partir de lista quádrupla formada por um nome indicado pelos Tribunais Superiores, um pelo Conselho Nacional de Justiça, um pelo Conselho Nacional do Ministério Público e um pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, depois de aprovação por dois terços do Senado Federal, vedada a inscrição na referida lista a quem, nos 4 anos anteriores, tenha ocupado cargo de Ministro de Estado, Presidente de Agência Reguladora ou Advogado-Geral da União ou mandato eletivo no Congresso Nacional, ou tenha sido condenado por órgão colegiado.

A PEC nº 3, de 2014, propõe que o STF deveria ser composto de 11 ministros, sendo: (i) dois dentre os ministros do STJ; (ii) um dentre os juízes dos TRFs e dos TRTs; (iii) um dentre os desembargadores dos TJs dos Estados e do DF; (iv) um dentre membros do Ministério Público da União; (v) um dentre membros do Ministério Público Estadual; (vi) um dentre advogados, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional; (vii) um dentre os integrantes da lista tríplex elaborada pelo Congresso Nacional; e (viii) três de livre escolha do Presidente da República.

A PEC nº 42, de 2014, pretende alterar a Constituição da República para dispor que a lei reservará percentual mínimo de trinta por cento das vagas dos cargos e empregos públicos a serem ocupados por pessoas de cada sexo, para fins de ingresso e promoção no serviço público, incluídos os cargos de direção, a composição do STF, do STJ, do TST, do TSE e do STM.

A PEC nº 46, de 2014, estabelece que os ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República com base em indicação do Congresso Nacional, a partir de lista tríplex elaborada pelos integrantes dos Tribunais Superiores.

A PEC nº 55, de 2014, modifica os arts. 52, 84, 101, 104, 111-A e 123 da Constituição da República para disciplinar a forma de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e Superior

Tribunal Militar, estabelecendo como regra geral a escolha pelo Senado Federal, a partir de listas tríplices.

A PEC nº 17, de 2015, propõe, entre outras coisas, que no processo de escolha dos ministros do STF seja fixado prazo de noventa dias, subsequentes à vacância do cargo, para indicação pelo Presidente da República, devendo a escolha ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal nos trinta dias subsequentes. Caso o prazo decorresse sem a indicação pela Presidência, a escolha caberia ao Senado nos trinta dias subsequentes.

A PEC nº 35, de 2015, sugere alteração do art. 101 da Constituição da República, para determinar que os ministros do STF sejam escolhidos dentre cidadãos com pelo menos quinze anos de atividade jurídica, a partir de lista tríplice elaborada pelos Presidentes dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, pelo Procurador-Geral da República e pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Propõe, também, prazos para o processo de escolha, mandato de dez anos e inelegibilidade por cinco anos após o término do mandato.

A PEC nº 46, de 2015, entre outras alterações, indica prazos e critérios de escolha e nomeação para ministros do STF. Nesta proposição, ocorrendo a vacância, o Presidente da República indicaria ao Senado Federal seu candidato no prazo de cento e oitenta dias; decorrido este prazo sem que tenha sido realizada a escolha, caberia ao Senado Federal, por indicação de no mínimo dez de seus membros e observado o quórum de 2/3 do Senado Federal, a indicação do novo ministro. Outra proposta contida nesse projeto é a de manter no cargo o ministro a ser substituído até a efetiva posse de seu sucessor, salvo se houver impedimentos éticos; isso evitaria os impasses decorrentes dos desfalques na composição da Corte em virtude de aposentadoria ou renúncia de membros.

A PEC nº 52, de 2015, modifica os arts. 49, 52, 73, 75, 84, 101 e 104 da Constituição da República, para estabelecer que os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, bem como os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, sejam selecionados mediante concurso público de provas e títulos e nomeados para mandatos de cinco anos.

Cinquenta e cinco anos de idade mínima para a nomeação para o cargo de ministro do STF é o que dispõe o texto da PEC nº 53, de 2015.

A PEC nº 54, de 2015, altera os arts. 73, 101, 104, 107, 111-A, 115, 119, 120, 123 e 125 da Constituição da República, para elevar para 55 anos a idade mínima requerida para a investidura no STF.

A PEC nº 59, de 2015, acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição da República, propondo prazos para a indicação, apreciação e nomeação de ministros do STF e definindo como crime de responsabilidade o seu descumprimento.

A possibilidade de se configurar como crime de responsabilidade a omissão do Presidente da República em indicar o nome para o Senado Federal no prazo máximo de 3 meses após a vacância do cargo resume o conteúdo da PEC nº 91/2015.

Finalmente, a PEC nº 117, de 2015, que parece, assim como a nº 91, uma reação à demora da Presidente Dilma Rousseff em indicar o nome para a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa – que acabou preenchida pelo ministro Edson Fachin –, prevê que, no caso de vacância no STF, o ministro mais antigo do Superior Tribunal de Justiça assumiria a vaga interinamente.

Percebe-se, portanto, um aumento no número de PECs sobre o tema ao longo dos anos. Isso reforça o fato de que o STF está a cada dia mais no radar do Legislativo, diferentemente do que ocorreu nos primeiros anos que se seguiram à promulgação da nova Carta Política. Mas não foi apenas nesta frente que a atuação do Poder Legislativo sugere uma mudança na forma de encarar o STF.

No próximo capítulo, vamos analisar concretamente as sabatinas de todos os ministros indicados para o STF desde 1988, de modo a averiguar se também naquela frente é possível detectar mudanças na postura do Legislativo ao longo desses 27 anos de vigência da Constituição de 1988.

IV. As sabatinas

Como apontado anteriormente, o Brasil ainda carece de uma gama maior de trabalhos acadêmicos dedicados ao tema das sabatinas realizadas pelo Senado Federal. Uma das poucas exceções é a dissertação de mestrado de TAÍSE PAES,¹²⁸ que traz alguns dados sobre o perfil de um grupo de indicados¹²⁹ e sobre a dinâmica das arguições.

Para avaliar o resultado produzido pelas sabatinas, PAES compilou dados sobre o perfil dos candidatos, a área de atuação profissional destes, a filiação partidária dos membros da CCJ que participaram das sabatinas, descreveu o que chamou de “dinâmica” das arguições, reproduziu comentários gerais feitos pelos senadores e classificou as perguntas apresentadas aos candidatos.¹³⁰

Após analisar os dados compilados, PAES afirma, em conclusão, que:

“O que constatamos é a presença de senadores extremamente omissos, pois se a conduta ilibada e o notório saber jurídico valessem por si só de requisitos para a investidura de um cargo tão importante como a de um Ministro, que pelos próximos e indefinidos anos serão responsáveis pela formação da jurisprudência do nosso ordenamento jurídico, o Constituinte Originário não teria determinado que a nomeação pelo Presidente da República fosse submetida à aprovação da maioria absoluta do Senado Federal. As sabatinas que deveriam ser caracterizadas por um jogo de perguntas, respostas e réplicas são substituídas, muitas vezes, por tão somente elogios.”¹³¹

Como se verá abaixo, essa constatação não nos parece de todo correta, especialmente se avaliarmos o grupo de ministros indicados para o STF a partir de 1988

¹²⁸ Cf., a propósito, PAES, Taíse S. *A influência do processo de escolha dos ministros da suprema corte na judicialização da política: uma análise empírica do procedimento da sabatina*. Dissertação de mestrado apresentada para o Programa de Mestrado Profissional em Poder Judiciário da FGV Direito Rio, sob a orientação do professor Leandro Molhano Riberio: Rio de Janeiro, 2011.

¹²⁹ Foram analisados neste trabalho acadêmico os seguintes indicados: Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Joaquim Barbosa, Eros Grau, Ricardo Lewandowsky, Carmem Lúcia, Menezes Direito, Dias Tófolli e Luiz Fux.

¹³⁰ Cf. PAES. Ob. cit., p. 63-72.

¹³¹ Cf. PAES. Ob. cit., p. 75.

– incluindo, especialmente, os últimos quatro indicados pela Presidente Dilma –,¹³² em conjunto com algumas informações hoje disponíveis do *História Oral do STF*.¹³³ Importante também é capturar o rumo da evolução da participação do Senado Federal no processo de nomeação de ministros.

Como mencionado, o Senado vem dando mais atenção em relação ao STF, o que reflete o maior interesse por parte da Presidência da República, da mídia e da sociedade civil. Em outras palavras, este é um processo institucional que sofreu significativas alterações nos últimos anos, especialmente em decorrência da consolidação do novo papel do STF pós-1988 e da progressiva atenção dos atores políticos e sociais ao tema. Espera-se que esta tendência continue a crescer nos anos vindouros.

Nosso estudo sobre a evolução das sabatinas revela que a duração, ocasional abrasividade e latitude das questões formuladas pelos membros da CCJ estão, progressivamente, refletindo a percepção de que o STF tem um papel crescente na vida nacional. Nesse sentido, nossa pretensão neste capítulo é apresentar algumas constatações de natureza qualitativa – e algumas poucas de natureza quantitativa –, lastreadas em exemplos concretos, que indiquem esta mudança no perfil das sabatinas.

Ao conjunto de informações abaixo devem ser somadas aquelas apresentadas nos capítulos anteriores, com vistas à demonstração de que as alterações na arquitetura institucional/constitucional brasileira – juntamente com a mudança no perfil dos atores e na estrutura de competências do STF, e com as modificações no contexto social, político, econômico e cultural brasileiros – fizeram com que o processo de seleção dos ministros do STF passasse a contar com uma progressiva (e necessária) participação ativa dos poderes constituídos e da sociedade em geral.

A primeira indicação neste sentido é a percepção de que o Senado sempre soube – e, cada vez mais, demonstra que sabe – o poder que tem.

¹³² Rosa Weber, Teori Zvascki, Roberto Barroso e Edson Fachin.

¹³³ Ob. cit.

IV. 1 O Senado tem poder

Embora não se possa desconsiderar que, em grande parte das sabatinas analisadas, os senadores promoveram uma espécie de “celebração coletiva” do nome indicado, não é justo afirmar que o Senado simplesmente não cumpre sua missão constitucional. As audiências indicam que o órgão vem comunicando ao indicado – e, portanto, indiretamente, ao Presidente da República – o papel que tem a cumprir, deixando claro que detém o poder de veto, que a sabatina é importante e que pode vetar um nome a qualquer momento.

Esse fato, por si só, exerce sobre o Chefe do Executivo algum grau de influência no processo de escolha. Ou seja, a discricionariedade do Presidente da República é afetada pela mera existência do poder de veto do Senado Federal e pela antecipação do conjunto de circunstâncias sob as quais tal veto poderia ser exercido, ainda que não tenha acontecido de fato. Olhando para o futuro, a inexistência de um veto efetivo pode indicar não uma omissão institucional, mas, sim, o fato de que a Presidência da República tem procurado antecipar expectativas do Senado ao indicar um jurista para o STF. *Per se*, este é um controle constitucional que merece ser apontado. Ou, ao menos, uma tese que não pode ser afastada *a priori*.

No caso da indicação do ministro Edson Fachin, por exemplo, de acordo com o jornal O Globo, pelo menos outros doze nomes foram cotados para a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa.¹³⁴ E a demora na indicação do nome decorreu em parte da preocupação da Presidente da República com a possível reação política em relação ao nome a ser selecionado. Essa situação foi registrada em editorial

¹³⁴ De acordo com o jornal “*Pelo menos 13 juristas estão cotados para a vaga, alguns remanescentes das disputas anteriores, quando foram escolhidos os dois últimos ministros, Teori Zavascki e Roberto Barroso. São os casos do advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams, que aguarda a indicação desde o governo Lula; Heleno Torres, que chegou a receber uma sinalização de Dilma no ano passado pela indicação e acabou desconvocado porque seu nome vazou; Humberto Ávila; Luiz Edson Fachin; e os ministros do STJ Luiz Felipe Salomão e Benedito Gonçalves. Aparecem agora os ministros do STJ Herman Benjamin e Maria Thereza de Assis Moura (ela tem o apoio do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos); Maria Elizabeth Teixeira Rocha, presidente do Superior Tribunal Militar; o presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coelho; a desembargadora Neuza Alves; e os juristas César Roberto Bittencourt e Lênio Streck.*” Cf. a propósito, <<http://oglobo.globo.com/brasil/substituto-de-barbosa-no-stf-so-deve-ser-anunciado-apos-as-eleicoes-13115498#ixzz402uwyxmW>>

do Estado de São Paulo, publicado após a indicação de Edson Fachin, do qual se extrai o seguinte trecho:

*“Uma das razões alegadas pelo Palácio do Planalto para a demora sem precedentes na indicação do substituto de Joaquim **Barbosa** era uma conjuntura política complicada pela fragilização da figura da presidente da República que tornava necessário, mais do que nunca, que fosse escolhido um nome acima de qualquer suspeita.*”¹³⁵ (grifos acrescentados)

Não se olvide que o potencial controle da vontade do Presidente pelo Senado foi justamente o fundamento para a inclusão do dispositivo que prevê o “*advise and consent*” do Senado na Constituição dos Estados Unidos, inspiração central do nosso modelo. Referido controle foi devidamente esmiuçado nos debates *Federalistas*, onde Hamilton, ao tratar do tema, afirmou que:

“To what purpose then require the co-operation of the Senate? I answer, that the necessity of their concurrence would have a powerful, though, in general, a silent operation. It would be an excellent check upon a spirit of favoritism in the President, and would tend greatly to prevent the appointment of unfit characters from State prejudice, from family connection, from personal attachment, or from a view to popularity. In addition to this, it would be an efficacious source of stability in the administration.

It will readily be comprehended, that a man who had himself the sole disposition of offices, would be governed much more by his private inclinations and interests, than when he was bound to submit the propriety of his choice to the discussion and determination of a different and independent body, and that body an entire branch of the legislature. The possibility of rejection would be a strong motive to care in proposing. The danger to his own reputation, and, in the case of an elective magistrate, to his political existence, from betraying a spirit of favoritism, or an unbecoming pursuit of popularity, to the observation of a body whose opinion would have great weight in forming that of the public, could not fail to operate as a barrier to the one and to the other. He would be both ashamed and

¹³⁵ Cf. a propósito o editorial “*Indicação Infeliz*”. O Estado de São Paulo, 03-05-2015.

*afraid to bring forward, for the most distinguished or lucrative stations, candidates who had no other merit than that of coming from the same State to which he particularly belonged, or of being in some way or other personally allied to him, or of possessing the necessary insignificance and pliancy to render them the obsequious instruments of his pleasure.*¹³⁶ (grifos acrescentados)

Na prática brasileira pós-1988, em quase todas as audiências, encontramos declarações feitas por senadores – tanto membros da coalisão governista, como representantes da oposição – destacando a importância do STF e, por consequência, das audiências do Senado para a aprovação dos indicados.

Esse foi um tema que surgiu naturalmente desde as primeiras arguições, diferentemente da prática mais recentemente estruturada de se repetir determinados questionamentos, como a respeito dos apoios recebidos pelo indicado.

Na sabatina de Sepúlveda Pertence, por exemplo, já em 1989, ocorreu um primeiro teste ao modelo institucional determinado pela Constituição de 1988. O senador Maurício Corrêa, que foi relator do parecer a respeito do indicado – e viria ele mesmo, posteriormente, a ocupar uma vaga no STF –, comunicou aos demais senadores os elogios que o candidato havia recebido dos ministros cassados do Supremo Vitor Nunes Leal e Evandro Lins, bem como o fato de o inquirido ter sido um defensor das liberdades civis durante o regime militar (recém acabado). Fundamentando sua posição em tais virtudes, o senador Maurício Corrêa sugeriu aos colegas que fosse dispensada a sabatina do candidato, posição que foi imediatamente acompanhada pelos senadores Roman Tito e Fernando Henrique Cardoso.

O senador Juthay Magalhães, no entanto, abriu a divergência, indicando que Sepúlveda Pertence havia tomado decisões polêmicas durante o período em que fora Procurador-Geral da República, e que a sabatina seria o momento para se compreender o porquê de tais atitudes, não podendo, portanto, ocorrer sua dispensa. No mesmo sentido, o senador Leite Chaves enfatizou que a dispensa da sabatina não era admissível, pois se tratava de um “*requisito para a validade*” da decisão da CCJ.

¹³⁶ Cf. a propósito, o Federalist Paper nº 76, ob. cit.

De forma semelhante – e não obstante o fato de ter sido duramente atacado pelo senador Roberto Campos,¹³⁷ que indicou que o candidato não possuía nem “notável saber jurídico”, nem “reputação ilibada” –, o próprio Sepúlveda Pertence manifestou-se dizendo que o papel do Senado no sistema de controles mútuos era importantíssimo e que a sabatina fazia parte deste sistema.

O ministro Carlos Velloso também fez observação similar durante sua sabatina, afirmando que, ao exemplo do que ocorria nos Estados Unidos e tendo em vista a função eminentemente política do STF, a sabatina tem um papel “fundamental”. Esta mesma compreensão também foi manifestada pelo ministro Celso de Mello, no curto discurso de abertura de sua arguição perante o Senado Federal.

Interessante notar, de passagem, o papel desses indicados em contribuir na formação de uma cultura e prática institucionais de sabatar os candidatos ao STF.

O senador Pedro Simon, que foi o relator da indicação de Nelson Jobim, também foi enfático na defesa da importância da arguição. Por outro lado, o senador José Eduardo Dutra reclamou, durante a sabatina da Ministra Ellen Gracie: *“Sempre tenho me insurgido contra o fato de que em sabatinas esta comissão submete os candidatos a cargos de ministros transforma-se em cumprimento de tabela para homenagear o candidato”*.

Em todas as sabatinas que se seguiram, houve, em maior ou menor grau, manifestações a respeito do papel a ser desempenhado pelo Senado Federal, o que nos leva a concluir que o órgão não desconhece o potencial do seu poder e a natureza do seu papel. Mas, claramente, a presença do STF na vida nacional vai forçando as sabatinas para um nível cada vez mais complexo, assim como ocorreu nos Estados Unidos.

¹³⁷ O senador Roberto Campos não fazia parte da CCJ, mas sua participação foi autorizada pelo presidente da comissão.

IV. 2 Independência é uma preocupação crescente

A crítica de que o Senado, no âmbito do processo de aprovação dos ministros do STF, precisa controlar com mais ênfase a vontade do Presidente, de modo a garantir a independência do candidato em relação a este, sempre reverberou naquela casa legislativa.¹³⁸ Na sabatina do ministro Sepúlveda Pertence, por exemplo, o senador Jutahy Magalhães afirmou que os Presidentes deveriam evitar indicações “pessoais” para o STF como forma de retribuição pelos serviços prestados. O senador José Paulo Bisol questionou se Sepúlveda Pertence se sentiria totalmente independente do Presidente José

¹³⁸ Todas as citações referentes às falas de senadores e indicados ao cargo de Ministro do STF contidas ao longo deste Capítulo foram extraídas das transcrições das atas registradas pelo Senado Federal, notadamente, DSJ, nº 16, p. 449, Brasília, DF, 9 de março de 1989; DSJ, nº 79, p. 3205, Brasília, DF, 12 de junho de 1991; DSJ, nº 131, p. 6117, Brasília, DF, 27 de outubro de 1994; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata Circunstanciada da 44ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 21 de novembro de 2000; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Ata da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 15 de maio de 2002; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 14 de maio de 2003; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata da 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 14 de maio de 2003; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 21 de maio de 2003; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 26 de maio de 2004; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata da 13ª Reunião Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 17 de maio de 2006; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de agosto de 2007; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata da 40ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 30 de setembro de 2009; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 09 de fevereiro de 2011; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata da 64ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 06 de dezembro de 2011; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 25 de setembro de 2012; SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 5 de junho de 2013; e SENADO FEDERAL/ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA/ Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 12 de maio de 2015.

Sarney, ao que o indicado respondeu que, se não se sentisse capaz de se portar de forma independente no STF, jamais teria aceitado a indicação.

O senador Maurício Corrêa fez uma observação semelhante durante a audiência de confirmação do ministro Celso Mello, enfatizando que amigos do Presidente deveriam ser evitados como candidatos para um cargo no STF.¹³⁹ De acordo com o senador, a escolha de candidatos a ministro passou a recair sobre servidores do Presidente; estaria ocorrendo uma “*predileção pelos assessores do Presidente*”.

Na mesma linha, ao questionar o ministro Jobim, o senador Pedro Simon salientou que o indicado deveria ser independente do Presidente. E o senador José Eduardo Dutra fez a mesma afirmação durante a audiência da ministra Northfleet.

Já o senador Íris Rezende, ao questionar Nelson Jobim, pontuou que a sabatina pelo Senado servia para evitar a ascensão de ministros indicados em razão de amizade com o Presidente da República, de injunções políticas e de regionalismos.

No caso da sabatina do ministro Ayres Britto, este se sentiu absolutamente à vontade para explicar detalhadamente aos senadores como havia sido selecionado para a Corte e quem o havia apoiado, como forma de reafirmar a sua independência: “*Estou sendo indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ladeado mais proximamente dos Srs. Ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; e da Casa Civil da Presidência, José Dirceu.*”

O ministro também citou outros membros da sociedade civil que se mobilizaram em torno do seu nome, dizendo:

“*...recebi um telefonema do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, de São Paulo, que é um ícone da intelectualidade jurídica brasileira e mundial, dizendo-me que ele e alguns amigos, entre os quais Fábio Comparato, Dalmo Dalari, Sérgio Ferraz, Márcio Camarozano, Paulo de Barros Carvalho, enfim, outros*

¹³⁹ Essa observação do senador Corrêa é curiosa, uma vez que o Presidente Itamar Franco, conhecido amigo do senador, posteriormente indicou-o para o STF diretamente do posto de Ministro da Justiça do seu Governo.

luminares do Direito Público a partir de São Paulo, ele e os amigos que o cercavam, que o acompanhavam entenderam que o meu nome tinha estatura intelectual e moral para tão alta envergadura, para um cargo de tão alta envergadura.”

Por fim, confirmou os apoios institucionais recebidos, listando-os da seguinte forma:

“Se eu tivesse de arrolar aqui as instituições que me apoiaram ... eu citaria o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, do Instituto Brasileiro de Direito Municipal, da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas, do Instituto de Defesa das Instituições Democráticas, da Associação dos Magistrados Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e do Instituto dos Advogados da Bahia, do Instituto dos Advogados do Ceará, do Instituto de Estudos de Direito Tributário do Ceará, do Instituto de Direito Administrativo de São Paulo, do Instituto de Direito Administrativo da Bahia e da Faculdade de Direito Josaphat Marinho. Na minha terra, no meu pequeno Estado de Sergipe, eu diria, sintetizando tudo, que a primeira instituição a se manifestar formalmente, pedindo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a minha indicação, foi a Assembléia Legislativa do Estado, por uma proposta do Deputado Federal do PFL José Carlos Machado.”

Em contraponto parcial à ideia de independência, na sabatina do ministro Peluso, o senador Demóstenes Torres defendeu ser natural a existência de um vínculo ideológico entre o Presidente e o indicado, pontuando que:

“O Presidente Lula está agindo corretamente ao fazer a indicação de pessoas que guardem afinidade ideológica com ele. É óbvio, ele foi eleito pela população, se for preciso fazer a indicação de pessoas ideologicamente ligadas a ele, que o faça. Isso aconteceu no passado também. Acho inclusive que é recomendável, porque ele foi eleito mostrando efetivamente a sua tendência.”

Peluso, por sua vez, afirmou que a sabatina era importante e que a sua natureza seria justamente a de permitir que fosse conhecida a personalidade do candidato:

“A mim me parece – e aqui está a ousadia da minha interpretação – que a finalidade última desta audiência é permitir que, pela concentração dos atos numa única oportunidade, com todos os ilustres integrantes da Comissão e dos demais Senadores que compareçam, V. Ex^{as}, a quem a Constituição outorgou esta grave obrigação de julgar não os Ministros do Supremo, mas os indicados para o exercício dessa alta e nobre função, possam conhecer, nos limites em que um diálogo permite, além dos elementos documentais e outras informações que a Comissão possa recolher, a personalidade do candidato, o seu modo de ser, enfim, a sua sinceridade, que é o que me parece fundamental neste contato.”
(grifos acrescentados)

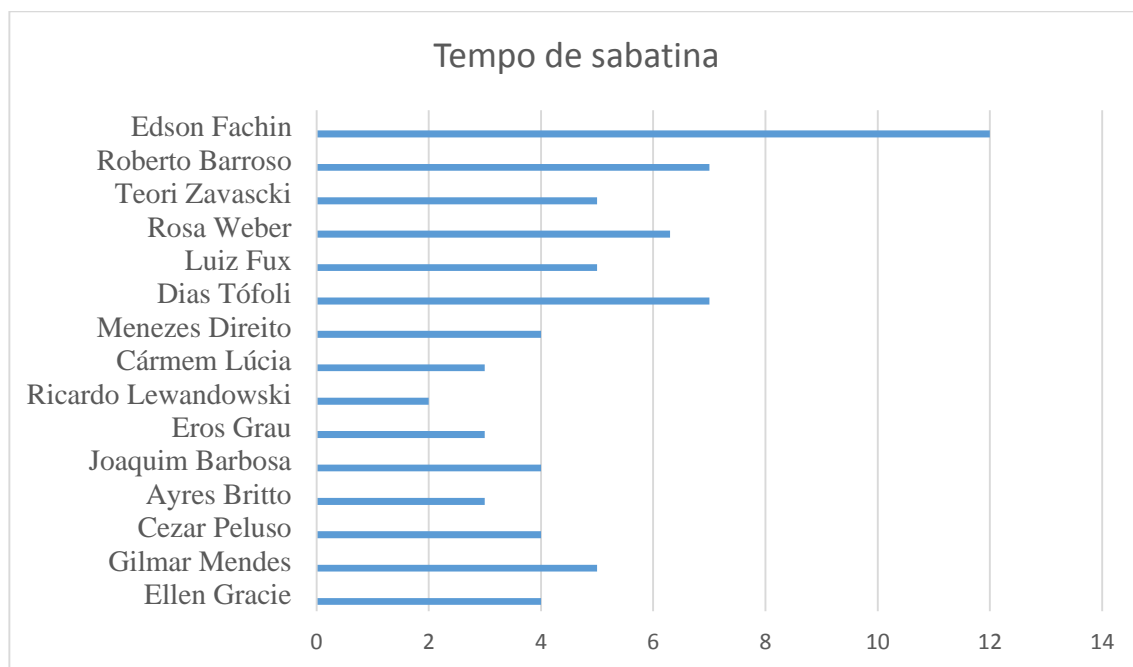
Se compararmos as sabatinas ocorridas entre 1988 e 2009 com as mais recentes¹⁴⁰ – afora alguns casos singulares de distribuição de características das sabatinas, como a do ministro Gilmar Mendes¹⁴¹ –, podemos notar que o “tom” das sabatinas vem subindo paulatinamente, tendo como pano de fundo, além dos temas narrados nos capítulos anteriores, situações político-institucionais mais específicas como o “Mensalão” (Ação Penal nº 470) e o “Petrolão” (a Operação Lava Jato).

Alguns exemplos, e dados, podem ser oferecidos para retratar essa mudança de “tom”. O quadro abaixo ilustra o tempo aproximado de sabatina dos ministros, demonstrando que houve um aumento no tempo médio de sabatina, a partir da arguição do ministro Dias Toffoli.

¹⁴⁰ Por “mais recentes” nos referimos às sabatinas ocorridas a partir da do ministro Dias Tóffoli (inclusive).

¹⁴¹ Por ter sido Advogado-Geral da União, Gilmar Mendes enfrentou, em termos de questionamentos, uma sabatina bastante dura no Senado, se comparada aos parâmetros da época.

Tempo aproximado de sabatina – em horas¹⁴²



Vale lembrar, ainda, que o ministro Dias Toffoli foi duramente criticado ao longo da sua arguição pela sua proximidade com o Presidente Lula, com o ex-Chefe da Casa Civil José Dirceu e com o PT, de quem foi advogado por muitos anos. O senador Álvaro Dias, talvez o mais contundente interrogador naquele dia, questionou diretamente ao candidato sobre o tema:

“V. Exa. foi advogado do PT em várias campanhas, inclusive, na que elegeu o Presidente da República, e que fatos conhecidos já da opinião pública ocorreram, dando origem, inclusive, ao escândalo do “Mensalão”. Por exemplo, em agosto de 2005, Duda Mendonça chegou à CPI e declarou que recebeu recursos daquela campanha numa conta em “paraíso fiscal”, de forma absolutamente ilegal e criminosa, além de declarar que recebeu muito além do que estava declarado à Justiça Eleitoral, e V. Exa. era o advogado na campanha. Envolveram-se nesse episódio, além, é claro, do Publicitário, o Sr. Delúbio Soares, o Presidente do Partido, o próprio candidato e V. Exa. era o advogado. Então, é evidente que foi consultado sobre o que se fez, sobre as operações. O

¹⁴² Tendo em vista a não acuidade dos registros das sessões da CCJ em que os ministros anteriores foram sabatinados, optamos por desenhar o quadro a partir da sabatina ministra Ellen. Esta mesma opção metodológica foi adotada no trabalho de PAES (ob. cit).

Procurador da República considerou organização criminosa - são palavras do Procurador da República. Esse processo está no Supremo Tribunal Federal, V. Exa. irá julgá-lo. Já ouvi que, provavelmente, se declarará impedido em algumas questões, são tantas as questões ligadas a V. Exa. que [se] a declaração de impedimento se der em cada uma delas, V. Exa. estará de férias no Supremo Tribunal Federal. Os aposentados do Aerus, por exemplo, tem lá causas pautadas e, certamente, V. Exa. chegará a tempo de apreciá-las e julgá-las.” (grifos acrescentados)

Rebatendo as críticas apresentadas em relação à sua independência, Toffoli buscou trazer exemplos de assessores diretos de ex-Presidentes que também foram alçados ao STF para legitimar a sua posição, afirmando que:

“Eu tenho a dizer a V. Exa. e repetir e reafirmar o que eu disse: o meu compromisso, caso V. Exas. me aprovem, é com a Constituição da República Federativa do Brasil, esse é o meu compromisso. E nada, a Advocacia que é passado para mim, no momento em que eu fui para a Advocacia-Geral da União, a advocacia privada virou passado, em nada isso vai refletir na impessoalidade para julgar qualquer causa que seja de qualquer assunto que seja. Evidentemente, que como já afirmei e reafirmo, aplicarei as hipóteses legais diante de casos concretos que dizem respeito a impedimento e suspeição. Eles serão por mim levados em consideração. O fato de ter atuado em ações eleitorais para o Presidente da República é algo do passado, já não faz mais parte da minha vida, não nego a minha história, mas não faz mais parte a partir do momento em que fui para a Advocacia- Geral da União, já deixei qualquer laço de atuação privada com S. Exa. Não vejo aí nenhum impedimento em relação à ausência de requisitos constitucionais para ir ao Supremo Tribunal Federal. Temos casos históricos, e aqui me permita se eu for ser indelicado, peço desculpas ao Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, aqui presente, mas S. Exa. também foi advogado no passado do Sr. Inácio Lula da Silva e na época um líder sindical, e no Supremo Tribunal Federal, na Justiça Eleitoral, no Tribunal Superior Eleitoral atuou em casos de sua solução, em casos que S. Exa. fazia parte e com extrema isenção, com extrema impessoalidade. Muitas causas levadas ao Tribunal Eleitoral S. Exa. julgou contra a campanha do

candidato Luis Inácio Lula da Silva. Isso é uma página que se vira na história, isso é uma página que se vira, eu passo a ser um Juiz, caso V. Exas. me aprovem, da nação brasileira. Essa é a minha posição e esse é o meu compromisso. E se, eventualmente, tiver alguma hipótese na qual eu tenha atuado, tenha aconselhado, tenha tido algum tipo de orientação, é evidente que pelas normas de impedimento e suspeição, eu tenho a obrigação de me declarar impedido ou suspeito para atuar. Mas eu não posso falar de antemão porque em respeito ao Supremo Tribunal Federal. Essas questões foram indagadas também ao atual Presidente da Suprema Corte em sua sabatina, se essa relação não impediria ou não afetaria a sua impessoalidade. A história de vida nos Tribunais tanto no Supremo quanto no Tribunal Superior Eleitoral do Exmo. Sr. Ministro Gilmar Mendes demonstram a sua total imparcialidade. Ao longo da história do Supremo Tribunal Federal foram inúmeros os políticos, muitos deles que saíram dessa Casa e que honraram a toga, honraram o seu mandato e não, jamais, conspurcaram uma instituição como o Supremo Tribunal Federal. A honra de se pertencer àquela instituição, a honra de estar participando do maior Tribunal da nação brasileira está acima de qualquer relação pessoal, está acima de qualquer passado ou de história de vida, é uma página nova que se abre, é um amor novo que se abre.” (grifos acrescentados)

Mas esse não foi um fenômeno que ocorreu apenas com assessores diretos do Presidente da República. Candidatos menos identificados com o Chefe do Poder Executivo também geraram polêmica durante suas sabinas. Ao responder a um questionamento sobre se iria participar do julgamento do “*Mensalão*” (Ação Penal nº 470), o ministro Teori Zavascki, após falar em tese sobre os impedimentos legais de um magistrado para julgar um caso, afirmou: “*Espero ter dado os devidos esclarecimentos sobre essa questão, que a mim, pessoalmente, me deixa muito desconfortável*”.

Ainda assim, a despeito do desconforto do sabatinado, o senador Aloysio Nunes Ferreira afirmou de forma contundente o seguinte:

“O Ministro Zavascki afirmou que não pode se manifestar sobre determinadas questões porque estariam pendentes de julgamento. Muito bem. Essa afirmação sua, Ministro, já foi feita por outros candidatos, em situação semelhante. Agora,

o que a Lei Orgânica da Magistratura proíbe é a manifestação, por qualquer meio de comunicação, de opinião sobre processo pendente de julgamento. Eu entendo que, se a TV Senado for meio de comunicação, vamos pedir para a TV Senado cessar a transmissão, porque dificilmente nós levantaríamos uma questão – e eu já levantei várias ao senhor – que não seja objeto de algum julgamento em algum lugar. V. Ex^a poderá ir ao Supremo. Sim, mas V. Ex^a ainda não é membro do Supremo Tribunal Federal. Então, a menos que nós fiquemos, realmente, pairando no nível teórico, num esforço enorme para evitar que a nossa especulação adira, em qualquer ponto, à realidade jurisdicional do País, eu não vejo muito sentido. Nós temos que conversar sobre o quê, interrogar sobre o quê? Eu fiz várias questões que, seguramente, estão aí pendentes de julgamento, seja nos Tribunais Superiores, seja em Tribunais Regionais, ou mesmo em 1^a Instância, no sentido de dar mais... E eu quero saber a opinião do Ministro sobre a implicação constitucional desses temas. É legítimo que a instrução do Projeto de Resolução necessariamente passe por isso. Eu quero saber como é que o Ministro, uma vez julgando uma questão colocada perante o Supremo, se posicionará. Qual é a forma como ele interpreta a Constituição em relação a hipóteses que estão colocadas no mundo jurídico e nos órgãos jurisdicionais do País. Então, veja, Sr. Ministro, essa questão não é inédita, V. Ex^a não será o primeiro, mas eu já manifestei esse meu inconformismo em outras oportunidades. Quer dizer, eu ficaria frustrado se não pudesse saber exatamente a opinião constitucional de V. Ex^a sobre essas questões. (grifos acrescentados)

Teori, no entanto, manteve sua postura, afirmando que faria todo o possível para responder às perguntas, mas que, na sua visão, teria impedimentos claros, como, por exemplo, falar sobre a Ação Penal nº 470, que era uma das perguntas. No fim do dia, em verdade, um observador mais atento teria notado que o futuro ministro estava, de fato, oferecendo uma resposta, qual seja, a de que não gostaria de falar sobre o tema justamente para não estar impedido de julgar o caso quando este chegasse ao Supremo.

Em outro *front*, mas ainda em busca de avaliar a independência dos candidatos, os senadores (ao menos aqueles de oposição) passaram a incluir entre os seus questionamentos – atendendo à provocação apresentada por professores da FGV Direito

Rio¹⁴³ –, um pedido para que o candidato esclarecesse as conversas prévias à indicação, bem como descrevesse os eventuais apoios angariados. Isso aconteceu a partir da sabatina da Ministra Rosa Weber. Sobre este mesmo tema, o senador Pedro Tasques questionou o ministro Luis Roberto Barroso, que respondeu indicando o seguinte:

*“Isso, não tenho nenhuma dificuldade de falar, acho até que é libertador. Eu não sei exatamente como eu cheguei aqui, Senador. Eu, talvez, **eu, verdadeiramente, não tinha uma articulação política relevante.** Fiquei muito honrado, muito feliz, muito surpreso. Mas, geralmente, quando o meu nome aparecia em alguma disputa em alguma vaga para o Supremo, o sujeito que ia dizia que estava disputando comigo, porque eu era o que não tinha nenhuma chance. Eu, verdadeiramente, fui pego de surpresa, e vou dizer para o senhor, com absoluta honestidade, as pessoas que em algum momento conversaram comigo sobre este assunto: um ex-Parlamentar e meu amigo, de nome Sigmaringa Seixas, me disse, foi a primeira pessoa que me disse: “O seu nome é um dos nomes que a Presidenta está considerando”; o ex-Secretário-Geral da Casa Civil, Dr. Beto Vasconcelos, foi uma pessoa que, em mais de uma ocasião, me disse: “O seu é um nome que nós gostaríamos de ver no Supremo”; mais proximamente do desfecho, o Ministro José Eduardo Cardozo conversou comigo; e, depois, a Presidenta da República me convocou e eu estive no Palácio do Planalto, levado pelo Ministro da Justiça, e conversamos por, aproximadamente, uma hora e ela me fez uma sabatina inteiramente republicana, não me perguntou sobre nenhuma questão específica, questões sobre separação de Poderes, questões sobre conflitos federativos, conversamos sobre royalties, ela me perguntou a posição que eu defendia para o Rio de Janeiro, então, tivemos uma conversa republicana, e, depois dessa conversa, na semana seguinte, ela me chamou uma segunda vez, conversamos, aí, 15, 20 minutos, sobre generalidades, e ela me fez o convite. E foram essas as pessoas que em algum momento falaram comigo – o ex-Deputado Sigmaringa Seixas; o ex-Secretário-Geral da Casa Civil, Beto*

¹⁴³ Cf., a propósito, ABRAMOVAY, Pedro; ARGUELHES, Diego W.; e FALCÃO, Joaquim. *A Sociedade quer perguntar*. Folha de São Paulo, 10 de novembro de 2011. Na sabatina da ministra Rosa Weber, os senadores Aécio Neves e Pedro Taques apresentaram perguntas sugeridas pelos professores neste artigo. Vale lembrar que esta lista segue o modelo utilizado atualmente pelo *US Senate* para os *hearings* dos indicados para a *Supreme Court* por lá, conforme descrito no Capítulo II deste trabalho.

Vasconcelos; o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a própria Presidenta.” (grifos acrescentados)

Questionamentos da mesma natureza foram apresentados ao ministro Edson Fachin, no âmbito da mais longa sabatina da história do Senado Federal.

É de se notar, portanto, que, embora presente desde as primeiras sabatinas, o tema da independência do candidato em relação ao Presidente ganhou assento quase que regimental neste tipo de arguição pelo Senado. Para o futuro, é difícil imaginar que a questão venha a ser menos relevante, pelo que o Presidente da República, ao indicar, e o candidato, ao aceitar o convite, deverão considerar que este questionamento – e as respectivas explicações – serão elementos presentes na sabatina da CCJ.

IV. 3 Não é possível antecipar o voto do futuro ministro

Na sabatina da Ministra Rosa Weber, o senador Aloysio Nunes, lançando mão de passagem célebre de Montesquieu, apresentou o seguinte questionamento para a então candidata:

“V. Ex^a, se for Ministra do Supremo Tribunal Federal, não será la bouche de la loi, V. Ex^a será la bouche de la constitution. Então, quero saber em que tom vai falar essa boca. Qual é a sensibilidade que a informa, qual é essa visão dos valores jurídicos sobre os quais V. Ex^a irá se pronunciar. Com toda a franqueza, V. Ex^a ainda não é Ministra do Supremo Tribunal Federal. De modo que não pode dizer que vai julgar determinada questão e, portanto, se declarará impedida se se pronunciar previamente sobre ela. E mais, ainda: eu até preferiria ver uma Ministra impedida de participar de determinado julgamento, mas em cuja sabatina eu tivesse ocasião de aferir os seus pontos de vista sobre questões que ou estão sob o exame do Supremo, ou que haverão de estar.” (grifos acrescentados)

A questão colocada pelo senador constitui um dos temas mais difíceis de ser balanceado nas sabatinas: de um lado, o interesse do Senado em buscar compreender o

perfil jurídico e ideológico do sabatinado; de outro, as ideias dos candidatos e a natural reticência destes em apresentar uma visão a respeito de questões que podem vir a ser analisadas pelo STF (ou mesmo que já estejam sendo).

Desde a sabatina do ministro Paulo Brossard, a primeira após a Constituição de 1988, todos os indicados para o cargo de ministro do STF viram-se confrontados com perguntas a respeito de sua posição sobre determinado tema. Muitas das vezes, a resposta acabou sendo o silêncio.

A justificativa formal para tal postura tem sido, como visto, o fato de que a questão que está sendo dirigida pode vir a ser julgada no futuro pelo STF. Mas o silêncio serve, também, para não revelar a posição ideológica do sabatinado, inclusive como possível futuro regulador e autor de políticas públicas. Com efeito, uma vez revelada a ideologia do indicado, é de se esperar apoio ou oposição dos senadores ideologicamente alinhados ou não com a opinião exarada, o que ameaçaria, se não o resultado final, ao menos o placar da votação do nome pelo Senado.

Nesse sentido, é eloquente o fato de os membros da CCJ haverem passado a apresentar aos sabatinados questões jurídicas e ideologicamente delicadas. O calar dos candidatos é uma prática que revela a abrangência das questões que aparecem cada vez mais nas sabinas e a ampliação do próprio papel do STF. A análise das sabinas mostra que os candidatos se sentem mais ou menos livres para declinarem de respostas a questões desse tipo.

Durante a sua arguição, Joaquim Barbosa chegou a discutir – em tese – o tema das ações afirmativas, indicando que:

“...iniciar programas de ações afirmativas fazendo cotas não é a melhor maneira. Devem-se buscar maneiras mais sutis, mais inteligentes, como aquelas que envolvam a utilização pelo Estado dos trunfos institucionais que ele tem. Um deles é o poder, a bolsa, o orçamento. Se o Estado utiliza os mecanismos orçamentários para incentivar instituições públicas, e até mesmo instituições privadas, a tomarem iniciativas de integrar as pessoas marginalizadas, isso não é cota. E está atendido o objetivo.”

No entanto, ao ser questionado especificamente sobre a sua visão a respeito da correção de uma lei fluminense que tratava da implementação de cotas raciais e sociais, disse:

*“Com relação ao caso do Rio de Janeiro, trata-se de uma questão **sub judice**. Há uma ação direta de inconstitucionalidade em curso no Supremo Tribunal Federal e, como eu gostaria de contar com a aprovação de V. Ex^{as}. para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, entendo que não seria apropriado neste momento eu abordar uma questão como essa, que deve estar na pauta de julgamento do Tribunal para os próximos meses. Espero que V. Ex^{as} compreendam.”*

Eros Grau, ao ser perguntado a respeito da amplitude dos poderes de investigação do Ministério Público, afirmou:

“...são questões que suponho possam ser discutidas no Supremo. Portanto, fico meio constrangido de, na eventualidade de ser aprovada a matéria pela Comissão e confirmada a aprovação pelo Plenário do Senado, emitir uma opinião a respeito, sobretudo porque seria um ponto de vista emitido sem conhecer inteiramente os elementos do debate.”

Alguns ministros, no entanto, não ofereceram resistência para falar sobre temas que poderiam vir a ser contestados, como, por exemplo, a Reforma do Judiciário e a possibilidade de controle externo da magistratura, cuja materialização se daria com a criação do Conselho Nacional de Justiça (“CNJ”), a ser implementado via emenda constitucional (em discussão no Congresso Nacional no momento da sabatina de Eros Grau).

Nesse particular, abandonando a cautela que demonstrou em relação ao tema do Ministério Público, Eros Grau afirmou:

“...a ideia de controle externo se esmaece nesse tipo de controle, que entendo, possa ser extremamente efetivo na medida em que o conselho será um colegiado,

como essa representatividade, quer dizer, a representatividade das profissões jurídicas, independentemente disso nove membros do Poder Judiciário. Deve ser um colegiado que vai, por um lado, formular uma política nacional do Poder Judiciário. (...) É necessário que exista a possibilidade de formular-se uma política nacional – isso entendo extremamente produtivo. Além disso, esse Conselho vai atuar no sentido supletivo em relação às Corregedorias, o que é extremamente importante. O que eu leio no texto da emenda - e isso é para mim fundamental - é que esse Conselho vai tomar como objeto de sua ação os atos administrativos. Ou seja, é fundamental, é importantíssimo que não exista nenhuma invasão naquilo que se chama independência funcional dos juízes, que têm que ser inteiramente independentes, todos eles, mas a sua ação administrativa, a ação nesse campo, que é examinada pela Corregedorias, passaria, então, e isso me parece salutar, a ser considerada pelo Conselho.”

Cezar Peluso demonstrou claramente a sua visão quando questionado a respeito do tema das uniões homossexuais, indicando que:

“...do ponto de vista extremamente jurídico, eu diria que as uniões homossexuais devem ser reconhecidas nos seus efeitos patrimoniais, mas não vejo com a mesma natureza, não vejo como possa ser equiparada às uniões entre os heterossexuais, até porque se o heterossexualismo acabasse, seria o fim da humanidade e, se acabasse o homossexualismo, terminariam algumas opções e não estaria em jogo a sobrevivência da espécie. O que demonstra que não se pode tratar da mesma forma duas entidades absolutamente diversas.”

No entanto, ao ser questionado pelo senador Sibá Machado acerca da alteração normativa para se acabar com a prescrição em caso de crimes hediondos, respondeu:

“... a questão que V. Ex^a suscitou está posta perante a jurisdição do Supremo Tribunal Federal. Por isso, embora o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal não reconheça neste caso o impedimento, do ponto de vista jurídico, acho que há um impedimento de ordem ética, porque eu estaria fora do juízo adequado expendendo um julgamento preliminar. De modo que peço escusas a V. Ex^a, não para fugir de sua questão, mas para, em homenagem ao Supremo Tribunal

Federal, não adiantar nenhum ponto de vista extremamente pessoal, porque, eventualmente, se V. Ex^a me aprovar, terei que me defrontar com essa questão e lá terei que dar a V. Ex^a a resposta em termos de colegiado.”

Teori Zavascki revelou especificamente o seu entendimento sobre a possibilidade de alteração por lei da idade penal mínima, enquanto Luis Roberto Barroso não escondeu onde estão suas convicções no espectro ideológico, ao afirmar que a iniciativa privada era uma melhor forma de geração de riquezas do que o Estado.

Luis Roberto Barroso foi ainda mais longe ao enfrentar este delicado tipo de questão ao responder diretamente à pergunta do senador Aécio Neves a respeito da sua possível participação no julgamento dos embargos infringentes no caso do “*Mensalão*”. Barroso procurou, como já havia feito o ministro Teori Zavascki anteriormente, afastar o peso da sua indicação para a conclusão do caso, mas não deixou dúvidas sobre a sua participação ao afirmar que:

*“Eu gostaria de fazer uma observação, que, na verdade, o grande Ministro Teori Zavascki – que foi sabatinado por V. Ex^{as} antes de mim – é quem vai fazer a diferença e não eu. Porque nas questões em que há dificuldade está cinco a quatro, portanto, se ele empatar, ficar cinco a cinco, aí vou ter a responsabilidade de desempatar. Se ele aderir à posição majoritária, a minha participação não fará diferença alguma em relação ao mensalão. **Mas não me sinto impedido de votar, não tenho – honesta e sinceramente – opinião formada sobre as questões acerca das quais deverei me manifestar, porque a maior parte das questões já é vencida.** E existe, que eu saiba, uma questão processual sobre o cabimento de embargos infringentes ou não e existem votações apertadas em questão de quadrilha ou bando e em questão de lavagem de dinheiro. Tenho a informação disso basicamente pela imprensa e vou estudar as três questões. **Decidirei de acordo com a minha consciência e absolutamente conformado com o fato de que não poderei agradar a todos, porque existem posições divergentes nessa matéria.**” (grifos acrescentados)*

Essa postura mais “transparente”, no entanto, não pode ser descrita como um resumo da maioria das respostas neste tipo de tema. A questão é, de fato, delicada.

DIEGO WERNECK ARGUELHES e IVAN A. HARTMAN, em artigo que tratava da sabatina do ministro Teori Zavascki, apontaram a dúvida que o país teve a respeito de se o ministro Dias Toffoli votaria no “*Mensalão*”. O ponto dos professores é com relação a se tal dúvida decorreu da falta de questionamento pelo Senado sobre o tema. De acordo com eles:

“A questão, portanto, não está no indicado, mas na incerteza gerada por seu silêncio. Este tipo de incerteza já vem prejudicando ministros e o próprio Supremo. De 2009 até algumas semanas atrás, o país ficou na dúvida: o ministro Dias Tóffoli votaria no mensalão? A longa permanência da pergunta é problemática. Poderia ter sido evitada na própria sabatina em que os senadores confirmaram Dias Tóffoli. Em um momento de centralidade do Supremo na vida nacional, recusar este tipo de incerteza só reforça a legitimidade do potencial ministro. Aqui, o silêncio não legitima; ao contrário. Vota ou não vota?”¹⁴⁴

Na sabatina do ministro Luis Roberto Barroso, porém, o senador Alvaro Dias, ao fazer referência à sabatina do ministro Dias Toffoli, teve outro entendimento a respeito do tema dos impedimentos e pressionou o indicado com a seguinte indagação:

“Aqui, em sabatina precedente, quando sabatinamos o Ministro Tóffoli, indaguei a ele se participaria do julgamento do mensalão, em razão da sua trajetória de advogado petista e defensor de réus do mensalão, e ele afirmou que, provavelmente, se julgaria impedido de participar do julgamento. Fez essa afirmativa, que foi veiculada pela imprensa do País. No entanto, ele participou e todos nós sabemos como participou e qual foi e qual é a sua posição nesse julgamento dos réus do mensalão.”

Na mesma linha, o senador Aécio Neves protestou em relação à posição de silêncio do sabatinado Teori Zavascki e, complementando o ponto do colega, afirmou:

¹⁴⁴ “Por uma sabatina sem silêncio”. O Globo, 11/09/2012, disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/analise-de-especialista-por-uma-sabatina-sem-silencio-6065854>

*“Mas, Sr. Ministro – eu já disse isso em outras oportunidades, em outras sabatinas aqui ocorridas –, considero que não avançamos na mesma velocidade e com a mesma profundidade na compreensão da importância do instituto da sabatina de membros das Cortes Superiores do Poder Judiciário. Aqui, trata-se muito mais ou preocupa-se muito mais, Senador Aloysio, com a aprovação ou a eventual rejeição do nome. Talvez essa seja a questão menos relevante de uma sabatina. V. Ex^a e certamente os outros ilustres Ministros que aqui acompanham a sabatina de V. Ex^a, com muito mais propriedade sabem que em outras democracias mais sólidas e mais antigas do que a nossa, como, por exemplo, os Estados Unidos, a sabatina dura meses e há uma exposição real do sabatinado, sem que isso de alguma forma signifique qualquer questionamento à sua posição, à sua história, aos seus valores. **Mas é a compreensão da sociedade de que aquele cidadão que se submete à sabatina tomará decisões no futuro absolutamente relevantes e que dizem respeito à vida dos cidadãos daquela sociedade, daquela comunidade.** (grifos acrescentados)*

Ao tratarem do tema, JOAQUIM FALCÃO, DIEGO WERNECK ARGUELHES e PEDRO VIERIA ABRAMOVAY apontam que *“o futuro ministro, por dever de imparcialidade, não pode antecipar seus futuros votos. Dará respostas polidamente enigmáticas. Tem que ser assim.”*¹⁴⁵

É de se registrar que essa não é uma questão que provoca debates interessantes e acalorados apenas no Brasil. No direito americano não é diferente. Por lá, há um histórico de indicados para a Suprema Corte que deixam efetivamente de responder a questões de senadores, de modo a evitar, explícita ou implicitamente, a antecipação de seu posicionamento sobre um tema.

O contundente juiz Antonin Scalia justificou a sua reticência em responder a alguns questionamentos durante a sua sabatina afirmando que *“nobody arguing a case*

¹⁴⁵ A sociedade quer perguntar. Folha de São Paulo, 10/11/2011, disponível em <<http://diretorio.fgv.br/noticia/que-perguntas-voce-faria-a-nova-indicada-para-o-stf-rosa-weber>>

before me should think that he is arguing to somebody who has already made up his mind either way”.¹⁴⁶

Por outro lado, Sandra O’Connor indicou que *“a statement by me as to how I might resolve a particular issue or what I might do in a future Court action might make it necessary for me to disqualify myself on the matter”*.¹⁴⁷

Como aponta COMISKEY, no entanto, o indicado que se manifestou de forma mais contundente sobre este tema durante as sabatinas foi Robert Bork, dizendo que *“has been particularly critical of senator’s attempts to force him to make ‘campaign promises’ to decide future cases a certain way as a condition of his confirmation”*.¹⁴⁸

A partir dos exemplos acima, vê-se que há extrema dificuldade de que a sabatina efetivamente revele esta ou aquela posição do indicado, especialmente em temas delicados.¹⁴⁹ Porém, resta claro que há um interesse significativo e crescente por parte dos senadores e da sociedade em questionar a visão política e constitucional dos sabatinados, refletindo, assim, o entendimento de que o STF não é só mais uma Corte nos moldes tradicionais. É, senão, um agente judicial amplamente envolvido na vida nacional, uma instituição que compõe de forma final os conflitos entre litigantes e, também, um regulador e autor de políticas públicas de vastas consequências para o país.

O Senado quer ouvir. O candidato não quer falar, sequer para deixar compreender seus posicionamentos gerais. Esse impasse sempre será enfrentado, mas ele deve ser

¹⁴⁶ Scalia Hearings. U.S. Senate Committee on the Judiciary. *Nomination of Judge Antonin Scalia: hearings before the Committee on the Judiciary*, 99th Cong. 2º sess., August 5 and 6, 1986, p. 38.

¹⁴⁷ O’Connor Hearings. U.S. Senate Committee on the Judiciary. *Nomination of Judge Sandra O’Connor: hearings before the Committee on the Judiciary*, 97th Cong. 1ºst sess., September 9, 10 and 11, 1981, p. 58.

¹⁴⁸ COMISKEY, Michael. *Seeking Justices: the judging of Supreme Court Nominees*. University Press of Kansas: Kansas, 2004, p. 40.

¹⁴⁹ De qualquer forma, vale lembrar que alguns exemplos contundentes da história demonstram que indicados selecionados pelo Presidente em virtude de determinado perfil – e nesta linha sabatinados pelo Senado – podem acabar tendo atuações diametralmente opostas ao esperado depois de ingressarem no tribunal. No caso brasileiro, por exemplo, o voto do ministro Edson Fachin a respeito do procedimento de *impeachment* da Presidente Dilma foi rigorosamente alinhado com os interesses da oposição ao Governo. Nos Estados Unidos, exemplo interessante é o de Earl Warren, que fora apontado pelo perfil conservador, mas que foi considerado um dos juízes mais liberais de todos os tempos da *Supreme Court*.

resolvido pelo próprio Senado. Nesse sentido, a “*eloquência dos silêncios*”¹⁵⁰ do candidato pode levar à desconfiança dos senadores e à rejeição do nome.

IV. 4. Temas gerais e particulares: políticas públicas, independência e as diversas preocupações do Senado

Um dado interessante revelado pela análise das sabatinas é o de que os questionamentos feitos aos indicados costumam ser influenciados por fatores bastante distintos, como o momento político-institucional, o contexto econômico, a discussão contemporânea de alguma matéria pelo Congresso, características pessoais do indicado, afinidades políticas, etc..

Aos senadores, afora questões que representam preocupações permanentes, como, por exemplo, controle de constitucionalidade, independência do magistrado, morosidade da justiça, sistema processual e a importância das próprias arguições – pontos discutidos em grande parte das sabatinas –, importa também questionar sobre temas conjunturais e aleatórios. Todos esses temas, bem-entendidos, constituem questões de macro política pública, específicas ou gerais.

Não é possível traçar, no entanto, um padrão temático de questionamentos. As preocupações externadas pelos senadores, sejam aliados do Governo ou de oposição, foram as mais variadas possíveis, adotando um padrão randômico.¹⁵¹

Pontue-se, entretanto, que o protagonismo do Supremo no campo da elaboração de políticas públicas e regulação, não passou despercebido dos senadores. Em verdade, ainda que por vezes em meio a uma discussão maior sobre o Papel do Judiciário, que misturou vários conceitos, como o de “ativismo judicial” e de “judicialização da política”, dentre outros, em diversas sabatinas foi possível observar, por exemplo, a preocupação do Senado em buscar compreender a visão do candidato a respeito dos limites das decisões judiciais de caráter normativo, da capacidade regulamentar de determinadas

¹⁵⁰ A expressão foi oferecida pelo professor Demian Guedes.

¹⁵¹ Esta observação vale para o conjunto das sabatinas, podendo ser notado um padrão distinto nas últimas quatro arguições.

instituições e da visão do candidato sobre modelos regulatórios setoriais. Especialmente nas sabatinas mais recentes, estes foram debates presentes.

Luiz Fux foi questionado pelo senador Pedro Taques especificamente a respeito da extensão do poder regulamentar do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, pois, segundo o senador, era necessário que o candidato revelasse à sociedade brasileira sua posição a respeito das atribuições desses conselhos, uma vez que, na visão do parlamentar, tais instituições estariam a “*avançar na chamada legislação administrativa*”.

Preocupação de outra natureza foi apresentada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira na sabatina de Teori Zavaski. O senador questionou o candidato a respeito do que aconteceria na hipótese de omissão do Congresso Nacional em definir novos critérios para o rateio do fundo de participação dos Estados e Municípios, previstos na Lei Complementar nº 62, uma vez que estes haviam sido declarados inconstitucionais pelo Supremo. Após embarcar no ritual de candidatos de buscar distinguir as funções legislativa e jurisdicional, Teori Zavaski apontou para a necessidade de o Judiciário oferecer uma resposta para este tipo de caso, pontuando, no entanto, a transitoriedade da decisão judicial até o tratamento do tema pelo Legislativo:

*“Como é a função jurisdicional? Na função jurisdicional, o legislador edita normas gerais abstratas para o futuro e nem sempre vai conseguir cobrir todas as situações futuras. O juiz atua sobre o passado. O juiz atua sobre o passado e sobre o presente em geral. O juiz não trabalha com o futuro, trabalha sobre fatos concretos. Com uma diferença: **a função jurisdicional é uma função inafastável.** Temos lá um artigo no Código de Processo que diz que o juiz não se exime de decidir alegando lacuna na lei, porque se o juiz pudesse dizer que não vai decidir porque não tem lei... Então, o juiz não pode fazer isso. O juiz tem que decidir. Quando ele vai decidir, se não existe lei, a própria lei diz que o juiz vai utilizar analogia, vai utilizar os princípios gerais de direito, vai utilizar os costumes, enfim, o próprio sistema fornece algumas armas para o juiz. **Mas, na verdade, o que o juiz vai fazer é editar uma norma para o caso concreto, não tem como.** Acho que, nesse caso, o juiz não vai também atuar de ofício porque não pode atuar, mas, se não tiver lei, alguém vai pedir uma providência para o juiz, para o*

juiz ou para o Supremo, e o juiz vai ter que fazer. Que mecanismos ele tem? Ele tem o mecanismo de eventualmente decidir uma situação em face de um determinado Município, de um determinado Estado. Ele pode – quem sabe – se houver mandado de injunção, estabelecer uma disciplina provisória. Vai depender do que for pedido, mas o juiz vai ter que atuar de alguma forma, vai ter que solucionar isso. Evidentemente que vai ter que haver uma rateio para Estados e Municípios. Claro que a decisão do juiz vai ser uma decisão de natureza provisória, enquanto não houver uma medida legislativa apropriada.” (grifos acrescentados)

Naturalmente que as decisões de tribunais constitucionais alcançam e dão forma ao futuro de suas sociedades, a despeito do saudável ritual argumentativo que continua a promover os poderes diretamente eleitos como os principais responsáveis por forjar o futuro.

O senador Vital Rêgo, relator da indicação de Roberto Barroso, tocou diretamente nesse mesmo tema da atuação dos magistrados como reguladores, questionando durante a sabatina do jurista fluminense:

“Como compreende V. S^a as questões pertinentes ao chamado ativismo judicial nos tempos atuais? Cabe aos magistrados formular e editar regras de procedimentos gerais e abstratas decorrentes diretamente do Texto Constitucional ou tal procedimento fere o princípio democrático elementar da separação dos Poderes? A edição de normas gerais por magistrados e tribunais não estaria ofendendo prerrogativas deste Poder?” (grifos acrescentados)

Apontando para uma distinção conceitual entre “judicialização” e “ativismo”, o candidato fez uma longa explicação sobre sua visão a respeito do tema, salientando seu entendimento de que as decisões políticas do Poder Judiciário somente devem ser tomadas ante a omissão dos demais poderes. Da resposta oferecida vale ser transcrito o seguinte trecho:

“Retomando o argumento que sustentei anteriormente, penso que, quando haja um ato do Congresso, uma manifestação política do Congresso ou mesmo do

*Presidente da República, o Judiciário não deve ser ativista. O Judiciário deve ser autocontido e respeitar a deliberação política. Porém, situações há em que o Judiciário precisa resolver um problema e não há norma editada pelo Congresso. Foi o que aconteceu no caso de anencefalia. Portanto, o Poder Judiciário entendeu que uma mulher deveria ter o direito de interromper a gestação na hipótese de o feto ser anencefálico, portanto não ter cérebro e não ter viabilidade de vida extrauterina. E o Judiciário entendeu, a meu ver com acerto – respeitando quem pensa diferentemente –, que obrigar uma mulher que faz o diagnóstico no terceiro mês a permanecer com mais seis meses de gestação, para ao final dessa gestação o parto para ela não ser uma celebração da vida, mas um ritual de morte, o Judiciário entendeu que essa mulher deveria ter o direito de interromper a gestação. Eu penso que entendeu corretamente. **Essa foi uma decisão, em alguma medida, criativa? Penso que sim. Essa foi uma medida desrespeitosa ao Congresso? Penso que não, porque no momento em que o Congresso legislar a respeito, é essa a vontade que vai prevalecer. A mesma hipótese ocorreu com uniões homoafetivas.** Não havia no direito brasileiro uma regra específica para tratar dessa questão. Mas há uniões homoafetivas, esse é um fato da vida, e o juiz precisa decidir se há direito à sucessão, se o patrimônio é comum, se na hipótese de venda de um bem o casal homoafetivo deve assinar junto. Portanto, os problemas surgem. **Como o Congresso, compreensivelmente, tem dificuldade de produzir uma norma nessa matéria, o Judiciário teve que produzi-la.** Portanto, eu acho que se alguém quiser chamar isso de ativismo, que eu acho que talvez seja uma denominação um pouco pejorativa, eu acho que essas decisões são legítimas. **Portanto, onde faltava uma norma, mas havia um direito fundamental a ser tutelado, eu acho que o Judiciário deve atuar. Quando o Congresso tenha atuado ou atue posteriormente, essa é a vontade que deve prevalecer.**” (grifos acrescentados)*

Uma vez mais, naturalmente, quando quer que o Congresso atue, sua vontade prevalecerá apenas se e enquanto o STF não a declarar incompatível com a Constituição. O STF tem a última palavra sobre a compatibilidade de políticas públicas legislativas ou executivas com a Constituição.

Outro exemplo de discussões desta natureza pode ser extraído da sabatina de Edson Fachin. Durante esta, fazendo referência à decisão do Supremo a respeito do caso da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e às diversas regras fixadas pela Corte naquele caso, o senador Blairo Maggi questionou o seguinte:

“Então, eu gostaria de fazer essas perguntas, porque elas são muito específicas para um Estado que tem a ver com as perguntas que lhe farei agora. Especialmente, a primeira, quanto às questões indígenas: V. S^a votaria para manter ou rever as condicionantes fixadas no julgamento da Petição nº 3.388, no caso da Raposa Serra do Sol, como a participação de Estados e Municípios nas demarcações e necessidade de contraditório e ampla defesa, e a vedação de ampliação de reservas já demarcadas? V. S^a entende que o marco referencial da ocupação de terras indígenas deve ser a data da promulgação da Constituição Federal de 1988? Caso negativo, que outro marco V. S^a entenderia pertinente?”

Ainda na sabatina do ministro Edson Fachin, o senador Antonio Anastasia, que, como governador do estado de Minas Gerais foi um grande promotor de concessões e parcerias público-privadas, quis saber a visão do futuro ministro sobre a utilização destas formas de contratação pela administração pública. Abordando discussão regulatória clássica, o candidato respondeu:

“Sobre o exemplo que V. Ex^a cita, da questão penitenciária, é preciso registrar que, sem embargo de existir alguma oposição, há muitas experiências vitoriosas nessa área em outros países. Nesse exato limite de examinar essas experiências vitoriosas, não podemos obviamente desconsiderar esse tipo de possibilidade, porque a realização de certas políticas públicas pode dar-se diretamente pelo Estado ou, evidentemente, valer-se de iniciativa privada, ou seja, valer-se dessa parceria, que, ao fim e ao cabo, o propósito será atendido. O problema aqui é que o instrumento seja adequado e que a finalidade seja atingida.”

Embora todos esses temas de políticas públicas e perspectiva regulatória possam ser destacados, é importante ressaltar uma vez mais que o conjunto das sabinas indica que, de fato, ainda não existe um padrão – um perfil – dos questionamentos apresentados

pelos senadores. E aí não há qualquer surpresa, pois que padrão há no reino das políticas públicas e atuação regulatória do estado contemporâneo?

A partir da sabatina de Rosa Weber é que, inspiradas pela pressão da sociedade civil, como, por exemplo, pela provocação de FALCÃO, WERNECK e ABRAMOVAY,¹⁵² algumas perguntas passaram a ser repetidas, notadamente a respeito de impedimentos e apoios recebidos. Antes, porém, o que se observava era a presença de uma gama muito abrangente de temas questionados. Vejamos alguns exemplos.

O terceiro ministro indicado pós-1988, Celso de Mello, foi questionado acerca da subordinação dos Poderes constituídos às Forças Armadas, tendo em vista o disposto no art. 142 da Constituição de 1988, que prevê estas como responsáveis pela garantia daqueles. O hoje decano da Corte foi direto na resposta e explicou a subordinação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ao Poder civil, sob a liderança do Presidente da República. Este foi um tema pontual, que se insere no contexto da redemocratização, não mais abordado nas sabatinas posteriores.

Em março de 1997, José Eduardo Dutra questionou Nelson Jobim a respeito de sua posição quanto à necessidade de desincompatibilização do Presidente que concorresse à reeleição. A pergunta refletia discussão presente na imprensa, onde a oposição do Governo, com a liderança jurídica de Celso Antonio Bandeira de Melo, sustentava a necessidade de o Presidente se afastar das funções. Nelson Jobim, então ministro da Justiça do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que seria candidato à reeleição no pleito do ano seguinte, enfrentou a questão indicando que caberia ao Congresso Nacional definir, por emenda constitucional, se deveria ou não ocorrer o afastamento do cargo, mas que, até aquele momento, a decisão estava clara e não determinava que o Presidente se afastasse.

As sabatinas de Ellen Gracie e Joaquim Barbosa foram marcadas pela discussão da declaração política (*statement*) feita pelos Presidentes ao indicá-los para o STF. A primeira mulher e o primeiro negro indicados ao cargo renderam diversos comentários

¹⁵² Ob. cit.

por parte dos senadores sobre o significado histórico e social da ascensão destes ministros ao STF.

Temas pontuais sobre visões institucionais também influenciaram as perguntas dos senadores. Joaquim Barbosa, por exemplo, foi questionado a respeito de ações afirmativas e disse que, em princípio, não era a melhor solução. Para o futuro ministro, o Estado deveria “*buscar maneiras mais sutis, mais inteligentes*” para enfrentar desigualdades. Já quando perguntado sobre a atuação das agências reguladoras, em um momento onde o chamado “déficit democrático” dessas instituições vinha sendo discutido abertamente pelo Governo do Presidente Lula, afirmou:

“Considero interessante o formato de agência, mas penso que algumas salvaguardas têm de ser tomadas, para evitar esse mal-estar provocado pelo fato de funções importantíssimas de poder serem exercidas por pessoas que não gozam da sagração do voto popular. É um problema sério.”

Outro tema abordado, dessa vez durante a sabatina de Eros Grau, foi a situação econômica do país. O então candidato não se sentiu à vontade para responder ao questionamento, pois as indagações a ele dirigidas eram, em suas palavras:

“Bastante difíceis de ser respondidas porque, primeiro, o fato de eu ter feito carreira no Departamento de Direito Econômico da Faculdade de Direito da USP, nas velhas arcadas, não significa que eu seja economista, mas sim especialista em Direito Econômico ... em segundo lugar, com relação a este tema, que envolve a todos nós, sou apenas um cidadão no meio de milhões de cidadãos que estão aí. De modo que pediria a V. Exa. que me concedesse a oportunidade de, eventualmente, e V. Exa. me disse que algumas pessoas chegarão ao Supremo, examinar a questão caso por caso no caso concreto.”

Na sabatina de Menezes Direito, o senador Eduardo Suplicy apresentou uma pergunta sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (“MST”), buscando, na verdade, compreender a visão do indicado sobre a forma de administração da justiça quando conflitos sociais estavam em jogo. Utilizando, como parâmetro, um caso real que vivera há pouco tempo, o senador questionou ao futuro ministro o seguinte:

*“Eu gostaria de em primeiro lugar lhe perguntar a respeito **de como vê as ocupações de movimentos sociais como o MST**, dos movimentos dos sem-teto, que diversas vezes tem acontecido, seja no Governo anterior, seja no momento, no Governo presente. **Se avalia que estas situações devem ser vistas como ações criminais, se deve haver um esforço por parte do Poder Judiciário de mediar situações como as que muitas vezes temos observado.** Acerca de três semanas atrás, por exemplo, eu pude testemunhar a ação do Dr. Gersino Donizete do Prado, um Juiz de São Bernardo do Campo, que havia, primeiramente, determinado a reintegração de posse numa área de favela onde havia quatrocentos e tantos barracos, mais de quinhentas famílias, e eis que, atendendo ao pedido das famílias e das entidades das favelas, ele resolveu comparecer ao local, numa atitude não tão comum, porque muitas vezes os juízes tomam decisões apenas com base nos autos, em seu gabinete, e após, e eu tive a oportunidade de percorrer muitos dos barracos com ele, ele resolveu ali mesmo, diante das famílias, ele falou: ”olha, eu vou suspender a reintegração da posse”, sendo que pediu que tantos os proprietários que haviam requerido, quanto os poderes municipal, estadual e da União estejam todos presentes numa reunião no próximo dia 17, ali no Fórum da Comarca de São Bernardo, para verificar todo o empenho que possa ser feito para se possível resolver o problema sem que haja qualquer situação de violência, como por vezes tem ocorrido quando as tropas da PM, por exemplo, acabam ocupando, invadindo e por vezes havendo feridos e coisas dessa natureza. **E como são muitas as situações, inclusive na área rural ou na área urbana, tais como essas, como o episódio de Eldorado de Carajás e outros, então é que eu lhe pergunto sobre sua visão**”. (grifos acrescentados)*

O indicado optou por uma resposta não tão direta, ressaltando, no entanto, o papel dos movimentos sociais na vida democrática. Afirmou o ministro:

“Nós temos de entender que os movimentos sociais fazem parte da vida democrática e que todo Juiz, que é um verdadeiro juiz, junto com a resposta que dei anteriormente, deve decidir de acordo com a mediação possível, sem jamais arranhar os princípios legais. Aquilo que for crime, crime será; aquilo que não for crime, crime não será. Agora o Juiz tem de ter a consciência de que ao julgar,

ele tem de interpretar a lei, como dizia são Thomaz de Aquino, pelo lado mais favorável...”

O cenário político-eleitoral vivido pelo país também fez parte das sabatinas. Ao ser confrontado com o conteúdo de uma palestra que proferira na Universidade de Los Angeles, Joaquim Barbosa não escondeu sua visão a respeito da chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder. Barbosa disse:

“A meu ver, a eleição do Presidente Lula, a sua chegada à Presidência da República, configura, talvez, o nosso primeiro caso de real alternância de poder. Isso eu disse na palestra. ... Falei também, na palestra, sobre a especificidade do Partido dos Trabalhadores.... É um partido que não renega o modo de produção capitalista, mas tem a preocupação profunda de combater, de corrigir as mazelas do sistema capitalista, de implantar algum tipo de proteção de salvaguarda social.... No Brasil, a Justiça Eleitoral é um fenômeno que provoca muito interesse, e eu enquadraria tal fenômeno no que alguns autores chamam de “judicialização” da política. O Brasil é um país que, ao instituir uma justiça específica para questões eleitorais, abertamente introduziu essa pitada de “judicialização”. Se a “judicialização” da política ocorre hoje de maneira sutil em outros domínios, no Brasil, ela foi assumida abertamente, ostensivamente. Entregou-se a um órgão judiciário a importante missão de conduzir o processo eleitoral. É uma novidade para o Direito Comparado. Em países como os Estados Unidos, as questões relativas ao processo eleitoral, até hoje, são resolvidas pelos próprios órgãos políticos. Quis mostrar um pouco a novidade institucional que é o fato de o Poder Judiciário estar na condução do processo eleitoral.”

Outras tantas questões tiveram de ser enfrentadas pelos candidatos ao serem arguidos pelos senadores: Carlos Mário Velloso cuidou da importância da magistratura nacional; Marco Aurélio, da uniformização de jurisprudência trabalhista. Celso de Mello foi questionado sobre o papel do mandado de injunção; Ellen Gracie, sobre sua visão a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dias Toffoli enfrentou um questionamento específico acerca da participação do Brasil no caso da deposição do então Presidente de Honduras, Manuel Zelaya. Eros Grau foi questionado acerca do nepotismo

no Poder Judiciário. Nelson Jobim teve que responder sobre a sua participação nas discussões acerca da regulamentação da demarcação de terras indígenas.

O senador Pedro Simon questionou Gilmar Mendes a respeito dos pedidos de vista feito por ministros do STF.¹⁵³ Ayres Britto tratou do papel dos Tribunais de Contas. Carmem Lúcia, ao ser questionada a respeito de quotas de 30% para mulheres nos três Poderes, lembrou que foi uma das primeiras pessoas a escrever sobre ações afirmativas no Brasil. As mazelas do Poder Judiciário foram tema de grande parte dos questionamentos apresentados ao ministro Cezar Peluso.

A falta de um padrão na maioria dos questionamentos, portanto, foi a tônica das sabatinas. Diversos outros exemplos podem ser apresentados para ilustrar a pluralidade de interesses dos senadores, mas TAÍSE PAES corrobora com seus dados a conclusão a respeito dessa ausência de linearidade nas sabatinas.¹⁵⁴ Pontue-se, entretanto, que esta pluralidade de questões e ausência de padrão revela a percepção por parte dos senadores da abrangência da intervenção do STF na vida nacional.

De fato, a partir de um significativo esforço de classificação, a autora buscou agrupar os questionamentos feitos pelos senadores em grupos temáticos, chegando à seguinte listagem: civil e processo; penal e processo; economia; emprego; tributário; direitos fundamentais; federalismo; ativismo judicial; ordem pessoal; probidade; e “outras”. Em linha com o acima indicado, PAES anota que o grupo de perguntas com maior incidência é justamente o “outras”.

No entanto, em contraste com os questionamentos randômicos, é possível distinguir algumas preocupações que foram externadas pelos senadores desde as

¹⁵³ Ao ser questionado sobre a imperatividade dos prazos regimentais para a devolução de processos, Gilmar Mendes afirmou textualmente: “*Defendo essa posição, Senador Pedro Simon, no entanto sei que o Supremo Tribunal Federal passa por uma realidade especial. Nenhum tribunal constitucional do mundo tem de dar respostas a 100, 120 mil processos em um ano. Devo dizer, inclusive, que se trata de uma patologia do sistema, porque, em grande parte, se trata de questões já repetidas. Por isso, na Reforma do Judiciário, estamos a discutir formas para produzir uniformizações em tese, evitando essa repetição de processos.*” Curiosamente, nos últimos anos, Gilmar Mendes enfrentou grande polêmica justamente por não observar o prazo regimental e prolongar para além do permitido a devolução do seu pedido de vista em ação que tratava da inconstitucionalidade do financiamento privado de campanhas eleitorais. Este fato gerou fortes reações na sociedade civil, inclusive com a criação do movimento “Devolve Gilmar” (<https://www.facebook.com/events/877783602261805/>).

¹⁵⁴ Ob. cit., p. 71.

primeiras sabatinas. Alguns temas merecem destaque por terem aparecido na forma de diferentes questionamentos nas sabatinas de pelo menos quatro ministros. São eles: (i) controle de constitucionalidade; (ii) corrupção; (iii) CPIs; (iv) sistema processual; (v) Ministério Público; (vi) separação de poderes, incluindo temas como o papel do STF e o controle externo da magistratura; (vii) morosidade do Poder Judiciário; e (viii) independência dos ministros do STF.

Além desse tipo de questionamento, a mobilização social em torno do processo de nomeação dos ministros do STF passou a pressionar o Senado e este respondeu a altura, como veremos no item IV.6, abaixo. O Senado transformou o padrão das sabatinas, tornou-se mais questionador e mais focado.

IV. 5. Notável saber jurídico e reputação ilibada

Um tipo de questionamento que historicamente não fazia parte das preocupações regulares do Senado, mas que vem aparecendo cada vez mais, é o relativo aos requisitos constitucionais para o cargo de ministro do STF. Via de regra, e como mencionado no excursus histórico *supra*, os requisitos de “notável saber jurídico” e “reputação ilibada”, constantes do art. 101 da Constituição de 1988, eram tratados nos pareceres apresentados pelos relatores das indicações, mas não nas discussões da CCJ. Nenhum parecer até hoje apontou que o indicado não possuía os requisitos constitucionais.

O tema acabou por surgir em algumas das sabatinas que atraíram maior atenção e causaram maior polêmica, notadamente naquelas em que (i) o indicado era visto como um aliado muito próximo do Presidente da República; ou em que (ii) o indicado poderia influenciar definitivamente o rumo de um processo em curso, como nos casos do “*Mensalão*” e do “*Petrolão*”.

Vejamos como.

Em seu depoimento para o *História Oral do STF*,¹⁵⁵ Sepúlveda Pertence lembrou que foi o primeiro indicado ao STF a ter questionadas a reputação ilibada e o notável saber jurídico. De acordo com Pertence, sua sabatina ganhou um tom “*polêmico*”. Isto porque, na qualidade de Procurador-Geral da República, ele havia recebido uma representação de um significativo número de parlamentares que sustentavam a inconstitucionalidade da Lei de Informática,¹⁵⁶ tida como protecionista.

O então Procurador-Geral da República apresentou ação direta de inconstitucionalidade ao STF, mas, na própria inicial, sustentou a constitucionalidade da lei, o que contrariou o interesse do grupo de parlamentares liderados pelo, à época, senador Roberto Campos. Em virtude disso, o ministro relatou o seguinte sobre sua sabatina:

*“A questão é que vem então a minha indicação para o Senado e, na Comissão de Justiça, eu tenho a surpresa de encontrar o senador Roberto Campos, que não era membro da Comissão. Depois o líder do seu partido na época, senador Jarbas Passarinho, me disse que a pedido dele mesmo Roberto Campos fora designado para a minha sabatina. E nela, aberta a oportunidade para que os senadores questionassem o candidato, o senador Roberto Campos se inscreve em um dos primeiros lugares e literalmente diz: “**Senhor presidente, para ser Ministro do Supremo, pressupõe-se saber jurídico, gosto pelo trabalho e ilibada reputação, ou moralidade indubitosa. A esse senhor que hoje está aqui como candidato a Ministro do Supremo, eu tenho o desprazer de dizer que lhe faltam todas essas qualidades**”.* (grifos acrescentados)

Roberto Campos ressaltou que os ministros do STF deveriam pairar acima dos interesses ideológicos e que a posição de Sepúlveda Pertence teria sido calcada em um nacionalismo ultrapassado, contrário ao desenvolvimento do mercado, pelo que conclamava os senadores a rejeitarem sua indicação.

¹⁵⁵ Cf. ob. cit.

¹⁵⁶ Lei n ° 7232, de 29 de outubro de 1984.

Após enfrentar diretamente o senador, anotando que o “passionalismo ideológico” era a marca do arguente, não a sua, e discorrer sobre temas como a independência do indicado ao STF em relação ao Presidente da República, teorias de responsabilidade e sua atuação frente à Procuradoria Geral da República, entre outros, Sepúlveda Pertence acabou aprovado pela CCJ com 13 votos favoráveis e apenas um contrário.

O segundo nome a ter questionado algum dos requisitos constitucionais foi Gilmar Mendes. Saído diretamente do posto de Advogado-Geral da União, em que foi o grande articulador da defesa do programa de privatizações levado a cabo pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso,¹⁵⁷ o ministro enfrentou pesadas críticas de vários setores sociais e dos próprios senadores a respeito de sua “reputação ilibada”.

Durante a sabatina, os debates foram acalorados. O senador Jefferson Peres constatou:

“Em sete anos e quatro meses de exercício de mandato, nunca vi uma indicação ao Supremo Tribunal Federal tão polêmica quanto a de V. S^a. E isso, em princípio, não me parece bom para quem será membro daquela Excelsa Corte. Meu gabinete está cheio de e-mails contra e a favor, há um clima de torcida contra e a favor, uns acusando, certamente muitas acusações infundadas, é claro, mas não é bom. Creio que quem pretende ser Ministro do Supremo Tribunal Federal deveria ser uma pessoa de reputação ilibada e aceita de forma quase universal. O clima não é bom, realmente.” (grifos acrescentados)

Faltou ao senador a oportunidade de participar da sabatina de Edson Fachin...

Mas é certo que a sabatina do ministro Gilmar Mendes marcou o primeiro momento em que algum grau de articulação social em torno de uma indicação para o Supremo efetivamente aconteceu. Diversos indivíduos e representantes de grupos sociais organizados dirigiram manifestações ao Senado Federal, buscando influenciar a condução da sabatina. Não por outro motivo, a sessão chegou a ser adiada, em virtude de um pedido

¹⁵⁷ Cf., a propósito, a Lei nº 9.491, de 1997.

de vista coletivo dos senadores Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Sérgio Machado e Romeu Tuma.

O senador Bernardo Cabral, então presidente da CCJ, revelou durante a sabatina que:

“Recebeu várias manifestações de apoio, outras, contrárias, e a última, recebida do ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil: ‘Notas para a Reflexão dos Exmos. Srs. Senadores da CCJ sobre o Processo de Indicação de Ministro para o Supremo Tribunal Federal’, assinada também pelo advogado Roberto Figueira Caldas. A Presidência tomou conhecimento de tais manifestações, que foram distribuídas. Também a do atual Presidente da OAB. Como todos os Srs. Senadores devem ter recebido, nas manifestações de apoio destaco a do Professor Dr. Jorge Miranda, que é constitucionalista português de renome internacional, foi Relator da Constituição portuguesa, a quem conheço pessoalmente, assim como o Professor Gomes Canotilho. Ministro Célio Borja, o Reitor da Universidade de Brasília, o Professor João Herculino, Tércio Sampaio. Há uma relação que a Presidência teve o cuidado de fazer distribuir, porque a Presidência não vai se afastar, em nenhum instante, da sua posição de magistrado nesta audiência.” (grifos acrescentados)

A oposição, liderada pelo PT, apresentou algumas manifestações de juristas contrários à nomeação de Gilmar Mendes. O senador José Eduardo Dutra dirigiu-se à presidência dos trabalhos para informar que:

“Pedi-me a comunidade jurídica do Largo de São Francisco para entregar a V. Ex^a, a fim de que também fizesse parte dos autos, um abaixo-assinado de diversos membros daquela comunidade, em apoio a um artigo do Dr. Dalmo Dalari, e também uma fita que mostra um ato que foi realizado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo.”

Parte dos argumentos levantados contra Gilmar Mendes estavam calcados na existência de ações judiciais pendentes contra o então AGU. Um juiz federal, Eduardo Rocha Cubas, a quem Gilmar Mendes havia atribuído a participação no “manicômio

judiciário” que se instalara durante o processo de privatização de empresas estatais, estava processando Gilmar Mendes por injúria. Em outra frente, o ex-presidente da OAB do Mato Grosso, Reginaldo Oscar de Castro, distribuiu petição avulsa ao STF (Petição nº 2695), buscando sustar a sabatina, o que não foi concedido pela Corte. Finalmente, o Ministério Público Federal processava Gilmar Mendes em decorrência de sua atuação como AGU em um caso ligado ao DNER.

É possível perceber também, a partir da análise da sabatina, que algumas provocações foram oferecidas aos senadores por membros da sociedade civil ou por matérias da imprensa. Jefferson Perez, por exemplo, indicou que recebera um e-mail de um cidadão indicando que Gilmar teria participado da redação de uma medida provisória que cerceava os poderes do Ministério Público, e vários outros a respeito de Gilmar Mendes ter sido indicado para integrar a “bancada do governo” no STF.

Já o senador José Eduardo Dutra, lastreando sua pergunta em matéria publicada na imprensa, solicitou que Gilmar Mendes esclarecesse se achava compatível que a Advocacia-Geral da União se utilizasse dos serviços do Instituto Brasiliense de Direito Público (IBDP), do qual era quotista.

Outro Advogado-Geral da União que teve a sua indicação discutida, sob o ponto de vista dos requisitos constitucionais necessários, foi Dias Toffoli. Assim como ocorrera com Gilmar Mendes, Dias Toffoli foi bastante contestado pela sua proximidade com o Presidente da República. Mas não apenas por isso. Questionamentos foram feitos pelos senadores a respeito tanto do notável saber jurídico, quanto em relação à sua reputação ilibada.

O senador Alvaro Dias foi o principal algoz do indicado durante a sabatina. E não mediu palavras. Em longo posicionamento, o senador do Paraná afirmou que o Presidente Lula havia feito boas escolhas para o STF, mas que este não era o caso sob análise.¹⁵⁸

¹⁵⁸ O questionamento apresentado pelo senador Alvaro Dias foi o seguinte: “O Presidente Lula foi feliz em várias indicações que fez, e mereceu da nossa parte aqui nesta Comissão aplausos, e afirmamos que o aplaudíamos exatamente para que pudéssemos contestá-lo se, eventualmente, com ele não concordássemos vez ou outra. E essa é uma oportunidade para discordância. Nós sabemos que a Constituição estabelece quesitos essenciais para a nomeação ao Supremo Tribunal Federal, notório saber jurídico, ilibada reputação e impessoalidade. Eu vou me restringir a essas questões básicas. O notório saber... Eu creio que até quem deveria ser questionado sobre a indicação é o próprio Presidente Lula. ... Uma indagação

A participação externa pressionando os senadores também ficou clara neste caso, levando o senador Pedro Simon a comentar o seguinte:

que eu faço é se o senhor não encontra similitude entre o seu caso e da Dra. Harriet Miers indicada pelo Presidente Bush para a Suprema Corte dos Estados Unidos. ... mas ela havia sido advogada de Bush quando Governador do Texas, e esse fato provocou uma reação inusitada no Senado americano. Ela renunciou a vaga antes de se submeter à sabatina, apesar de seu notório saber jurídico, a questão da impessoalidade é inevitável discutir. A trajetória profissional de V. Exa. É, sem dúvida nenhuma, extremamente ligada ao Presidente da República e a seu Partido.

O que eu indago é sobre se não há negligência na avaliação do notório saber jurídico, e se essa negligência não pode comprometer a credibilidade do Supremo. Por que eu indago? V. Exa. foi reprovado em dois concursos para Juiz de primeira instância. Não conheço obras publicadas por V. Exa., não houve mestrado, no seu currículo não há mestrado, não há doutorado, não há pós-mestrado ou pós-doutorado que são requisitos básicos para a comprovação do notório saber jurídico. A trajetória profissional, da mesma forma, não está ligada a grandes causas, a causas que autorizam afirmação de que há o notório saber jurídico. Questionar a reprovação em concursos, nós tivemos já esse questionamento, o Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou nomes indicados pela OAB exatamente em razão da reprovação em concurso. E esse caso chegou ao Supremo Tribunal Federal.... Se não me falha a memória, até quem V. Exa. vai substituir, o Ministro, o saudoso Ministro Alberto Direito que abordou essa questão, dando acolhimento à posição do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Na questão da reputação ilibada, nós recebemos ontem no Congresso Nacional um projeto de iniciativa popular que torna inelegível o candidato ficha suja, ou seja, com a condenação em primeira instância ... Isso não valeria para o Supremo Tribunal Federal? Vale para um Vereador e não vale para um Ministro do Supremo Tribunal Federal?

Há outras questões que eu coloco para a sua apreciação que vão um pouco além das duas condenações no Amapá, são condenações em primeira instância, não transitou em julgado, mas são condenações em primeira instância que devem ser consideradas.

V. Exa. foi advogado do PT em várias campanhas, inclusive, na que elegeu o Presidente da República, e que fatos conhecidos já da opinião pública ocorreram, dando origem, inclusive, ao escândalo do “Mensalão”. ... e V. Exa. era o advogado. Então, é evidente que foi consultado sobre o que se fez, sobre as operações. ... Esse processo está no Supremo Tribunal Federal, V. Exa. irá julgá-lo. Já ouvi que, provavelmente, se declarará impedido em algumas questões, são tantas as questões ligadas a V. Exa. que a declaração de impedimento se der em cada uma delas, V. Exa. estará de férias no Supremo Tribunal Federal.

Há outro fato, portanto, esse é o questionamento. Primeiramente se V. Exa. participou direta ou indiretamente desses episódios, o que consubstanciaria, evidentemente, a ausência de reputação ilibada, e se V. Exa. terá aí a impessoalidade, a independência necessária para julgar questões dessa natureza e dessa importância, porque não são fatos graves, são fatos gravíssimos, estarrecedores para a opinião pública brasileira. Hoje o jornal Folha de São Paulo, em matéria assinada pela jornalista Andresa e pelo jornalista Hudson, traz sob o título: “Afastado por corrupção diz que recebeu ajuda de Tóffoli”. E aí faz referência a uma gravação da Polícia Federal, há aqui o teor da gravação em que o ex-Ministro Silas Rondeau em conversa gravada pela Polícia Federal, afirmou, mais ou menos, o seguinte: “Quem me deu o nome do advogado foi o Tóffoli e foi aprovada pela Elenice Guerra, Secretária-Executiva da Casa Civil, e pela própria Ministra Dilma Rousseff”, afirma Rondeau em 14 de maio de 2008. No diálogo, ele diz a um advogado que atende diretores da estatal Eletrobrás que a decisão foi tomada no gabinete do 4º andar do Palácio do Planalto, e que o defensor indicado por Tóffoli e cancelado pela Casa Civil era pessoa da confiança do Governo. O ex-Ministro prossegue e dá o nome de quem teria sido indicado por Tóffoli: José Gerardo Grossi. Ele disse: “Nem sabia quem era, se era novo, se era velho e tudo mais. Fui lá, gostei.” Diz Rondeau na escuta. Portanto, provavelmente, esse processo chegará ao Supremo Tribunal Federal. V. Exa., segundo relato da Polícia Federal, através de gravação telefônica, participou da indicação, aconselhou, orientou; portanto, V. Exa., provavelmente, se declarará impedido de julgar essa causa. Mas eu indago, além disso, isso não compromete a reputação ilibada? Quem procede desta forma na função pública pode se considerar ilibado?” (grifos acrescentados)

“...vou ser muito sincero, eu recebi muitas manifestações contrárias à indicação de V. Exa., porque a imprensa vem publicando a questão de condenado, etc. e tal, não passou em concurso; mas as manifestações que eu recebi do Jobim, do Governador de Santa Catarina, do Governador do Rio de Janeiro e tantas outras garantindo pela idoneidade, pela dignidade de V. Exa., a mim me tocaram.

A minha preocupação é com relação ao mensalão. Porque V. Exa. estava lá na sub-chefia, do lado do sub-chefe da Casa Civil. ... no tempo do Zé Dirceu, é que aconteceu o mensalão, e nós, que estávamos aqui na época, vamos lembrar. O mensalão era todo lá na Chefia da Casa Civil. Onde é que se reunia o Presidente do partido? Numa sala da Casa Civil. Aonde é se reunia o tesoureiro? Numa sala da Casa Civil. Onde é que se reunia o homem, aquele do dinheiro, lá de Minas Gerais? Como é o nome? Valério. Numa sala da Casa Civil. ... Foi dito que ele era o chefe do mensalão. O homem que coordenou e foi cassado por isso. E V. Exa. estava lá. E a imprensa diz que V. Exa. era um amigo do homem.” (grifos acrescentados)

Não obstante o calor dos ataques, Dias Toffoli apresentou explicações para cada um dos temas levantados. Adotou a estratégia inteligente de conectar-se com o Legislativo, afirmando que seu saber jurídico decorria em grande parte do tempo em que fora assessor parlamentar; deste modo, um ataque às suas qualidades tornou-se um ataque ao próprio Congresso Nacional. A estratégia funcionou e Dias Toffoli foi aprovado pela CCJ por 20 votos favoráveis e 3 contrários.

A Ministra Rosa Weber também teve uma sabatina desafiadora. Primeiro, por conta da amplitude das perguntas apresentadas, fruto de uma participação mais intensa dos senadores e da própria sociedade, que encaminhou questionamentos. Os senadores foram duros com a indicada, que se viu obrigada a discorrer sobre um amplo grupo de temas que não necessariamente dominava, como terras ocupadas por remanescentes quilombolas, prescrição do crime de formação de quadrilha, Lei Maria da Penha, inconstitucionalidade por omissão, Convenção de Palermo, conceito de crime organizado, colisão de direitos fundamentais, Código Florestal, princípio da anterioridade em matéria eleitoral, exames criminológicos, resoluções do TSE e prisão preventiva.

Depois, porque, no contexto de uma indicação feita com o julgamento do “*Mensalão*” em andamento, a ministra foi naturalmente recebida com um maior grau de ceticismo por parte dos senadores de oposição. Muito bem preparados, os senadores, em especial o senador Demóstenes Torres, chegaram a criar verdadeiras “pegadinhas” para a examinada.

Embora não tenham afirmado que a indicada carecia dos requisitos constitucionais, houve a nítida tentativa de desqualificá-la. Na verdade, a estratégia da oposição para demonstrar a ausência de notável saber jurídico por parte da inquirida foi, justamente, a de apresentar perguntas sobre o posicionamento do Supremo a respeito de algum tema, cuja resposta, evidentemente, já era de domínio daquele que perguntava. Por algumas vezes, o senador Demóstenes Torres comunicou à candidata qual era a posição do Supremo sobre determinado tema, logo após ela ter respondido em outro sentido.

Por exemplo, ao ser questionada sobre a necessidade ou não de fundamentação da decisão de recebimento de denúncia criminal, Rosa Weber respondeu que a decisão deveria ser fundamentada, sob pena de nulidade, nos termos do art. 93, inciso IX, da Constituição. Em réplica, o senador afirmou:

“O Supremo decidiu o contrário, que, nesse caso, não se trata desse tipo de sentença, do art. 93, inciso IX, porque há incidência de mero recebimento. Então, o juiz em geral fala assim: “Recebo a denúncia”. Recebe a denúncia, marca a data e tal. Então, o Supremo decidiu que não se enquadra nessas hipóteses o art. 93, inciso IX, num voto também do Joaquim Barbosa, se não me engano, também mais ou menos na mesma data. Mas é uma matéria, de fato, controversa. Quando é sentença, realmente carece de fundamentação.” (grifos acrescentados)

Por fim, Edson Fachin foi outro que sofreu ataques diretos pelo fato de supostamente não possuir o requisito de “reputação ilibada”. Embora também tenha enfrentado uma sabatina ampla em termos das matérias sobre as quais foi questionado – lembrando, novamente, que esta foi a sabatina mais longa da história de indicações para o Supremo –, o perfil dos questionamentos foi muito mais incisivo do que os dirigidos à Ministra Rosa Weber.

Não se deve perder de vista que Edson Fachin já chegou à sabatina cercado de muita polêmica,¹⁵⁹ inclusive por conta de um parecer elaborado pela Consultoria Jurídica do Senado Federal, a pedido do senador Ricardo Ferraço (PMDB), que sustentava a ilegalidade de sua atuação concomitante no passado como Procurador do Estado do Paraná e advogado.¹⁶⁰

Durante a sabatina, após narrar detalhadamente a questão com base no parecer jurídico encomendado,¹⁶¹ o senador concluiu peremptoriamente que Edson Fachin não

¹⁵⁹ Cf., a propósito, o Capítulo III, *supra*.

¹⁶⁰ Cf., a propósito: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/parecer-de-consultoria-do-senado-aponta-atuacao-irregular-de-fachin.html>>

¹⁶¹ O senador Ricardo Ferraço apresentou as seguintes considerações: “...o Dr. Fachin realizou concurso público para provimento do cargo de Procurador do Estado do Paraná sob a égide da Lei Complementar Estadual nº 26, de 1985, mas sua nomeação ocorreu em 8 de fevereiro de 1990, por meio do Decreto nº 6.560, publicado no Diário Oficial nº 3.202, de 12 de fevereiro de 1990. Em 5 de outubro de 1989, sobreveio a Constituição Estadual do Paraná, que, no inciso I do §3º do art. 125, dispõe ser vedado aos Procuradores do Estado do Paraná exercer a advocacia fora das funções institucionais. Ressalvou-se, apenas, a situação daqueles que já eram Procuradores do Estado do Paraná na data da promulgação da Constituição ...Registre-se, aliás, ser absolutamente equivocada a afirmação constante da nota técnica emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, segundo a qual a Constituição do Paraná, antes da reforma de 1999, não veda o exercício da advocacia privada aos Procuradores do Estado do Paraná, limitando-se apenas a impedir a advocacia contra o próprio Estado-membro. Na verdade, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Senadores, a revisão de 1999 alterou os incisos II e III do §3º do art. 125, mas em nada modificou o inciso I, que trata da proibição de advogar. Ainda em 18 de janeiro de 1990, antes ainda da posse do indicado, foi publicada a Lei Complementar Estadual nº 51. Este diploma dispõe, no art. 5º, que é vedado aos ocupantes de cargo de Procurador do Estado do Paraná o exercício da advocacia particular, ressalvados os direitos dos atuais integrantes da carreira referido no art. 2º. O art. 2º, por sua vez, referia-se aos membros que haviam ingressado na carreira antes da promulgação da Constituição estadual do Paraná em 1989. ...Dessa forma, quando da posse do Dr. Fachin, tanto a Constituição estadual, quanto a Lei Complementar nº 51, de 1990, proibiam inequivocamente o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. Essa foi a decisão do constituinte derivado do Estado do Paraná. Não encontra fundamento na jurisprudência de nossos tribunais o argumento de que, por ter sido concurso realizado sob a égide de uma legislação, o futuro procurador estaria por ela regido ou protegido. Trata-se de um caso clássico de mera expectativa de direito, uma vez que a investidura em cargo público e por conseguinte a definição do seu regime jurídico se dá com a posse e não com a realização do concurso. Dessa forma, é irrelevante que a lei complementar vigente à época do concurso permitisse a advocacia privada. No momento da posse, tanto a Constituição estadual do Paraná, quanto a Lei Complementar nº 51, de 1990, proibiam aos procuradores do Estado do Paraná o exercício da advocacia privativa. De mais disso, é pacificado também na nossa jurisprudência que não há direito adquirido a regime jurídico de servidor público. Essa orientação, aliás embora ainda atual, não é nova, é amparada pelo Supremo Tribunal Federal desde 1954. A flagrante violação praticada por anos a fio pelo indicado ao exercer concomitantemente o cargo de procurador e advocacia particular também não foi justificada pelos argumentos de que somente lei federal poderia impor tal proibição. ... Logicamente, o regime jurídico dos procuradores de Estado não se confunde com a tarefa de legislar sobre profissões; legislar sobre profissões é privativo da União, mas disciplinar o regime jurídico único de seus servidores públicos – e procurador do Estado se constitui servidor público. O Estatuto da OAB não proíbe a advocacia pelos procuradores de Estado, simplesmente porque essa matéria deve ser definida por cada Estado da Federação. Tanto assim que alguns Estados permitem e outros não. ...Diante disso, Sr. Presidente, é possível concluir que o indicado, tendo tomado posse após janeiro de 1990, quando já se encontrava em vigor a proibição de advogar constante, tanto na Constituição Estadual do Paraná quanto na Lei Complementar nº 51/90, a atuação, no âmbito da advocacia privada, concomitante com o exercício do cargo de procurador.”

preenchia o requisito de reputação ilibada, pelo que encaminhou a seguinte proposição (que acabou por ser indeferida):

“Sr. Presidente, com base nessa questão de ordem, eu invoco a V. Ex^a o art. 101 da Constituição Federal, para afirmar que o indicado não preenche os pré-requisitos constitucionais para que o seu nome possa ser submetido à Comissão de Constituição e Justiça. Dessa forma, estamos solicitando a V. Ex^a que, com base na Constituição Federal, V. Ex^a possa, como Presidente desta sessão, sobrestar a indicação por não preencher os requisitos constitucionais. É a questão de ordem que faço a V. Ex^a, Sr. Presidente.” (grifos acrescentados)

Em outra frente, o senador Aloysio Nunes insistiu no tema, requerendo que uma análise específica da questão da reputação ilibada do candidato fosse devidamente discutida em audiência pública como questão preliminar à sabatina, nos seguintes termos:

“Uma questão que surpreendeu a todos nós – e louvo a argúcia do Senador Ferraço –, surpreendeu mesmo porque havia, nos currículos distribuído pelo indicado, uma omissão no currículo Lattes. O currículo Lattes não fazia referência a sua passagem pela Procuradoria do Estado do Paraná, ao passo que o currículo distribuído aos Senadores fazia menção a esse importante momento da sua atividade profissional. Naquele momento, Sr. Presidente, não tínhamos ainda amadurecido essa questão. Eu suscitei, e vários suscitaram, a necessidade de termos uma audiência pública dedicada especificamente à elucidação dessa matéria, que, no meu entender, é absolutamente crucial, quase que uma preliminar para a deliberação a respeito das questões jurídicas que seguramente serão levantadas para o indicado. Depois dessa sessão a que me refiro, vieram a público dois pareceres, dois estudos técnicos produzidos por consultores do Senado: um, respaldando a legitimidade desse exercício concomitante; e outro, negando a legitimidade. Foi um assunto amplamente debatido na opinião pública, nos meios jurídicos, e, já no início desta sessão, novamente levantado pelo Senador Ferraço. Penso que, diante disso, Sr. Presidente, é mais do que necessário que nos dediquemos com profundidade a esta questão. ... Por isso, reitero a V. Ex^a aquele pleito formulado pelo Senador Caiado de realizarmos uma audiência pública sobre essa questão. É mais do que necessário, uma vez

que o mundo jurídico brasileiro está muito focado nessa questão, e é uma preliminar para a nossa decisão a realização dessa audiência pública, chamando agora, se for necessário, os dois consultores responsáveis pelos dois pareceres a que me referi.” (grifos acrescentados).

Mesmo com toda a oposição recebida, Edson Fachin conseguiu convencer a CCJ de que preenchia os requisitos constitucionais para o cargo e foi aprovado por 20 votos favoráveis e 7 contrários. No plenário, no entanto, a votação foi “apertada” para os padrões da Casa: 52 votos favoráveis e 27 contrários.¹⁶²

Vê-se, portanto, que nas nomeações envolvendo ampla mobilização social, o trabalho de pesquisa do Senado é maior, razão pela qual temas mais espinhosos acabam aparecendo e fazem com que os indicados enfrentem uma sabatina mais dura, questionando, inclusive, se o candidato possui os requisitos constitucionais para o cargo.

IV.6. A jogo das sabatinas era fechado, mas sociedade abriu as portas

Como visto no Capítulo II, nos Estados Unidos, a visita aos senadores pelo indicado à Suprema Corte, antes da sabatina, é uma prática tradicional. Este é o momento em que o candidato pode conversar a sós com os senadores, quer sejam ou não membros do *Judiciary Committee*, o que permite, em tese, uma conversa franca e aberta, longe do controle social da transmissão televisiva.

O que se constata com a análise das sabatinas no Brasil é que tal praxe já não é tão diferente entre nós, embora seus contornos de prática institucional estejam ainda sendo paulatinamente desenhados. A partir da indicação do nome pelo Presidente da República, os candidatos se lançam em um projeto específico de preparação para a sabatina, que inclui a visita aos senadores e o recebimento formal de apoios políticos, para além dos já recebidos até aquele momento. Nos Estados Unidos, aliás, esta preparação é coordenada pela própria Casa Branca.¹⁶³

¹⁶² Para conferir todos os placares de votação na CCJ e no Plenário do Senado, ver Anexo I.

¹⁶³ COMISKEY. Ob. cit., pgs. 15-16.

Ao seu turno, os senadores também procuram obter informações sobre o candidato, sendo procurados por autoridades, juristas e instituições que apoiam ou opõem-se ao nome do indicado para ocupar a vaga de ministro.

Pedro Simon, ao se dirigir a Joaquim Barbosa, não poupou elogios ao sabatinado, lembrando a conversa que tiveram anteriormente àquela reunião:

“Tive a gentileza de receber a visita do ilustre Ministro. E quero dizer que me encantei. Encantei-me pelo seu histórico, pela sua história, pela sua maneira de ser, pela sua simplicidade, pela vida que levou. Foi gráfico do Senado Federal, lutando, esforçando-se, avançando, conhecendo, preocupado em avançar, com o cérebro aberto ao infinito, ao conhecimento. Um homem que não guardou – não vi isso em nenhum momento da sua conversa – uma mágoa ou ressentimento por ter sido isso ou aquilo. Pelo contrário, conta os degraus que avançou e a caminhada que fez. Então, vai um homem, e que cultura! Jovem, com uma capacidade, com uma competência. E com todo o respeito aos Ministros que lá estão, é o primeiro que pelo menos passa por aqui – e já estou aqui há vinte e tantos anos – com conhecimento profundo de Direito Internacional e de Direito Comparado, vendo que o país é uma ilha, mas está dentro de um contexto geral. A sua tese, elaborada após morar mais de quatro anos em Paris – parece até predestinação – foi sobre o nosso Supremo Tribunal Federal”. (grifos acrescentados)

O ministro Eros Grau relatou no *História Oral do STF* que visitou os senadores José Sarney, José Agripino Maia e Edson Lobão.¹⁶⁴ O ministro Dias Toffoli também visitou diversos senadores, tendo deixado boa impressão. Sobre a visita que recebeu, o líder do DEM, senador José Agripino Maia, anotou durante a sabatina que:

“Eu recebi com muito agrado a visita de V. Exa. no gabinete da liderança, conversamos descontraidamente sobre a sua indicação e, em seguida, fiz uma reunião com a minha bancada, onde tive a oportunidade de relatar a conversa

¹⁶⁴ Ob. cit.

que tivemos. Fiz o registro de uma colocação que V. Exa. fez e que reputo muito importante. V. Exa. diz que, indicado pelo Presidente Lula, apesar de suas notórias ligações com o Partido dos Trabalhadores, V. Exa. seria, como se é de esperar, um Juiz e teria uma postura de discrição. Eu fiz uma reunião de bancada e comuniquei aos meus companheiros o teor da nossa conversa e ouvi de algumas observações do tipo: ‘O Ministro do Supremo tem que preencher algumas pré-condições: notório saber jurídico, reputação ilibada’, e fizeram as observações que a imprensa vem fazendo e que, evidentemente, vão ser objeto de esclarecimento. Me colocaram na reunião que, com relação ao notório saber jurídico, V. Exa. nunca tinha feito Mestrado, nem Doutorado, tinha sido reprovado em dois concursos de Juiz. Aliás, V. Exa. mencionou, na conversa que tivemos, esse assunto. Com relação à reputação ilibada, falaram, mencionaram a questão da condenação em primeira instância na prestação de serviço do Amapá. Isso tudo foi discutido para, ao final, nós tirarmos uma conclusão, de que, apesar das acusações, o partido não teria posição com relação à indicação de V. Exa.; o voto sim ou não seria produto do convencimento que V. Exa. fosse capaz de fazer, com a sua exposição e com a sabatina que vai se estabelecer. E quero deixar isso público: não há posição partidária, V. Exa. será julgado pelos argumentos que possa ter.” (grifos acrescentados)

Luiz Fux foi outro que recebeu um elogio da senadora Vanessa Grazziotin pela mobilização política realizada.¹⁶⁵

Outra informação que se extrai das sabatinas, como apontado acima no caso de Gilmar Mendes, são as manifestações favoráveis e contrárias, inclusive o apoio de ministros do próprio STF, que são registradas claramente pelos senadores durante suas intervenções ao longo das sabatinas.

¹⁶⁵ A senadora afirmou que: “... fiquei impressionada, no dia de ontem, quando V. Ex^a visitou todos os partidos políticos, todos os blocos políticos. Fiquei impressionada com a forma como V. Ex^a foi recebido e mais impressionada ainda com a unanimidade que se criou em acelerar todo o processo para que, após indicado, o nome de V. Ex^a chegasse aqui e, imediatamente, nós o votássemos. Não houve nenhuma polêmica na formação da Comissão de Constituição e Justiça, e tenho certeza absoluta de que isso se deu muito por conta da matéria que nós íamos analisar no dia de hoje, que é a indicação do seu nome.”

O senador Eduardo Suplicy, por exemplo, mencionou, na sabatina do ministro Menezes Direito, que esteve com ministros do Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e colheu opiniões sobre o candidato. Os senadores Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e Paulo Duque indicaram os contatos que haviam feito com diversas pessoas e instituições a respeito do indicado, como o STJ, a Associação de Magistrados do Rio de Janeiro e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

De todos, Arthur Virgílio foi o que mais mencionou nomes que apoiavam Menezes Direito, indicando o seguinte:

“Fui procurado por pessoas que me deram depoimentos a seu respeito. Em primeiro lugar, Ministros que deverão ser seus futuros colegas no Supremo Tribunal Federal, que acreditam que V. Ex^a. acrescentará positivamente aos trabalhos dessa Corte Suprema que hoje se apresenta como uma face tão bonita aos olhos do país. E algo extremamente relevante para mim, V. Ex^a. se revela respeitado pelos seus colegas do Superior Tribunal de Justiça, alguns deles aqui presentes, a Ministra Maria Thereza, o Ministro Hermen Benjamin, o Ministro Aldir Passarinho Júnior e essa figura de enorme peso simbólico que é o Ministro Aldir Passarinho. Mas outros se manifestaram procurando dar um testemunho, sem nenhuma intenção de influenciar em voto, mas dar um testemunho a respeito do que é a sua atuação no Superior Tribunal de Justiça. Eu, por conta própria, procurei ouvir algumas pessoas de fora da Magistratura e do ramo do direito, e fui ouvir uma figura que é extremamente próxima de mim, que discorda de V. Ex^a. ideologicamente, mas que o respeita e o recomenda, que é o Conselheiro Nacional de Justiça Tércio Lins e Silva, eu acho que foi seu colega no secretariado do Governador Moreira Franco e atesta sobre sua honradez e seu saber jurídico. Do mesmo modo o Advogado Fernando Neves, ele disse: “olha, eu acho que só acrescenta do ponto de vista do que se vai fazer de justiça no país”. Consultei uma figura que para mim é simbólica e é simbólica para todo o meu partido. Consultei o Presidente Fernando Henrique. ... se ele indicou V. Ex^a. certa vez para análise do Senado, eu queria que ele me dissesse por que o havia feito, ele me disse porque havia feito, dizendo que não tinha nenhuma razão para ter mudado de opinião. E acaba de me ligar o Governador José Serra, dizendo-se

obrigado a manifestar pela força da sua consciência a respeito da opinião que tem da sua atuação como homem público, como magistrado.”

Na sabatina da ministra Carmem Lúcia, citando a manifestação de dois dos mais conhecidos professores de Direito paulistas, o senador Eduardo Suplicy ofereceu o seguinte testemunho:

“Sr. Presidente, quando o Presidente Lula designou a Sr^a. Cármen Lúcia, eu recebi uma comunicação de dois dos maiores juristas brasileiros, Fábio Konder Campanato e depois de Celso Antônio Bandeira de Mello, e ambos me falaram das extraordinárias qualidades da Senhora, inclusive como defensora dos direitos humanos, e por toda a sua carreira e da sua independência, inclusive, não sendo filiada ao Partido dos Trabalhadores. E eu quero dizer, de como a sua exposição nos impressionou mais ainda do que eu poderia esperar pela avaliação de ambos.”

O senador Pedro Simon fez gesto semelhante na Sabatina do ministro Eros Grau, dizendo:

“Impressionou-me o número de telefonemas. Telefonemas de pessoas importantes, de juristas os mais ilustres, fazendo questão de dizer que só estava telefonando para cumprir um dever de cidadania, para dizer que nós iríamos examinar talvez a pessoa hoje mais competente, mais culta e mais capaz no mundo jurídico.”

Sobre a indicação de Ayres Britto, o senador Demóstenes Torres afirmou o seguinte durante a sabatina:

“Quando foi indicado ao cargo, recebi mais de 50 telefonemas, apenas do Estado de Goiás, endossando o nome do professor. E surgem pessoas do Brasil inteiro. O Dr. Achilles Siquara, como já mencionei; o Dr. Cláudio Barros, do Rio Grande do Sul; o Dr. Marrey, de São Paulo; o Dr. Abrão Amizy; e uma série de promotores de justiça que efetivamente foram influenciados pelo professor Carlos Ayres de Britto, um homem extremamente modesto.(...)Outro dia, li num jornal

que havia um movimento para que V. Ex^a não fosse escolhido em virtude de ter militado por 18 anos no PT... E quantos não são os políticos que ingressaram no Supremo Tribunal Federal? Citarei alguns: Ministros Pedro Aleixo, Aliomar Baleeiro e Nelson Jobim, que me telefonou e disse: ‘Algumas pessoas estão dizendo que não pode haver militância política. Por favor, quero que se diga que eu sou um militante político. Demóstenes, você não me considera um grande Ministro?’ Eu respondi: ‘Acredito que V. Exa. seja um grande Ministro’. E acredito que o Professor Carlos Ayres de Britto também será um grande Ministro.”

Nessa mesma sessão, o Senador Almeida Lima também procedeu à leitura de um ofício que o Governador do Estado de Sergipe, João Alves Filho, enviou ao Presidente da República acerca do indicado¹⁶⁶. Já o Senador Aloizio Mercadante leu uma carta do Presidente Nacional do PMDB endereçada ao Presidente da República em apoio ao nome de Ayres Britto.¹⁶⁷

Segundo o Senador Pedro Simon, o então ministro do STF Nelson Jobim teve papel ativo no apoio à indicação do ministro Ayres Britto, e relatou que:

¹⁶⁶ Os termos do ofício, que foi lido pelo senador, eram os seguintes: “*Senhor Presidente, cômico das minhas responsabilidades de Governador do Estado de Sergipe, venho cumprimentar Vossa Excelência e fazer todo o agradecimento do povo sergipano pela feliz e oportuna indicação do nosso coestaduano, Carlos Ayres Britto, para o honroso cargo do Supremo Tribunal Federal. Acredite Vossa Excelência, Senhor Presidente, que a indicação do jurista Carlos Ayres Britto homenageia as melhores tradições sergipanas de culto às letras jurídicas e reverência a unanimidade do povo que tenho a honra de governar, além de congregar todas as forças políticas do Estado em torno de uma causa que temos como histórica, afinal, há mais de meio século que um filho de Sergipe não tem assento na mais alta Corte de Justiça do País. Nesse mesmo passo, eminente Chefe do Governo Federal, manifesto o meu aplauso e de toda a gente sergipana pela indicação dos dois ilustres nomes, do Desembargador Antônio Cezar Peluso e do Procurador Joaquim Barbosa, para compor as outras duas vagas no seio da nossa maior Corte Nacional de Justiça. Com todo o apreço e admiração, João Alves Filho, Governador do Estado de Sergipe.*”

¹⁶⁷ O teor da carta lida é o seguinte: “*Quero expressar minha especial satisfação, e o faço porque pertenço à classe jurídica do País, pela indicação do Professor Carlos Augusto Ayres de Britto. Conheço-o desde os tempos em que fez seu doutoramento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em defesa da tese que remarcou suas qualidades de grande pensador e de intérprete do Direito. Nos congressos nacionais e internacionais, o Professor Carlos Augusto Ayres de Britto discutia as teses mais variadas, sempre ouvido em respeitoso e concordante silêncio. Tenho a mais absoluta convicção de que o Professor Carlos Augusto Ayres de Britto, assim como o Desembargador Antonio Cezar Peluso e o Procurador Joaquim Barbosa prestarão relevante serviço ao País, interpretando adequadamente o sistema jurídico nacional*”.

“O Ministro Jobim também me telefonou. S. Ex^a só não me disse que ele, Jobim, era um Ministro notável; disse-me que era um bom Ministro. E fez questão de me contar que conhecia V. Ex^a e que não deveríamos levar em conta as notícias com referência à filiação ao PT, porque V. Ex^a representava o que ele conhecia de mais digno e de mais correto. E se ele, Jobim, que foi Ministro, Deputado e pertenceu a partido, podia estar lá, se tantos outros puderam chegar lá, por que V. Ex^a não poderia chegar lá?”

Vê-se, portanto, que manifestações favoráveis e contrárias aos indicados sempre ocorreram ao longo da história das sabatinas. O que se alterou, no entanto, em parte por conta da expansão do papel do STF na vida brasileira, em parte por conta do extraordinário desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, midiáticas e de comunicação, é que a sociedade vem cada vez mais descobrindo este processo e forçando a sua entrada nele.

Com efeito, como visto acima, alguns grupos de interesse sempre se manifestaram junto ao Senado Federal acerca de suas preferências *vis a vis* determinada indicação, mas era uma espécie de processo fechado. Para utilizar uma alegoria feudal, ocorria do muro do castelo para dentro. Aos poucos, porém, o fosso que cercava o castelo das sabatinas foi secando e a porta se abrindo. Os aldeões entraram no castelo e passaram a frequentar as cerimônias da corte.

A atenção que o STF vem recebendo da sociedade civil e da mídia vem aumentando exponencialmente. Sob este aspecto, vale lembrar uma interessante pesquisa realizada por FALCÃO e OLIVEIRA, indicando que, entre os períodos de 2004/2007 e 2008/2011, o número de notícias sobre o STF no periódico *Folha de São Paulo* aumentou 89%.¹⁶⁸

Esse quadro de crescente cobertura midiática e interesse social, por óbvio, reflete-se como um todo no processo de seleção dos ministros do STF e pode ser particularmente notado nas sabatinas. Conforme apontado na introdução deste trabalho, a percepção social

¹⁶⁸ Cf., a propósito, FALCÃO, Joaquim; e OLIVEIRA, Fabiana L. *O Supremo e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista?* Revista Lua Nova. São Paulo: 87, p. 429-269, 2012.

da relevância do STF na vida nacional cresce proporcionalmente às decisões/intervenções daquela Corte nas mais variadas questões jurídicas de interesse geral. Não por outro motivo, OSCAR VILHENA VIEIRA cunhou o termo “*Supremocracia*”, ao indicar que: “*É difícil pensar um tema relevante da vida política contemporânea que não tenha reclamado ou venha a exigir a intervenção do Supremo Tribunal Federal.*”¹⁶⁹

Nesse sentido, como sustentam FALCÃO e OLIVEIRA, “*a relação comunicativa do STF com os cidadãos é um processo contínuo*”.¹⁷⁰ Um influencia e é influenciado pelo outro.

E as sabatinas do Senado parecem observar a mesma lógica. Quanto mais o STF tornou-se protagonista da vida nacional, mais o Senado sofisticou, especialmente a partir de provocações da sociedade civil, as arguições dos nomes indicados pelo Presidente da República.

Do mesmo modo que aconteceu nos Estados Unidos,¹⁷¹ o *feedback* social a respeito das decisões da Corte funcionam atualmente como *input* nas sabatinas. Cobranças, perguntas e desafios ao inquirido, antes raros, são hoje parte das reuniões da CCJ. Como não poderia deixar de ser, a sociedade tornou-se progressivamente parte do processo de escolha dos ministros, atuando como condição de legitimidade. O caminho de evolução é longo, mas irreversível. Vejamos, então, alguns exemplos desta jornada de crescimento da importância da participação do cidadão comum.

Na sabatina da ministra Carmem Lúcia, o Senador Magno Malta deu um exemplo de como a “sociedade” até então costumava ser ouvida a respeito dos nomes indicados. Afirmou o Senador que:

“...Normalmente, num Estado onde eu não tenho tanta ligação com pessoas, eu pego uma lista telefônica e ligo a 30 pessoas aleatoriamente, como fiz com a Dr^a. Ellen, Mas a respeito da Senhora, eu consultei algumas pessoas que eu tenho como padrão lá em Minas Gerais de conduta e com quem tenho ligações muito

¹⁶⁹ Ob. cit., p. 451.

¹⁷⁰ Ob. cit., p. 434.

¹⁷¹ Cf., a propósito, o Capítulo II.

estreitas. O Pastor Márcio Valadão, da igreja da Alagoinha, o Pastor Jorge Linhares, que são pessoas muito ligadas a mim, meu querido amigo João Leite, Deputado Estadual e o Wilson, homem simples do povo, lá de Divinópolis, ... eu consultei, imaginando que ele não pudesse me dar uma resposta, mas ele pode me dar a resposta. Ele a conhece, conhece a sua trajetória, a sua história, a sua vida, o seu comportamento. E essas coisas somadas ao fato de já ter chegado a uma lista e ter sido escolhido pela lista, somada ao fato de que outras pessoas que nos cercam de comportamento e de índole e que imediatamente a sua indicação a mim me telefonou, como deve ter feito a outros Senadores, fazendo a recomendação, essa somatória toda me leva a lhe comunicar com muita alegria da minha satisfação de vê-la indicada e certamente participar de um momento histórico como este, a segunda mulher no nosso Supremo e de uma felicidade muito grande para todos nós.”

Tal tipo de “pesquisa” mostrou-se ao longo dos anos ultrapassada, passando os *inputs* sociais, externos ao Senado, a fazer parte das sabatinas, independentemente da provocação dos senadores. Há, de fato, especialmente a partir da sabatina da ministra Rosa Weber,¹⁷² um novo conjunto de questionamentos apresentados cuja a origem é reconhecidamente externa.¹⁷³ São apresentadas à candidata perguntas vindas diretamente da sociedade civil.

Veja-se, por exemplo, o primeiro questionamento do senador Ricardo Ferraço apresentado à ministra Rosa Weber, que utilizou como lastro argumentativo os dados do projeto *O Supremo em Números*.¹⁷⁴

¹⁷² Os principais temas de fundo das sabatinas de Rosa Weber, Teori Zavaski, Roberto Barroso e Edson Fachin foram: (i) ativismo judicial; (ii) temas penais, em virtude do “*Mensalão*” e do “*Petrolão*”; e (iii) posicionamento dos ministros sobre temas em discussão no STF.

¹⁷³ Registre-se também o crescente número de comparecimentos de autoridades às sabatinas, conforme se depreende do Anexo I.

¹⁷⁴ O trecho relevante da pergunta do senador é o seguinte: “***A Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas fez um detalhado levantamento sobre a performance do Supremo nos últimos anos e chegou a algumas conclusões. Entre 1988 e 2009, quase 92% dos processos que chegaram à alta Corte foram recursos de conflitos já julgados em pelo menos duas instâncias. E vi S. Exª falar com muita clareza sobre o papel da primeira instância, da segunda instância, vi o relato emocionado com relação à D. Mercedes, a costureira que não quis fazer acordo, e essas portas e janelas recursais na justiça brasileira, de certa forma, a meu juízo, têm impedido que a justiça possa ser efetiva, o que gera, também a meu juízo, não apenas uma percepção de impunidade, mas, em muitos casos, a própria certeza da impunidade na ausência da efetividade da justiça. Ainda a mesma Fundação Getúlio Vargas, em estudo feito pelo Professor Joaquim Falcão, estabelece que, só em 2006, foram cerca de 111 mil novos recursos, 10 mil para cada***

Na mesma sessão, o senador Pedro Taques (PDT) atendeu à provocação feita por FALCÃO, ARGUELHES e ABRAMOVAY em artigo na *Folha de São Paulo*¹⁷⁵ e, repetiu algumas das perguntas sugeridas pelos autores, como, por exemplo:

“Como uma indicada chega a essa posição em que V. Ex^a se encontra? Depois que o nome de V. Ex^a começou a circular na imprensa, busquei em todos os jornais nomes de outros ilustres juristas cujos nomes circulavam pela imprensa, e a imprensa dava conta da existência de reuniões para escolher Ministro do Supremo Tribunal Federal ou indicado para o Supremo. Pergunto se V. Ex^a pode revelar quais conversas que V. Ex^a teve para aqui chegar, para honra de V. Ex^a e da Justiça do Trabalho, e ser sabatinada pelo Senado da República, se V. Ex^a entender que isso pode ser revelado.” (grifos acrescentados)

O senador Aécio Neves (PSDB) também se referiu especificamente ao artigo citado por Pedro Simon, enquanto o senador Eduardo Suplicy (PT) indicou que apresentava questionamentos a partir de provocações recebidas diretamente da sociedade civil, salientando em sua fala:

“A ONG Articulação Justiça e Direitos Humanos trouxe algumas sugestões e perguntas. Como V. Ex^a compreende a importância da incorporação da perspectiva de gênero na cultura jurisdicional da magistratura e dos demais operadores do Direito em nosso País? O que V. Ex^a pensa sobre o papel do Poder Judiciário na correção das desigualdades de gênero no Brasil? Como V. Ex^a vê a incorporação à cultura jurisdicional dos mecanismos de participação social consubstanciada principalmente nas audiências públicas de instrução dos processos? Tenho uma afinidade em especial com uma pergunta sugerida hoje pelo Prof. Pedro Abramovay, na Folha de S. Paulo. V. Ex^a é autor de textos que discutem fenômenos como a ocupação de áreas por movimentos sociais. Poderia V. Ex^a dar exemplos de casos nos quais o direito à propriedade deve ser

um dos 11 Ministros. Desde então, os números sofreram uma redução graças ao instituto da repercussão geral e adoção da Súmula Vinculante. Ainda assim, o Supremo continua recebendo cerca de 30 mil novos recursos a cada ano.” (grifos acrescentados)

¹⁷⁵ Ob. cit.

flexibilizado em função do direito à moradia? Qual é a opinião de V. Ex^a acerca do atual sistema de escolha dos membros dos tribunais superiores? Pois, após colher as necessárias assinaturas, tenciono apresentar proposta de emenda à Constituição na qual, com base em argumentos do Dr. Dalmo de Abreu Dallari, procuro alterar o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Pela proposta que colocarei em discussão, o art. 101 da Constituição da República passaria a ter a seguinte redação – e eu gostaria de ouvir a sua opinião a respeito.” (grifos acrescentados)

O senador Carlos Valladares (PSB) também apresentou perguntas enviadas pela Organização Não-Governamental citada pelo senador Eduardo Suplicy.¹⁷⁶

Na sabatina de Roberto Barroso, houve nova referência, por parte do senador Ricardo Ferraço (PMDB), aos resultados apresentados pela pesquisa do *Supremo em Números*.¹⁷⁷

Foi também nesta sabatina que o “*modus operandi online*” apareceu explicitamente pela primeira vez. De forma muito natural, o senador Ricardo Ferraço fez menção à rede social *Twitter*, dizendo:

“Eu recebo, Sr. Presidente, também aqui pelo Twitter – porque nós temos uma prática, no Senado, de uma ação interativa, e quero crer que não apenas eu, mas outros colegas Senadores estejam também recebendo indagações –, uma pergunta do Dr. Saulo Salvador, que indaga o seguinte a V. Ex^a, através da minha

¹⁷⁶ O questionamento foi o seguinte: “E, afinal, **tentando contribuir com a Articulação Justiça e Direitos Humanos, que nos enviou várias perguntas** – eu adotei apenas três ou quatro perguntas –, qual a posição do nosso Ministro sobre a incorporação à jurisdição dos tratados internacionais dos direitos humanos, como o direito à consulta prévia de comunidades impactadas por políticas de governo, obras públicas e privadas, conforme determina a Convenção nº 169 da OIT? Qual a compreensão do nobre Ministro acerca do tema do ensino religioso em escolas públicas e a laicidade do Estado, tendo em vista análises que apontam que a lei de drogas brasileira contribui para a seletividade do Direito Penal e a alta taxa de encarceramento no Brasil, e considerando que a maior parte da população carcerária é composta por homens jovens, negros e pobres? Nesse sentido, qual a concepção do Ministro sobre o encarceramento do usuário de drogas?” (grifos acrescentados)

¹⁷⁷ A menção do senador foi a seguinte: “A outra indagação que faço a V. Ex^a é a seguinte: **relatório da Fundação Getúlio Vargas informa que 92% dos processos julgados pelo Supremo Tribunal Federal são recursos de conflitos já julgados em, pelo menos, duas instâncias**. Os processos relacionados a questões constitucionais não ultrapassam 3% dos casos apreciados. Com base nos números, o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, defendeu arduamente proposta de emenda constitucional.” (grifos acrescentados)

*intervenção: “O Prof. Barroso disse, por mais de uma vez, que, ante a mora do Congresso, cabe à vanguarda do Supremo Tribunal Federal promover os avanços; defendeu que existe um ativismo bom e um ruim. O critério para diferenciar é o juízo pessoal dos ministros? Não seria isso antidemocrático? Para V. Ex^a, onde está a linha que não se ultrapassa na soberania do Congresso Nacional?” (grifos acrescentados)*¹⁷⁸

Também na sabatina do ministro Roberto Barroso, ficou externada a ciência dos senadores a respeito do fato de que a sociedade estava acompanhando a sabatina, especialmente por meio da televisão. O senador Cássio Cunha Lima (PSDB) fez referência expressa ao tema no momento em que indagava o candidato. De acordo com o senador:

“Como o Brasil tem uma jabuticaba a mais na TV Justiça, talvez não se conheça paralelo no Brasil em relação a transmissões ao vivo de decisões da Suprema Corte, e também a própria transmissão da TV Senado, este sim é um momento de celebração porque estamos, depois de 25 anos, vivendo o mais longo período de estabilidade democrática da nossa história. Não há tradição neste Parlamento de recusa de indicados pela Presidência da República aos cargos de Ministro do Supremo. Até onde a memória me socorre, o último episódio ocorreu há mais de um século: Barata Ribeiro, médico indicado para Ministro do Supremo. E hoje não será diferente, tenho certeza, pela exposição brilhante que V. Ex^a fez. Tenho aqui que manter a imparcialidade, mas vou confessar perante as câmaras da TV Senado, e o Senador Luiz Henrique, que conheceu meu pai, o poeta Ronaldo Cunha Lima, compreendeu bem: a despeito da imparcialidade que me deve ser imposta neste instante, eu não pude deixar de me emocionar com a exposição inicial que o senhor fez, proclamando suas crenças no bem e na justiça. E eu creio igualmente no bem e na justiça. E tenho certeza de que a legitimidade do Poder... Muitos que nos assistem – temos a audiência, neste instante, dos operadores do Direito, dos acadêmicos, da sociedade, de forma geral, das mais diversas formas

¹⁷⁸ Registre-se, aliás, que Roberto Barroso, elegantemente, respondeu à “pergunta que veio não do telespectador, mas do internauta”, como definiu o futuro ministro.

– não compreendem, muitas vezes, por que um Ministro do Supremo tem sua indicação feita pelo Presidente da República.” (grifos acrescentados)

Ainda na sabatina de Roberto Barroso, o senador Pedro Taques voltou a mencionar a – agora – velha questão dos contatos prévios à sabatina feitos pelo candidato, cujo questionamento a respeito fora sugerido inicialmente pelos professores acima citados.

Vale notar, inclusive, que o referido senador chegou a propor uma alteração no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, para exigir que na sabatina de determinadas autoridades, incluídos aí os candidatos ao STF, fosse obrigatório que o indicado respondesse, por escrito e previamente à sabatina, a um questionário solicitando, essencialmente, uma abrangente prestação de informações sobre o processo de escolha de seu nome – incluindo os contatos feitos com autoridades ou grupos de interesse a respeito da indicação, bem como eventuais compromissos assumidos.¹⁷⁹ Ressaltando a crescente participação social na sabatina, o senador salientou, ainda, que havia recebido mais de 150 perguntas para serem apresentadas ao candidato.

Já cientes da irrenunciável participação da sociedade na sabatina, o senador Aécio Neves quis saber a opinião de Roberto Barroso a respeito de uma proposta de modificação da forma de sabatina que estava prestes a apresentar para o Senado, descrita da seguinte forma:

*“Em resumo, as sabinas passam a ser divididas em três momentos a partir do recebimento da indicação por parte da presidência da República. Esta **Comissão de Constituição e Justiça** coordenará e definirá quais serão os participantes da primeira etapa, que será uma audiência pública com setores afins ao Supremo, com setores da sociedade que tenham interesse ou afinidade com o tema, que terão oportunidade de – obviamente, regulado e organizado por esta Comissão – fazer aqui os questionamentos que acharem necessários. Nós teríamos dez dias para essa primeira etapa. Isso poderia acontecer não apenas em uma reunião, mas em algumas reuniões, durante o prazo de dez dias. **Em seguida, nós teríamos***

¹⁷⁹ Trata-se do Projeto de Resolução nº 81, de 2012.

outros dez dias para que o Senado como um todo – e não apenas os membros da Comissão de Constituição e Justiça – pudesse também aqui trazer suas indagações. Eu não tenho dúvida de que inúmeros Senadores e Senadoras teriam também aqui questionamentos, indagações ou mesmo aplausos a fazer. E, no terceiro momento, aí sim, a Comissão de Constituição e Justiça ouviria o sabatinado e deliberaria. Não tenho dúvida de que, no caso específico de V. S^a, seria um privilégio para todos esses segmentos ouvir sua explanação e as suas claras convicções. (grifos acrescentados)”

Na prática, o principal ponto da proposta do senador Aécio Neves é o de formalizar a obrigatoriedade de que a sociedade seja ouvida a respeito do nome indicado para o STF, antes que ele seja discutido na CCJ. Novamente, não há como se negar que a inspiração veio do processo para a escolha de juízes da Suprema Corte dos Estados Unidos, conforme descrito no capítulo II.

Conforme se percebe, sabatina após sabatina, o tema da participação popular aparece latejante e cada vez mais presente. No que toca à ampliação dos *inputs* da academia, das ONGs, etc., recebidos pelos senadores, a prática, antes inédita em uma sabatina, acaba por se tornar regra na seguinte.

Mas se for preciso escolher um momento para caracterizar que a participação social neste processo parece irreversível, teremos que inevitavelmente apontar para a sabatina do ministro Edson Fachin. Esta foi a mais longa e mais participativa reunião da CCJ do Senado para a aprovação de um nome indicado ao STF.

Em verdade, o processo como um todo contou com inédita mobilização social, a ponto, inclusive, de levar o candidato a contratar uma assessoria de imprensa especialmente para se preparar para as entrevistas, para os questionamentos e para a própria sabatina.

Conforme descrito no início do Capítulo III, a sabatina de Edson Fachin foi um processo de superlativos. Pela primeira vez, o Senado Federal utilizou o seu Portal E-Cidadania para que fossem encaminhadas diretamente perguntas pela população. Mas, para além disso, diversos pronunciamentos de senadores indicaram que este processo de

participação direta da sociedade é uma marcha para frente, que deve ser aprimorada, mas que passou a ser condição de legitimidade da própria atuação da CCJ. Comentários no *Facebook*, e-mails e telefonemas recebidos, manifestos de organizações, cobertura da mídia, postagem no *Twitter*, centenas de perguntas recebidas, etc.. Cada um destes temas esteve presente nas manifestações de diversos senadores.

Mas derradeiro exemplo do que não foi a sabatina é o que, ao nosso ver, merece ser transcrito. Ao dirigir-se ao Presidente da CCJ para discutir uma questão de ordem a respeito da forma de endereçamento das perguntas, o senador José Agripino sentenciou:

*“Estamos em via de **começar uma sabatina que, seguramente, não é uma sabatina comum. Ela é comentada há mais de 20 dias em matérias de capas pelos jornais e pelas revistas. E hoje os jornais e os portais todos tratam, de forma absolutamente singular e prioritária, da sabatina do Dr. Fachin. Não se trata, portanto, de uma sabatina normal. Ela é acompanhada pelo Brasil inteiro, há manifestações favoráveis e contrárias.**”* (grifos acrescentados)

Muito distante do cenário de afastamento social das primeiras sabatinas de 1989, realizadas a portas fechadas, o peso da participação popular foi tão contundente no caso da sabatina de Edson Fachin, que o senador classificou o momento incorretamente como algo diferente, como algo fora da curva. Chegou a estranhar tamanha mobilização. Erro de quem olha a fotografia e não o filme.

A sabatina do professor paranaense não foi o começo, a partir do nada, de algo novo, mas, sim, resultado de anos de ativismo do STF, da ampliação dos canais democráticos de participação e, reconheça-se, da evolução da visão do Senado a respeito do tema. A curva é clara no sentido de mais participação e de mais transparência. Não é incomum. É como deve ser. Participativa. Democrática.

V. Saber de experiência vivida

Considerando a análise desenvolvida no capítulo anterior, importante anotar que, na prática, os critérios constitucionais para a candidatura ao Supremo não são efetivamente limites estanques, mas, antes, possibilidades. Há elasticidade suficiente nos conceitos de “*notável saber jurídico*” e “*reputação ilibada*” para considerar os mais diversos indicados como aptos ao cargo. Estreitar a moldura interpretativa de tais critérios através de procedimentais de checagem mais estruturados nos parece, portanto, um caminho adequado.

Nesse sentido, considerando a evolução na maneira pela qual o Senado vem sabatinando os indicados para o Supremo, nos pareceu salutar, neste último capítulo, apresentar algumas sugestões de “melhores práticas”, com vistas a ampliar os debates e o grau de transparência do processo de avaliação dos indicados.

Não obstante a possibilidade de cada uma das sugestões abaixo receber disciplina específica pelo Senado, um ponto positivo das proposições aqui apresentadas é que nenhuma delas, a nosso juízo, necessita de alteração constitucional para ser implementada. Vale lembrar, ainda, que algumas das medidas já vem sendo adotadas pelo Senado, como visto no capítulo anterior.

A primeira sugestão, no entanto, não é direcionada ao Senado, mas ao Presidente da República. Em linha com a ideia geral de transparência, a motivação do ato de escolha de determinado candidato deveria ser apresentada à sociedade. Quais os critérios utilizados para a seleção daquele nome? O que pesou a favor? E contra? As razões para a seleção do nome devem ser claramente compartilhadas com o Senado, a mídia e a sociedade. Desta forma, nossa proposta é que o Presidente da República, através de pronunciamento à nação ou nota oficial, motive a sua escolha. Este é o ponto de partida para os debates em torno do nome escolhido. A partir desta provocação o processo ganhará vida própria.

Uma segunda sugestão decorre da constatação de que há espaço para debates mais bem fundamentados, conforme comprovam as sabinas mais recentes. Para tanto, necessário que (i) o maior conjunto possível de informações esteja disponível para a

análise dos senadores e público em geral; e (ii) que exista um prazo razoável para a análise destas informações antes da sabatina. O nível de informação adequado é condição para um debate horizontal na abrangência e vertical no detalhamento. Sugere-se, assim, a adoção da prática adotada pelo Senado Norte-Americano,¹⁸⁰ qual seja, a submissão de um questionário prévio a ser respondido pelo candidato e enviado para os senadores antes da sabatina, devendo as respostas do indicado, salvo em hipóteses de justificada confidencialidade determinada pela lei ou amparada em direito à privacidade, ficar disponíveis para consulta do público em geral.

O conteúdo do questionário deve passar pelo menos pela solicitação das seguintes informações: (i) autoridades com as quais o candidato teve contato antes e depois de sua indicação para o Supremo; (ii) valores investido no processo de candidatura (com a contratação de assessorias, viagens etc) e as respectivas fontes de custeio; (iii) possíveis conflitos de interesse que o candidato poderia ter no Supremo, em virtude de relações pessoais ou profissionais anteriores; e (iv) situação patrimonial, fontes e recursos financeiros que tem expectativa de receber, bem como a fonte pagadora.

O prazo mínimo no qual as respostas deveriam estar disponíveis para o público deveria ser de três semanas. A proposta em discussão no Senado sobre instituto parecido, como apontado no capítulo IV, prevê o prazo de 48 horas entre o recebimento de informações e a sabatina,¹⁸¹ enquanto que, em alguns países, como o México, este prazo é até 30 dias.¹⁸² Importante notar que um período de algumas semanas é importante para garantir a preparação do debate público. De fato, o prazo não é apenas para a preparação dos senadores – e para evitar manobras regimentais para garantir a aprovação de um nome mais controverso –, mas, sobretudo, para permitir que a sociedade tenha a chance de formar uma massa crítica a respeito do indicado e contribuir efetivamente durante as sabinas.

Uma terceira medida que merece ser incorporada ao processo é a utilização das audiências públicas. A participação da sociedade organizada empresta ao processo o necessário contraditório de ideias. Assim, ainda que o candidato a ministro procure não

¹⁸⁰ Cf. a propósito o item II. 2 deste trabalho.

¹⁸¹ Cf. a propósito o Projeto de Resolução do Senado nº 81, de 2012.

¹⁸² Cf., a respeito, o art. 96 da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos.

revelar as suas convicções, o debate provocado pelos diferentes grupos de interesse empurra a avaliação para a discussão do espectro ideológico e para as ideias gerais dos indicados. A utilização de audiências públicas já é uma prática utilizada pelo Executivo em grandes contratações, pelo STF em casos polêmicos e pelo próprio Legislativo em diversas hipóteses. Incorporar esta prática às sabatinas seria salutar, com a evidente ressalva de que a pluralidade e representatividade dos grupos autorizados a participar dos debates sejam devidamente avaliadas.

A quarta medida é de natureza mais operacional. Entendemos que cabe ao Senado organizar todo o conjunto de informações recebidas, seja do candidato, seja da sociedade civil, seja da mídia, com vistas à disponibilização ao público e aos senadores, na forma de uma espécie de dossiê. Dentre as informações a serem disponibilizadas pelo Senado, seria relevante que cópia da produção acadêmica ou profissional do candidato, como livros, artigos, pareceres e decisões fossem compiladas. É certo que os currículos dos indicados já trazem a referência a boa parte deste material. Mas o levantamento de cada um destes itens pelo cidadão comum é trabalhoso e custoso, pelo que a tendência é não ocorrer. Assim, o apoio da burocracia do Senado na compilação e organização das informações seria de grande valia para o processo.

Por fim, os canais virtuais de participação social já utilizados devem ser reforçados. Redes sociais e e-mails já são parte do controle social ao qual estão submetidos os senadores e podem ser incorporados às audiências públicas ou aos questionamentos a serem apresentados diretamente aos candidatos. A criação de um sítio eletrônico oficial pelo Senado poderia ser o canal adequado para concentrar todo o conjunto de informações e manifestações acima descritos.

Observando atentamente a seleção de ministros do Supremo ao longo dessas últimas décadas, essas seriam apenas cinco pontuais colaborações concretas, que, embora não sejam o objetivo deste trabalho, nos parecem pertinentes de serem lançadas neste momento, como forma de aprimorar o conteúdo democrático do processo sob análise.

VI. Conclusão

“Sempre em frente. Não temos tempo a perder”

(Renato Russo)

O Supremo Tribunal Federal é hoje um protagonista da vida jurídica, cultural, econômica, política e regulatória nacional. Aliado ao que acontece no mundo democrático contemporâneo, a mais importante Corte do país tornou-se, progressivamente a partir de 1988, atriz de primeira linha na história institucional do país. Não eleita, produz regulação e cria políticas públicas. Defende – e vê reconhecida – a legitimidade destes papéis.

O reflexo imediato do crescente protagonismo do STF é sentido no processo de seleção dos membros da Corte. Ao longo do presente estudo, pontuamos alguns exemplos da maneira pela qual, sem modificação significativa da arquitetura institucional-constitucional, alterou-se a prática do processo de escolha dos ministros do STF, aproximando-a do modelo mais participativo adotado atualmente nos Estados Unidos da América.

Não se nega, por outro lado, que o processo ainda possa sofrer muitas críticas, de diversas naturezas. Natural e desejável que assim o seja.

No entanto, em qualquer debate que realizemos hoje acerca das instituições nacionais, não podemos olvidar, como apontado neste estudo, que o Século XX no Brasil foi, em grande parte, um período de “exceção democrática”. Instituições, salvo as abraçadas pelos regimes autoritários, não puderam florescer adequadamente no país. Muitas delas, em verdade, como é o caso do Ministério Público e do próprio STF, ganharam novas atribuições com a Carta de 1988. Tiveram um renascimento na arquitetura e no imaginário institucionais do Brasil.

Assim, a compreensível “pressão” pelo aprimoramento de nossas instituições democráticas, que sustenta parte das críticas ao atual modelo, deve ser ponderada. Há claramente um contínuo processo evolutivo em marcha. Estamos, nestes praticamente 28 anos de democracia (o maior período ininterrupto de vigência de um regime democrático,

desde a proclamação da República), avançando. Com altos e baixos, mas definitivamente avançando.

Assim, não nos parece fazer sentido uma crítica apressada à prática do Senado Federal brasileiro, especialmente se tal crítica for calcada na comparação com o que ocorre nos Estados Unidos. Como visto, o Senado de lá levou mais de um século para levar as sabatinas ao atual estágio de complexidade. No caso brasileiro, não há como queimar todas as etapas. O importante é enxergar a curva, não o ponto.

No caso da escolha dos ministros do STF, após as evidências que foram apresentadas neste estudo, nos parece ser indiscutível que, não obstante tenha ainda a mesma redação, a prática institucional do art. 101 da Constituição da República Federativa do Brasil, em 2016, não é o mesmo de 1988. Há evidente transformação, incluindo a paulatina inclusão informal da participação popular neste processo.

E assim é a democracia. Leva tempo para amadurecer e está em constante mutação. Como lembra BAUMAN, *“a democracia se expressa numa contínua e incansável crítica às instituições; é um elemento anárquico, de ruptura, dentro do sistema político; uma força de dissensão e de mudança.”*¹⁸³

Nesse contexto evolutivo, a mudança na atitude da Presidência da República e do Senado Federal em relação à escolha dos ministros do STF é notável e importante. Mas o ingresso da sociedade nas discussões a respeito dos nomes indicados para o STF é o grande motivo para comemoração. Afinal, tendo em vista tratar-se o STF de um poder não eleito, a participação da sociedade nos debates para a seleção dos seus membros é requisito cada vez mais necessário para a sua legitimidade. E tal participação não pode ser apenas “para inglês ver”. Tem que contar.

¹⁸³ BAUMAN, Zygmunt. *Europa*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006; p. 14.

Cada cidadão deve ter a possibilidade de participar e fazer diferença na vida da *polis*, afinal, como aponta Norberto Bobbio “*na democracia moderna, o soberano não é o povo, mas são todos os cidadãos*”¹⁸⁴.

Como visto no capítulo III, há várias propostas de emendas à Constituição para a alteração do modelo de escolha de membros do STF. Parte das propostas traduz uma posição crítica em relação à atuação muitas vezes considerada omissa do Senado durante as sabatinas. Mas tais emendas procuram interromper a vida de um instituto ainda na sua adolescência. Instituto que caminha para a maturidade. Como ressaltado no capítulo acima, pequenas mudanças podem ajudar na aceleração desse crescimento, ao mesmo tempo que impedem engessamento precoce desta importante parte de nossa democracia. Neste estudo, levantamos evidências de que a posição de que o Senado é sempre omissa na avaliação das indicações para o Supremo não é totalmente acurada, especialmente se tomarmos por base as recentes sabatinas e evolução institucional que apontam. O Senado amadureceu o seu papel nas arguições. Mas, hoje, não o desempenha mais sozinho. Tem junto consigo o cidadão, que pergunta, sugere e critica. Tem junto a academia, que analisa e oferece sugestões. Tem junto a pressão de entidades de direitos humanos. Tem defensores e críticos do nome indicado. Tem a imprensa. Tudo como deve ser.

É o curso natural e o desafio maior da democracia. Transformar a decisão pela participação. Sempre em frente.

¹⁸⁴ BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. (Michelangelo Bovero org.). Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 380.

VII. Bibliografia

ABRAHAM, Henry J. *Can the President Really Pack the Supreme Court?* In *An Essential Safeguard: Essays on the United States Supreme Court and Its Justices*, edited by D. Grier Stephenson Jr., 37-49. New York: Greenwood Press, 1991.

ABRAMOVAY, Pedro; ARGUELHES, Diego W.; e FALCÃO, Joaquim. *A Sociedade quer perguntar*. Folha de São Paulo, 10 de novembro de 2011.

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados*. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, v.31, n.1, p.5 – 34, 1988.

ACKERMAN, Bruce. *Transformative appointments*. Cambridge: Harvard Law Review, n. 101, p. 1164 – 1184, 1987-1988.

AKERMAN, Bruce. *We the People: Foundations*. Cambridge, Harvard University Press, 1991.

AMARAL, Thiago B. *O Direito ao Silêncio na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

ARGUELHES, Diego Werneck. *Constitutional changes and judicial continuity – Lessons from four transitions to democracy*. Trabalho apresentado em seminário da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

ARGUELHES, Diego W.; RIBEIRO, Leandro M. *Indicações presidenciais para o Supremo Tribunal Federal e seus fins políticos: uma resposta a Prado e Turner*. Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, n. 255, p. 115 – 143, 2010.

_____. *A indicação política importa nas indicações do STF?* Rio de Janeiro: Conjuntura Econômica, nº 68, p. 48, 2014.

BALEEIRO, Aliomar. *O Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Revista Forense, v. 242, p. 5 – 15, abr./jun./1973.

BARBOSA, Rui. *Comentários á Constituição Federal Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1932.

BARROSO, Luis Roberto. *Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática*. Disponível em <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>;

BARTON, Benjamin H. *An empirical Study of Supreme Court Justice Pre-appointment Experience*. Miami: Florida Law Review, vol. 64, issue 5, 2012, p.1137/1187.

BAUMAN, Zygmunt. *Europa*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BERMAN, José G. *Controle Fraco de Constitucionalidade: sistema jurídico contemporâneo e direito comparado*. Rio de Janeiro: Ed. Juruá, 2015.

_____. *Stephen Griffin e a nova crítica democrática ao judicial review*. Disponível em: <http://www.jur.puc-rio.br/revistades/index.php/revistades/article/download/309/281>

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. (Michelangelo Bovero org.). Rio de Janeiro: Campus; 2000.

BONAVIDES, P. & Andrade, P. *História Constitucional do Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BORK Hearings. U. S. Senate Committee on the Judiciary. *Nomination of Robert H. Bork to Be Associate Justice of the Supreme Court of the United States: Hearings Before the Committee on the Judiciary*. Parts 1 to 5. 100th Cong., 1st sess., September 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 28 29 and 30, 1987.

BRINKS, Daniel. *Judicial Reform and Independence in Brazil and Argentina: the beginning of a new millennium?* Disponível em:

<<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/tlj40&div=30&id=&page=>>.

BURNS, J. M. *Packing the Court: the rise of judicial power and the coming crisis of the Supreme Court*. New York: The Penguin Press, 2009.

CAMARGO, Laudo de. *Rui e o Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 183, p. 517 - 519, jan./1950.

CAMPOS DE AZEVEDO, Carlos A. *Vargas, Roosevelt e a independência judicial*. Disponível em <<http://www.osconstitucionalistas.com.br/vargas-roosevelt-e-a-independencia-judicial>>.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O Supremo, quosque tandem ?* Piauí, n. 48, set./2010.

CARTER, Stephen L. *The confirmation Mess. Faculty Scholarship Series*. Paper 2237, disponível em <http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2237>.

COMISKEY, Michael. *Seeking justices: the judging of Supreme Court nominees*. Kansas: University Press of Kansas, 2004.

COMPARATO, Fábio. K. *Para arejar a cúpula do Judiciário*. Disponível em <<http://www.reformapolitica.org.br/component/content/article/26-em-destaque/781-o-jurista-fabio-konder-comparato-propoe-pec-para-mudar-o-stf-e-stj.html>>.

CORRÊA, Oscar. D. *A Constituição de 1988: contribuição crítica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

EPSTEIN, Lee... [et al.]. *Comparing Judicial Selection Systems*. Disponível em <<http://scholarship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1343&context=wmborj>>.

_____. *Selecting Selection Systems*. Disponível em <<http://epstein.wustl.edu/research/conferencepapers.2000SciStudy.pdf>>.

_____; SEGAL, Jeffrey; WESTERLAND, Chad. *The increasing importance of ideology in the nomination and confirmation of Supreme Court Justices*. Drake Law Review, v. 56, p. 101 – 127, Spring 2008.

_____; _____. *Advice and consent: the politics of judicial appointments*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 7 – 9.

FALCÃO, J...[et al.]. *I Relatório Supremo em Números: o múltiplo Supremo*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2011.

_____. *II Relatório Supremo em Números: o Supremo e a Federação*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2013.

_____. *III Relatório Supremo em Números: o Supremo e tempo*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2014.

FALCÃO, Joaquim; OLIVEIRA, Fabiana L. *O Supremo e a agenda pública nacional: de outro desconhecido a supremo protagonista?* Revista Lua Nova. São Paulo: 87, p. 429-269, 2012.

FALCÃO, Joaquim. *A Escolha do Ministro do Supremo*, Folha de São Paulo, Maio de 2002.

_____. *O que falta no Supremo*. O Globo, 5 de junho de 2014.

_____. *Eleições e o novo ministro do Supremo*. Correio Brasiliense, 30 de junho de 2014.

_____. *O Mutante Supremo*. O Globo, 1º de julho de 2014.

_____. *Big data e a reforma do Supremo*. Rio de Janeiro: Revista Tribuna do Advogado, Dezembro 2014/ Janeiro 2015, nº 544.

_____. *Por que o Congresso deve votar em um ministro do STJ para o STF?*, 7 de abril de 2015, disponível em < <http://noblat.oglobo.globo.com>>.

_____. *Fachin: hora da verdade*. O Globo, 20 de maio de 2015.

_____. *Nem notável saber jurídico, nem reputação ilibada*. Disponível em < <http://jota.com.br> >.

_____. *O discurso que Obama não fez aos brasileiros*. O Globo, 14 de janeiro de 2016, disponível em <<http://noblato.globo.com/artigos/noticia/2016/01/o-discurso-que-obama-nao-fez-aos-brasileiros.html>>.

_____. *O Supremo*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

FEELEY, Malcom M. Judicial e RUBIN, Edward L. *Judicial Policy Making and the Modern State: how the Courts reformed America's prisons*. New York: Cambridge University Press, 2000.

FEIN, Bruce. *A Court of Mediocrity*. ABA Journal, October 1991, 74-79.

_____. *Commentary: A Circumscribed Senate Confirmation Role*. *Harvard Law Review* 102 (1989): 672-87.

FERRAZ JUNIOR, Tércio S. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003;

_____. *A Ciência do Direito*. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

FONTAINHA, Fernando C...[et al] (orgs.). *História oral do Supremo (1988-2013)*, v. 1. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

_____. *História oral do Supremo (1988-2013)*, v. 2. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

_____. História oral do Supremo (1988-2013), v. 3.
Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

_____. História oral do Supremo (1988-2013), v. 4.
Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

_____. História oral do Supremo (1988-2013), v. 5.
Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

_____. História oral do Supremo (1988-2013), v. 6.
Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

_____. História oral do Supremo (1988-2013), v. 7.
Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

FRANK, John P. *The appointment of Supreme Court Justices: prestige, principles and politics*. Wisconsin: Wisconsin Law Review 172, 1941.

FRIED, C. *Saying what the law is: the constitution in the Supreme Court*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

FRIEDMAN, Richard D. *The Transformation in Senate Response to Supreme Court Nominees: From Reconstruction to the Taft Administration and Beyond*. Cardozo Law Review 5 (1983): 1-95.

_____. *Tribal Myths: Ideology and the Confirmation of Supreme Court Nominations*. Yale Law Journal 95 (1986): 1283-320.

GALVÃO, Flávio. *Antecedentes históricos do Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: Revista do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, nº 24, p. 19 – 24, dez./1978.

GINSBURG, Ruth Bader. *Confirming Supreme Court Justices: Thoughts on the Second Opinion Rendered by the Senate*. University of Illinois Law Review (1988): 101-17.

GITENSTEIN, Mark. *Matters of Principle: An Insider's Account of America's Rejection of Robert Bork's Nomination to the Supreme Court*. New York: Simon and Schuster, 1992.

GOLDBERT, Stephanie B. *What's the Alternative? A Roundtable on the Confirmation Process*. ABA Journal 78 (1992): 41-45.

GUEDES, Demian. *Autoritarismo no Direito Administrativo Brasileiro: origens históricas e sintomas contemporâneos*. Tese de doutorado apresentada à Coordenação de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob a orientação do professor Alexandre Aragão. Rio de Janeiro: 2015.

GUERRA, Sérgio (org.). *Teoria do Estado Regulador*. Juruá: Lisboa, 2015.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; e JAY, John. *The Federalist*. London: Penguin, 1987.

HAMMOND, Thomas; HILL, Jeffrey. *Deference or preference? Explain Senate confirmation of presidential appointments to administrative agencies*. *Journal of Theoretical Politics*, v.5, n. 1, p. 23 – 59, Jan/1993.

HARRIS, Joseph P. *The Advice and Consent of the Senate: A Study of the Confirmation of Appointments by the United States Senate*. Berkeley: University of California Press, 1953

HATCH, Orrin G. *The Politics of Picking Judges*. *Journal of Law and Politics* 6 (1989): 35-53.

HICKOK, Eugene W., Jr. *The Senate: Advice and Consent and Judicial Selection*. National Legal Center for the Public Interest: White Paper. Vol. 4, no. 3, August 1992.

KAGAN, Elena. *Confirmation Messes, Old and New*. *University of Chicago Law Review* 62 (1995): 919-42.

KREHBIEL, Keith. *Supreme Court appointments as move-the-median game*. American Journal of Political Science, v. 51, n. 2, p. 231 – 240, 2007.

LERNER, Max. *Has the Senate Gone Too Far? Courting Rituals*. New Republic, February 1, 1988, 16-18.

LLANOS, Mariana; LEMOS, Leany B. *Presidential Preferences? The Supreme Federal Tribunal Nominations in Democratic Brazil*. Latin American Politics and Society, v. 55, p. 77-105, 2013.

McKAY, Robert. B. *Selection of United States Supreme Court Justices*. 9 University of Kansas Law Review, 109, 1961.

McMILLION, Barry. J. *Supreme Court Appointment Process: Consideration by the Senate Judiciary Committee*. Congressional Research Service Report. Oct. 2015, disponível em <<http://fas.org/sgp/crs/misc/R44236.pdf>>.

MELLO FILHO, José Celso de. *Notas sobre o Supremo Tribunal: Império e República*. 4ª.ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2014.

MORASKY, Bryon; Shipman, Charles R. *The politics of Supreme Court nominations: a theory of institutional constraints and choices*. American Journal of Political Sciences, v. 43, n. 4, p. 1069 – 1095, 1999.

NOGUEIRA, Rubem. *Ruy Barbosa e o Supremo Tribunal Federal*. Brasília: Arquivos do Ministério da Justiça, nº 161, p. 7 – 20, jan./mar./1982.

O'CONNOR Hearings. U. S. Senate Committee on the Judiciary. *Nomination of Sandra Day O'Connor: Hearings Before the Committee on the Judiciary*. 97th Cong., 1st sess., September 9, 10 and 11, 1981.

OLIVEIRA, Fabiana L. *STF: do autoritarismo à democracia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, Maria A. J. de S. C. *Sobre a recusa de Nomeações para o Supremo Tribunal Federal pelo Senado.* Disponível em <<http://www.direitopublico.idp.edu.br/index.php/direitopublico/article/viewFile/550/1009>>.

OLIVEIRA FILHO, João de. *A Suprema Corte e o Supremo Tribunal Federal.* Rio de Janeiro: Revista Forense, v. CXXIX, p. 267 – 281, mai./1950.

PAES, Taíse S. *A influência do processo de escolha dos ministros da suprema corte na judicialização da política: uma análise empírica do procedimento da sabatina.* Dissertação de mestrado apresentada para o Programa de Mestrado Profissional em Poder Judiciário da FGV Direito Rio, sob a orientação do professor Leandro Molhano Riberio: Rio de Janeiro, 2011

PIOVESAN, Flávia. *Proteção Judicial contra omissões legislativas: o mandado de injunção e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.* São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.

POGREBINSCHI, Thamy. *Judicialização ou Representação? Política, direito e democracia no Brasil.* Rio de Janeiro: Elsevier, Konrad Adenauer e Ed. Campus, 2012.

PRADO, Mariana; TURNER, Cláudia. *A democracia e seu impacto nas nomeações das agências reguladoras e ministros do STF.* Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, n. 250, p. 27 – 74, jan./abr. 2010.

REIS, Daniel Aarão. *O Supremo Tribunal do Brasil: Notas e recordações.* São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 352, p. 518 – 541, fev./1965.

RIBAS, J.V. ...[et al.]. *Atuação do STF foi de mais ativismo do que deferência ao Legislativo em 2014.* Disponível em < <http://www.conjur.com.br/2015-jan-13/atuacao-stf-foi-ativismo-deferencia-legislativo>>

RODRIGUES, L. B. *História do Supremo Tribunal Federal*. 2ª ed., tomos I, II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

ROSEN, J. *The Supreme Court: the personalities and rivalries that defined America*. New York: Holt Paperbacks. 2007.

SALDANHA, Nelson. *Reflexões sobre a História do Supremo Tribunal Federal*. Brasília: Arquivos do Ministério da Justiça, nº 157, p. 96 – 101, jan./mar./1981.

SCALIA Hearings. U. S. Senate Committee on the Judiciary. *Nomination of Judge Antonin Scalia: Hearings Before the Committee on the Judiciary*. 99th Cong., 2nd sess., August 5 and 6, 1986.

SCHLEGEL, John H. *American Legal Realism and Empirical Social Sciences*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.

SEGAL, A.; SPAETH, H. *The Supreme Court and the attitudinal model*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SILVERSTEIN, Mark. *Judicious Choices: The New Politics of Supreme Court Confirmations*. New York: Norton, 1994.

_____. *The People, the Senate, and the Court: The Democratization of the Judicial Confirmation System*. Constitutional Commentary 9 (1992): 41-58.

STRAUSS, David, and Cass R. Sunstein. *The Senate, the Constitution, and the Confirmation Process*. Yale Law Journal 101 (1992): 1941-524.

SUSTEIN, Cass R. *One Case at a Time: Judicial Minimalism n the Supreme Court*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

TRIBE, Lawrence H. *God save this honorable Court: how the choice of Supreme Court Justices shapes our history*. New York: Mentor, 1986.

VERÍSSIMO, M.P. *A Constituição de 1988, vinte anos depois: suprema corte e ativismo judicial à “brasileira”*. São Paulo: Revista Direito GV, v.4, n.2, jul./dez. 2008.

VIANNA, Luiz Werneck et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VIANNA, O. *Instituições Políticas Brasileiras*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1974.

VIEIRA, Norman e GROSS, Leonard E. *The Appointments Clause: Judge Bork and the Role of Ideology in Judicial Confirmations*. Journal of Legal History 11 (1990): 311-52.

VIEIRA, Oscar. V. *Supremo Tribunal Federal: jurisprudência política*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

_____. *Supremocracia*. Revista Direito GV, nº 8. São Paulo: p. 441-463

WALSH, Lawrence E. *Selection of Supreme Court Justices*. 56 A.B.A. Journal. 555, 1970, p. 555/559.

WATSON, George L. e STOOKEY, John A. *Shaping America: The Politics of Supreme Court Appointments*. New York: Harper Collins, 1995.

_____. *Supreme Court Confirmation Hearings: A View from the Senate*. Judicature 71 (1988): 186-93.

YALOF, David A. *Pursuit of Justices: Presidential Politics and the Selection of Supreme Court Nominees*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE AS SABATINAS

Ministro **Paulo Brossard** (Paulo Brossard de Souza Pinto)

Presidente do Senado Federal	Nelson Carneiro (PMDB/RJ)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Alfredo Campos (PMDB/MG)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Mauro Benevides (PMDB/CE)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Mário Maia (PMDB/AC) • Aluizio Bezerra (PCB/AC) • Nabor Júnior (PMDB/AC) • Leopoldo Peres (PMDB/AM) • Carlos De` Carli (PMDB/AM) • Áureo Mello (PMDB/AM) • Ronaldo Aragão (PMDB/RO) • Olavo Pires (PTB/RO) • João Menezes (PMDB/PA) • Jarbas Passarinho (PDS/PA) • Carlos Patrocínio (PTB/TO) • Antônio Luiz Maya (PDC/TO) • João Castelo (PSDB/MA) • Alexandre Costa (PFL/MA) • Edison Iobão (PFL/MA) • João Calisto Lobo (PDS/PI) • Chagas Rodrigues (PSDB/PI) • Hugo Napoleão (PFL/PI) • José Afonso Sancho (PDS/CE)

	<ul style="list-style-type: none"> • Cid Sabóia de carvalho (PMDB/CE) • Mauro Benevides (PMDB/CE) • Carlos Alberto (PDS/RN) • José Agripino (DEM/RN) • Lavoisier Maia (PDT/RN) • Marcondes Gadelha (PSC/PB) • Humberto Lucena (PMDB/PB) • Raimundo Lira (PMDB/PB) • Marco Maciel (PFL/PE) • Ney Maranhão (PRN/PE) • Mansueto de Lavor (PMDB/CE) • Joao Lyra (PDS/PE) • Teotônio Vilela Filho (PSDB/AL) • Albano Franco (S/Partido/CE) • Francisco Rollemberg (PTN/SE) • Lourival Baptista (PFL/SE) • Jutahy Magalhães (PSDB/BA) • Ruy Bacelar (PMDB/BA) • José Ignácio ferreira (PSDB/ES) • Gerson Camata (PMDB/ES) • João Calmon (PMDB/ES) • Jamil Haddad (PSB/RJ) • Nelson Carneiro (PMDB/BA) • Itamar Franco (PPS/MG) • Alfredo Campos (PMDB/MG) • Ronan Tito (PMDB/MG) • Severo Gomes (PMDB/SP) • Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP) • Irã Saralva (PMDB/GO) • Pompeu de Souza (PMDB/CE)
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Maurício Corrêa (PDT/DF) • Meira Filho (PMDB/PB) • Roberto Campos (PDS/MT) • Louremberg Nunes (PMDB/MT) • Mendes Canale (ARENA/MT) • Saldanha Derzi (PMDB/MS) • Wilson Martins (PSB/PI) • Affonso Camargo (PTB/PR) • Nelson Wedekin (PMDB/SC) • Carlos Chiarelli (PDS/RS) • José Paulo Bisol (PSDB/RS) • José Fogaça (PMDB/RS)
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim
Data	08/03/89
Outros comparecimentos registrados	-

Ministro **Sepúlveda Pertence** (José Paulo Sepúlveda Pertence)

Presidente do Senado Federal	Nelson Carneiro (PMDB/RJ)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Alfredo Campos (PMDB/MG)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Maurício Corrêa (PMDB/DF)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Alfredo Campos (PMDB/MG) • Maurício Corrêa (PMDB/DF) • Cid Sabóia de Carvalho (PMDB/CE) • Leite Chaves (PMDB/PR) • Lourival Baptista (PFL/SE)

	<ul style="list-style-type: none"> • Chagas Rodrigues (PSDB/PI) • Ronaldo Aragão (PMDB/RO) • Ney Maranhão (PRN/PE) • José Paulo Bisol (PSDB/RS) • Wilson Martins (PMDB/MS) • Edison Lobão (PFL/MA) • Jutahy Magalhães (PSDB/BA) • João Menezes (PMDB/PA) • Roberto Campos (PDS/MT)
Votação na CCJ do Senado Federal	13 Sim; 01 Não
Votação no Plenário do Senado Federal	50 Sim; 01 Não; 01 Abstenção
Data	15/03/89
Outros comparecimentos registrados	-

Ministro **Celso de Mello** (José Celso de Mello Filho)

Presidente do Senado Federal	Nelson Carneiro (PMDB/RJ)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Cid Sabóia de Carvalho (PMDB/CE)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	José Paulo Bisol (PSDB/RS)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Aluízo Bezerra de Oliveira (PMDB/AC) • Cid Sabóia de Carvalho (PMDB/CE) • Leite Chaves (PMDB/PR) • Maurício José Corrêa (PMDB/DF) • Leopoldo Peres (PSD/AM) • Mauro Benevides (PMDB/CE) • Chagas Rodrigues (PSDB/PI) • Jutahy Magalhães (PSDB/BA)

	<ul style="list-style-type: none"> Alfredo Campos (PMDB/MG)
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (17) – unanimidade
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim
Data	06/05/89
Outros comparecimentos registrados	-

Ministro **Carlos Velloso** (Carlos Mário da Silva Velloso)

Presidente do Senado Federal	Nelson Carneiro (PMDB/RJ)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Cid Sabóia de Carvalho (PMDB/CE)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Lourival Baptista (PFL/SE)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> Cid Sabóia de Carvalho (PMDB/CE) Lourival Baptista (PFL/SE) Jutahy Magalhães (PSDB/BA) Ronaldo Aragão (PMDB/RO) Leite Chaves (PMDB/PR) Carlos Patrocínio (PFL/TO) Meira Filho (PMDB/PB) Carlos Alberto (PDS/RN) João Castelo (PSDB/MA) Márcio Lacerda (PMDB/MT) Odacir Soares (PP/RO) Francisco Rollemberg (PTN/SE) Chagas Rodrigues (PSDB/PI) José Paulo Bisol (PSDB/RS) João Calmon (PMDB/ES)

	<ul style="list-style-type: none"> • Maurício Corrêa (PDT/DF) • Mauro Benevides (PMDB/CE) • Áureo Mello (PMDB/AM) • Teotônio Vilela (PSDB/AL) • Hugo Napoleão (PSD/PI) • Affonso Arinos (PSDB/RJ) • Jarbas Passarinho (PDS/PA)
Votação na CCJ do Senado Federal	21 Sim (unanimidade)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (49 Sim; 01 Não; 03 Abstenções)
Data	01/05/90
Outros comparecimentos registrados	-

Ministro **Marco Aurélio** (Marco Aurélio Mendes de Farias Mello)

Presidente do Senado Federal	Nelson Carneiro (PMDB/RJ)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Cid Sabóia de Carvalho (PMDB/CE)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Mauro Benevides (PMDB/CE)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Cid Sabóia de Carvalho (PMDB/CE) • Mauro Benevides (PMDB/CE) • Lourival Baptista (PFL/SE) • Jutahy Magalhães (PSDB/PA) • Ronaldo Aragão (PMDB/RO) • Leite Chaves (PMDB/PR) • Carlos Patrocínio (PFL/TO) • Meira Filho (PMDB/PB)

	<ul style="list-style-type: none"> • João Calmon (PMDB/ES) • Carlos Alberto (PDS/RN) • Maurício Corrêa (PDT/DF) • Áureo Mello (PRN/AM) • Márcio Lacerda (PMDB/MT) • João Castelo (PSDB/MA) • Teotônio Vilela (PSDB/AL) • Hugo Napoleão (PFL/PI) • Francisco Rollemberg (PFL/SE) • Afonso Arinos (PSDB/MG) • Jarbas Passarinho (PDS/PA) • Odacir Soares (PP/RO) • José Paulo Bisol (PSDB/RS) • Chagas Rodrigues (PSDB/PI)
Votação na CCJ do Senado Federal	21 Sim (unanimidade)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (50 Sim; 01 Abstenção ; 03 Não)
Data	03/05/90
Outros comparecimentos registrados	-

Ministro **Ilmar Galvão** (Ilmar Nascimento Galvão)

Presidente do Senado Federal	Mauro Benevides (PMDB/CE)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Nelson Carneiro (PMDB/RJ)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Lourival Baptista (PFL/SE)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Maurício Corrêa (PDT/DF) • Lourival Baptista (PFL/SE) • Élcio Alvares (PFL/ES)

	<ul style="list-style-type: none"> • Valmir Campelo (PTB/DF) • Magno Bacelar (PDT/MA) • Jutahy Magalhães (PSDB/PA) • Josaphat Marinho (PFL/BA) • Oziel Carneiro (PDS/PA) • Chagas Rodrigues (PSDB/PI) • José Paulo Bisol (PSDB/RS) • Amir Lando (PMDB/RO) • Pedro Simon (PMDB/RO) • Wilson Martins (PMDB/MS) • Nabor Júnior (PMDB/AC) • Carlos Patrocínio (PLF/TO)
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim. (unanimidade).
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (48 Sim; 0 Não; 0 Abstenção)
Data	05/06/91
Outros comparecimentos registrados	-

Ministro **Francisco Rezek** (José Francisco Rezek)

Presidente do Senado Federal	Mauro Benevides (PMDB/CE)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Nelson Carneiro (PMDB/RJ)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Elcio Álvares (PFL/ES)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Chagas Rodrigues (PSDB/PI) • Amir Lando (PMDB/RO) • Nelson Carneiro (PMDB/RJ) • Valmir Campelo (PTB/DF)

	<ul style="list-style-type: none"> • Antônio Mariz (PMDB/PB) • Maurício Corrêa (PDT/DF) • Cid Sabóia (PMDB/CE) • Elcio Alvares (PFL/ES) • Jarbas Passarinho (PDS/PA) • José Paulo Bisol (PSDB/RS) • Mansueto de Lavor (PMDB/PE) • Beni Veras (PSDB/CE) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Jutahy Magalhães (PSDB/BA) • Carlos Patrocínio (PLF/TO) • Lourival Baptista (PFL/SE)
Votação na CCJ do Senado Federal	-
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (45 Sim; 16 Não e 01 Abstenção)
Data	10/03/83
Outros comparecimentos registrados	-

Ministro **Maurício Corrêa** (Maurício José Corrêa)

Presidente do Senado Federal	Humberto Lucena (PMDB/PB)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Magno Bacelar (PDT/MA)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Francisco Rollemberg (PFL/SE)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Amir Lando (PMDB/RO) • Cid Sabóia (PMDB/CE) • José Fogaça (PMDB/RS) • Iram Saraiva (PMDB/GO)

	<ul style="list-style-type: none"> • Nelson Carneiro (PMDB/RJ) • Antônio Mariz (PMDB/PB) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Wilson Martins (PMDB/MS) • Josaphat Marinho (PFL/BA) • Francisco Rollemberg (PFL/SE) • Carlos Patrocínio (PLF/TO) • Odacir Soares (PP/RO) • Elcio Alvares (PFL/ES) • Eva Blay (PSDB/SP) • Jutahy Magalhães (PSDB/BA) • Mário Covas (PSDB/SP) • Luiz Alberto (PTB/PR) • Carlos De'Carli ((PTB/AM) • Magno Bacelar (PDT/MA) • Aureo Mello (PRN/AM) • Eptácio Cafeteira (PDC/MA) • Esperidião Amin (PDS/SC) • Pedro Teixeira (PP/DF) <p><u>Suplentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • César Dias (PMDB/RR) • Mansueto de Lavor (PMDB/PE) • Garibaldi A. Filho (PMDB/RN) • Gilberto Miranda (PMDB/AM) • Marcio Lacerda (PMDB/MT) • Aluizio Bezerra (PMDB/AC)
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Divalgo Suruagy (PMDB/AL) • Alfredo Campos (PMDB/MG) • Hydekél Freitas (PFL/RJ) • Marco Maciel (PFL/PE) • Henrique Almeida (PFL/SP) • Lourival Baptista (PFL/SE) • João Rocha (PFL/TO) • Almir Gabriel (PSDB/PA) • Teotônio Vilela (PSDB/AL) • Affonso Camargo (PTB/PR) • Lourenberg N. Rocha (PTB/MT) • Lavoisier Maia (PDT/RN) • Ney Maranhão (PRN/PE) • Gerson Camata (PDC/ES) • Jarbas Passarinho (PDS/PA) • João França (PP/RR)
Votação na CCJ do Senado Federal	-
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (48 Sim; 03 Não)
Data	26/10/94
Outros comparecimentos registrados	-

Ministro Nelson Jobim (Nelson Azevedo Jobim)

Presidente do Senado Federal	Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Bernardo Cabral (PMDB/AC)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Pedro Simon (PMDB/RS)

Composição da CCJ do Senado Federal

- Abdias Nascimento (PDT/RJ)
- Ademir Andrade (PSB/PA)
- Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)
- Artur da Távola (PSDB/RJ)
- Bello Parga (PFL/MA)
- Benedita da Silva (S/PARTIDO/RJ)
- Bernardo Cabral (PFL/AM)
- Carlos Bezerra (PMDB/MT)
- Castilo Maldaner (PMDB/SC)
- Edison Iobão (PFL/MA)
- Eduardo Suplicy (PT/SP)
- Elcio Álvares (DEM/ES)
- Emília Fernandes (PDT/RS)
- Epitácio Cafeira (PPB/MA)
- Ernandes Amorim (PPB/RO)
- Esperidião Amin (S/ partido/SC)
- Fernando Bezerra (PMDB/RN)
- Francelino Pereira (PFL/MG)
- Freitas Neto (PFL/PI)
- Geraldo Melo (PSDB/RN)
- Gerson Camata (PMDB/ES)
- Gilberto Miranda (PFL/AM)
- Hugo Napoleão (PFL/PI)
- Humberto Lucena (PMDB/PB)
- Iris Rezende (PMDB/GO)
- Jäder Barbalho (PMDB/PA)
- Jefferson Peres (PDT/AM)
- João Rocha (PFL/TO)
- Joel de Hollanda (PFL/PE)
- Jonas Pinheiro (PFL/MT)

	<ul style="list-style-type: none"> • Josaphat Marinho (PFL/BA) • José Alves (PFL/SE) • José Bianco (PFL/RO) • José Eduardo Dutra (PT/SE) • José Eduardo Vieira (PTB/PR) • José Fogaça (PMDB/RS) • José Ignácio Ferreira (PSDB/ES) • José Roberto Arruda (PSDB/DF) • José Sarney (PMDB/AP) • José Serra (PSDB/SP) • Júlio Campos (PFL/MT) • Junia Marise (PDT/MG) • Levy Dias (PPB/MS) • Lucídio Portella (PPB/PI) • Lúcio Alcântara (PSDB/CE) • Lúdio Coelho (PSDB/MS) • Marluce Pinto (PMDB/RR) • Mauro Miranda (PMDB/GO) • Nabor Júnior (PMDB/AC) • Ney Suassuna (PMDB/PB) • Onofre Quinan (PMDB/GO) • Osmar Dias (PSDB/PR) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Ramez Tebet (PMDB/MS) • Regina Assumpção (PTB/MG) • Renan Calheiros (PMDB/AL) • Roberto Requião (PMDB/PR) • Romero Jucá (PSDB/RR) • Romeu Tuma (PFL/SP) • Ronaldo Cunha Lima (PMDB/PB)
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Sebastião Rocha (PDT/AP) • Teotônio Vilela Filho (PSDB/AL) • Valmir Campelo (PTB/DF) • Vilson Klenubing (PFL/SC)
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (votação secreta)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (60 Sim; 03 Não; 01 Abstenção)
Data	11/03/97
Outros comparecimentos registrados	-

Ministra **Ellen Gracie** (Ellen Gracie Northfleet)

Presidente do Senado Federal	Renan Calheiros (PMDB/AL)
Presidente da CCJ do Senado Federal	José Agripino (DEM/RN)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	José Fogaça (PMDB/RS)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Renan Calheiros (PMDB/AL) • Iris Rezende (PMDB/GO) • José Fogaça (PMDB/RS) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Ramez Tebet (PMDB/MS) • Roberto Requião (PMDB/PR) • Bernardo Cabral (PFL/AM) • Edison Lobão (PFL/MA) • Francelino Pereira (PFL/MG) • Romeu Tuma (PFL/SP) • Leomar Quintanilha (PMDB/TO) • Álvaro Dias (PSDB/PR) • Lúcio Alcântara (PSDB/CE)

	<ul style="list-style-type: none"> • José Roberto Arruda(DEM/DF) • Sérgio Machado (PMDB/CE) • Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) • Roberto Freire (PPS/CE) • José Eduardo Dutra (PT/SE) • Jéfferson Péres (PDT/AM)
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (23 Sim) – unânime
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (61 Sim) (01 Não) (01 Abstenção)
Data	21/11/00
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • José Roberto Arruda (Senador – DEM/DF) • Pedro Simon (Senador – PMDB/RS) • Bernardo Cabral (Senador – PFL/AM) • Emília Fernandes (gaúcha e presidente da Comissão de Infra-Estrutura) • Hélio Mosimann (Ministro aposentado do STJ) • Wilson Daroskin (Juiz que foi diretor do foro da Seção Judiciária de Porto Alegre em 92)

Ministro **Gilmar Mendes** (Gilmar Ferreira Mendes)

Presidente do Senado Federal	Ramez Tebet (PMDB/MS)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Bernardo Cabral (PFL/AM)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Lúcio Alcântara (PSDB/CE)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Ademir Andrade (PSB/PA) • Amir Lando (PMDB/RO) • Antônio Carlos Júnior (PFL/BA)

	<ul style="list-style-type: none"> • Artur da Távola (PSDB/RJ) • Bernardo Cabral (PFL/AM) • Carlos Bezerra (PMDB/MT) • Casildo Maldaner (PMDB/SC) • Edison Lobão (PFL/MA) • Fernando Ribeiro (PMDB/PA) * • Francelino Pereira (PFL/MG) • Geraldo Melo (PSDB/RN) • Gerson Camata (PMDB/ES) • Iris Rezende (PMDB/GO) • Jéfferson Péres (PDT/AM) • João Alberto Souza (PMDB/MA) • José Agripino (PFL/RN) • José Eduardo Dutra (PT/SE) • Lindberg Cury (PFL/DF) * • Lúcio Alcântara (PSDB/CE) • Luiz Otávio (PMDB/PA) • Maguito Vilela (PMDB/GO) • Maria do Carmo Alves (PFL/SE) • Marina Silva (PT/AC) • Marluce Pinto (PMDB/RR) • Moreira Mendes (PFL/RO) • Osmar Dias (PDT/PR) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Ricardo Santos (PSDB/ES) • Romero Jucá (PSDB/RR) • Romeu Tuma (PFL/SP) • Sebastião Rocha (PDT/AP)
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Sérgio Machado (PMDB/CE) • Waldeck Ornêlas (PFL/BA) • Bello Parga (PFL/MA) * • Freitas Neto (PSDB/PI) * • Reginaldo Duarte (PSDB/CE) * • Roberto Freire (PPS/PE) * • Roberto Requião (PMDB/PR) * • Ausentes *
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (16 Sim; 06 Não)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (57 Sim; 15 Não)
Data	15/05/02
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • Aldir Passarinho (Ministro aposentado do STJ - compõe a mesa) • Alunos e ex-alunos de Gilmar Mendes do mestrado • Chico Mendes (irmão de Gilmar e prefeito de Diamantino/MS) • Professor Inocêncio Mártires Coelho

Ministro **Cezar Peluso** (Antonio Cezar Peluso)

Presidente do Senado Federal	José Sarney (PMDB/AP)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Edison Lobão (PMDB/MA)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	João Alberto Souza (PMDB/MA)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Almeida Lima (PMDB/SE) • Aloizio Mercadante (PT/SP)

	<ul style="list-style-type: none"> • Amir Lando (PMDB/RO) • Ana Júlia Carepa (PT/PA) • Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) • Arthur Virgílio (PSDB/AM) • César Borges (PR/BA) • Demóstenes Torres (DEM/GO) • Eduardo Suplicy (PT/SP) • Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN) • Jefferson Péres (PDT/AM) • João Alberto Souza (PMDB/MA) • João Batista Motta (PSDB/ES) • João Capiberibe (PSB/AP) • João Ribeiro (PR/TO) • José Jorge (PFL/PE) • José Maranhão (PMDB/PB) • Juvêncio da Fonseca (PSDB/MS) • Luiz Otávio (PMDB/PA) • Magno Malta (PR/ES) • Marcelo Crivella (PRB/RJ) • Papaléo Paes (PSDB/AP) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Ramez Tebet (PMDB/MS) • Renildo Santana (PFL/SE) • Romero Jucá (PMDB/RR) • Serys Slhessarenko (PT/MT) • Sibá Machado (PT/AC) • Tasso Jereissati (PSDB/CE) • Tião Viana (PT/AC)
--	---

Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (19 sim, 02 brancos)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (57 sim; 03 Não; 01 abstenção)
Data	14/05/03
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • José Agripino (Senador – DEM/RN) • Rubens Approbato Machado (Presidente do Conselho Federal da OAB – compõe mesa) • Sidney Sanches (Ministro aposentado do STF) (compõe a mesa) • João Alberto Souza (Senador - compõe a mesa) • Vicente Cacione (Deputado - conterrâneo na faculdade), • Esposa de Cezar Peluso • Telma de Souza (Deputada do PT)

Ministro Ayres Britto (Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto)

Presidente do Senado Federal	José Sarney (PMDB/AP)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Edison Lobão (PMDB/MA)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Marcelo Crivella (PRB/RJ)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Almeida Lima (PMDB/SE) • Aloizio Mercadante (PT/SP) • Amir Lando (PMDB/RO) • Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) • Arthur Virgílio (PSDB/AM) • César Borges (PR/BA)

	<ul style="list-style-type: none"> • Demóstenes Torres (DEM/GO) • Eduardo Suplicy (PT/SP) • Fernando Bezerra (PTB/RN) • Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN) • João Alberto Souza (PMDB/MA) • João Batista Motta (PSDB/ES) • José Jorge (PFL/PE) • José Maranhão (PMDB/PB) • Juvêncio da Fonseca (PSDB/MS) • Luiz Otávio (PMDB/PA) • Magno Malta (PR/ES) • Marcelo Crivella (PRB/RJ) • Papaléo Paes (PSDB/AP) • Paulo Otávio (PFL/DF) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Renildo Santana (PFL/SE) • Serys Slhessarenko (PT/MT) • Tasso Jereissati (PSDB/CE) • Tião Viana (PT/AC)
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (20 sim, 01 branco)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (65 sim; 03 Não; 02 abstenções)
Data	14/05/03
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • José Agripino (Senador – DEM/RN) • Rubens Approbato Machado (Presidente do Conselho Federal da OAB - compõe mesa) • José Eduardo Dutra (Ex-Senador Presidente da Petrobrás) • Albano Franco (Ex-Senador e Ex-Governador) • Marcelo Deda (Prefeito de Aracaju)

	<ul style="list-style-type: none"> • Jackson Barreto (Deputado) • Reginaldo de Castro (Ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil) • Deputado Michel Temer (Ex-Presidente da Câmara dos Deputados e atual vice-presidente do Brasil) • Simpliciano Fontes (Ministro do Tribunal Superior do Trabalho) • Marcelo Lavenère Machado (Ex-Presidente da OAB - chegou no final, quando a votação iria começar)
--	---

Ministro **Joaquim Barbosa** (Joaquim Benedito Barbosa Gomes)

Presidente do Senado Federal	José Sarney (PMDB/AP) Paulo Paim (PT/RS - Presidente em exercício no dia)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Edison Lobão (PMDB/MA) José Maranhão (PMDB/PB - Vice-Presidente)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	César Borges (PR/BA)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Almeida Lima (PMDB/SE) • Aloizio Mercadante (PT/SP) • Amir Lando (PMDB/RO) • Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) • Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) • Arthur Virgílio (PSDB/AM) • César Borges (PR/BA) • Demóstenes Torres (DEM/GO)

	<ul style="list-style-type: none"> • Eduardo Suplicy (PT/SP) • Fernando Bezerra (PTB/RN) • Jefferson Perez (PDT/AM) • João Capiberibe (PSB/AP) • José Jorge (PFL/PE) • José Maranhão (PMDB/PB) • Juvêncio da Fonseca (PSDB/MS) • Leonel Pavan (PSDB/SC) • Luiz Otávio (PMDB/PA) • Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) • Papaléo Paes (PSDB/AP) • Paulo Octávio (PFL/DF) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Rodolpho Tourinho (PFL/BA) • Romero Jucá (PMDB/RR) • Serys Slhessarenko (PT/MT) • Tasso Jereissati (PSDB/CE) • Tião Viana (PT/AC)
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (21 sim) – unânime
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (66 sim; 03 não; 01 abstenção)
Data	21/05/03
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • José Agripino (Senador – DEM/RN) • Aristides Junqueira (Ex-procurador da República) • Reginaldo de Castro (Ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - compõe a mesa) • Familiares de Joaquim Barbosa • Ministra Matilde Ribeiro (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – compõe mesa)

	<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Paim (PT/RS) - Presidente do Senado em exercício (compõe a mesa) • Luiz Alberto (Deputado - PT/BA) • Vicentinho (Deputado - PT/SP) • Dr. Franklin (Procurador da República, mencionado por Demóstenes Torres)
--	--

Ministro **Eros Grau** (Eros Roberto Grau)

Presidente do Senado Federal	José Sarney (PMDB/AP)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Edison Lobão (PMDB/MA)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Pedro Simon (PMDB/RS)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Aelton Freitas (PR/MG) • Aloizio Mercadante (PT/SP) • Alvaro Dias (PSDB/PR) ** • Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) • Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) • Arthur Virgílio (PSDB/AM) • César Borges (PR/BA) • Demóstenes Torres (DEM/GO) • Eduardo Azeredo (PSDB/MG) • Eduardo Suplicy (PT/SP) • Efraim Moraes (DEM/PB) • Fernando Bezerra (PTB/RN) • Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN)

	<ul style="list-style-type: none"> • Jefferson Pérez (PDT/AM) • João Alberto Souza (PMDB/MA) • João Ribeiro (PR/TO) • José Jorge (PFL/PE) • José Maranhão (PMDB/PB) • Leomar Quintanilha (PMDB/TO)** • Leonel Pavam (PSDB/SC) • Luiz Otávio (PMDB/PA) • Magno Malta (PR/ES) ** • Maguito Vilela (PMDB/GO) • Marcelo Crivella (PRB/RJ)** • Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ** • Ney Suassuna (PMDB/PB) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Rodolpho Tourinho (PFL/BA) • Romero Jucá (PMDB/RR)** • Serys Slhessarenko (PT/MT) • Tasso Jereissati (PSDB/CE) • Tião Viana (PT/AC) • ** faltas justificadas
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (20 sim) – unanimidade
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (57 sim; 05 Não; 03 abstenções)
Data	26/05/04
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • José Agripino (Senador – DEM/RN) • Ramez Tabet (Senador – PMDB/MS)

Ministro **Ricardo Lewandowski** (Enrique Ricardo Lewandowski)

Presidente do Senado Federal	Renan Calheiros (PMDB/AL)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Ramez Tebet (PMDB/MS)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • César Borges (DEM/BA) • Demóstenes Torres (Ex DEM/GO) • Edison Lobão (PMDB/MA) • José Jorge de Vasconcelos Lima (PFL/PE) • João Batista Motta (PSDB/ES) • Álvaro Dias (PSDB/PR) • Arthur Virgílio (PSDB/AM) • Juvêncio César da Fonseca (PSDB/MS) • Aloizio Mercadante (PT/SP) • Eduardo Suplicy (PT/SP) • Fernando Bezerra (PTB/RN) • Magno Malta (PR/ES) • Ramez Tebet (PMDB/MS) • Maguito Vilela (PMDB/GO) • José Maranhão (PMDB/PB) • Romero Jucá (PMDB/RR) • Amir Lando (PMDB/RO) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Jefferson Péres (PDT/AM) • Romeu Tuma (PTB/SP) • José Agripino (DEM/RN)

	<ul style="list-style-type: none"> • Rodolpho Tourinho (PFL/BA) • Eduardo Azeredo (PSDB/MG) • Geraldo Mesquita Júnior (PMDB/AC) • Delcídio Amaral (PT/MT) • Sérgio Zambiasi (PTB/RS) • Sibá Machado (PT/AC) • Marcelo Crivella (PRB/RJ) • Luiz Otávio (PMDB/PA) • Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN) • Ideli Salvatti (PT/SC) • Serys Slhessarenko (PT/MT) • Antônio Carlos Valadares * (PSB/SE)
	* Ausentes
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (22 sim; 01 Não)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (63 sim; 04 Não)
Data	09/02/06
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • Wellington Salgado (Senador – PMDB/MG) • Gilvam Borges (Senador – PMDB/AP) • Ana Júlia Carepa (Senadora – PT/PA) • Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente) • Rodrigo Collaço (Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB)

Ministra Cármen Lúcia (Cármen Lúcia Antunes Rocha)

Presidente do Senado Federal	Renan Calheiros (PMDB/AL)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Eduardo Azeredo (PSDB/MG)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Aloizio Mercadante (PT/SP) ** • Amir Lando (PMDB/RO) ** • Alvaro Dias (PSDB/PR) • Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) • Antônio João (PTB/MS)* • Arthur Virgílio (PSDB/AM) • César Borges (PR/BA) • Demóstenes Torres (Ex DEM/GO) • Edison Lobão (PMDB/MA) • Eduardo Azeredo (PSDB/MG) • Eduardo Suplicy (PT/SP) • Fernando Bezerra (PTB/RN) • Garibaldi Alves (PMDB/RN) • Ideli Salvatti (PT/SC) • Jefferson Pérez (PDT/AM) • João Batista Motta (PSDB/ES) ** • Jorge Bornhausen (PFL/SC) • José Agripino (DEM/RN) • José Jorge (PFL/PE) • José Maranhão (PMDB/PB) • Juvencio da Fonseca (PSDB/MS) • Leonel Pavan (PSDB/SC) • Lucia Vânia (SEM PARTIDO/GO)

	<ul style="list-style-type: none"> • Luiz Otávio (PMDB/PA) • Magno Malta (PR/ES) • Marcelo Crivella (PRB/RJ) • Osmar Dias PDT/PR) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Ramez Tebet PMDB/MS) • Romero Jucá (PMDB/RR) • Romeu Tuma (PTB/SP)* • Serys Slhessarenko (PT/MT) • Sibá Machado (PT/AC) • Tasso Jereissati PSDB/CE) • Wellington Salgado (PMDB/MG) *
	*Suplentes
	** Faltas justificadas
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (23 sim) – unanimidade
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (55 sim; 01 não)
Data	17/05/06
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • Roberto Busato, presidente da OAB (compôs a mesa) • Sebastião Afonso Viana Macedo Neves “Tião Viana” (Senador – PT/AC) • Ney Robinson Suassuna “Ney Suassuna” (Senador PMDB/PB)

Ministro Menezes Direito (Carlos Alberto Menezes Direito)

Presidente do Senado Federal	Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Marco Maciel (DEM/PE)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Valter Pereira (PMB/MS)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Eduardo Suplicy (PT/SP) • Aloizio Mercadante (PT/SP) • Epitácio Cafeteira (PTB/MA) • Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) • Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Valdir Raupp (PMDB/RO) • Romero Jucá (PMDB/RO) • Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) • Valter Pereira (PDT/MT) • Gilvam Borges (PMDB/AP) • Adelmir Santana (DEM/DF) • Demóstenes Torres (EX DEM/GO) • Edison Lobão (PMDB/MA) • Romeu Tuma (PTB/SP) • Arthur Virgílio (PSDB/AM) • Eduardo Azeredo (PSDB/MG) • Tasso Jereissati (PSDB/CE) • Jefferson Péres (PDT/AM) • Inácio Arruda (PC do B/CE) • Marcelo Crivella (PRB/RJ) • João Ribeiro (PR/TO) • Magno Malta (PR/ES)

	<ul style="list-style-type: none"> • José Nery Azevedo (PSOL/PA) • Paulo Duque (PMDB/RJ) • Neuto de Conto (PMDB/SC) • Jayme Campos (DEM/MT) • Antonio Carlos Júnior (DEM/BA) • Flexa Ribeiro (PSDB/PA) • Marconi Perillo (PSDB/GO) • Osmar Dias (PDT/PR) • Serys Slhessarenko (PRB/MT) • Ideli Salvatti (PT/SC) • Kátia Abreu (PMDB/GO) • Sibá Machado * (PT/AC) • Lúcia Vânia * (PSB/GO) <p>* Ausente</p>
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (22 sim, 01 branco)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (61 sim; 02 Não; 01 abstenção)
Data	29/08/07
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • José Agripino (Senador DEM/RN) • Heráclito Fortes (Senador PSB/PI) • Aldir Passarinho Júnior (Ministro aposentado do STJ) • Antonio Herman Vasconcellos e Benjamin (Ministro do STJ) • Maria Thereza de Assis Moura (Ministra do STJ) • José Arnaldo da Fonseca (Ministro aposentado do STJ) • Eduardo Ribeiro (Ministro aposentado do STJ) • Aldir Passarinho (Ministro aposentado do STJ) • Grijalbo Coutinho (Presidente da Presidente da ANAMATRA) • Ministro Paulo da Costa Leite (Ministro aposentado do STJ)

Ministro **Dias Toffoli** (José Antonio Dias Toffoli)

Presidente do Senado Federal	José Sarney (PMDB/AP)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Demóstenes Torres (DEM/GO)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Francisco Dornelles (PP/RJ)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Adelmir Santana (DEM/DF) • Almeida Lima (PMDB/SE) • Aloizio Mercadante (PT/SP) • Álvaro Dias (PSDB/PR) • Antonio Carlos Junior (DEM/BA) * • Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) • Arthur Virgílio (PSDB/AM) • Augusto Botelho (SEM PARTIDO/RR) • César Borges (PR/BA) • Demóstenes Torres (DEM/GO) • Eduardo Azeredo (PSDB/MG) • Eduardo Suplicy (PT/SP) • Efraim Moraes (DEM/PB) • Eliseu Resende (DEM/MG) • Flávio Torres (PDT/CE) * • Flexa Ribeiro (PSDB/PA) • Francisco Dornelles (PP/RJ) • Gilvam Borges (PMDB/AP) • Joege Afonso Argello (PTB/DF) * • João Pedro (PT/AM) * • José Agripino (DEM/RN) • Katia Abreu (PMDB/TO) • Lúcia Vânia (SEM PARTIDO/GO) *

	<ul style="list-style-type: none"> • Marco Maciel (DEM/PE) • Marconi Perillo (PSDB/GO) • Osmar Dias (PTB/PR) • Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) * • Pedro Simon (PMDB/RS) • Renato Casagrande (PSB/ES) • Romero Jucá (PMDB/RR) • Romeu Tuma(PTB/SP) • Sergio Guerra (PSDB/PE) • Serys Slhessarenko (PT/MT) • Tasso Jereissati (PSDB/CE) • Valdir Raupp (PMDB/RO) • Valter Pereira (PMDB/MS) * • Wellington Salgado (PMDB/MG) * • *ausentes
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (20 sim, 03 não)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (64 sim; 02 não; 01 abstenção)
Data	30/09/09
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • Magno Malta (Senador – PR/ES) • Renan Calheiros (Senador – PMDB/AL) • José Paulo Sepúlveda Pertence (Ministro aposentado do STF) • Ministro Aldir Passarinho (Ministro aposentado do STJ) • Fernando Mattos (Presidente Ajufe) • Estefânia Viveiros (Presidente OAB/DF) • Carlos Alberto Menezes Filho (filho do Ministro aposentado do STF, Carlos Alberto Menezes Direito) • Sigmaringa Seixas (advogado)

	<ul style="list-style-type: none"> • José Carlos Toffoli, José Eduardo Toffoli e José Ticiano Toffoli (irmãos de Dias Toffoli) • Arnold Wald • Herman Benjamin (Ministro do STJ) • Benedito Gonçalves (Ministro do STJ) • José Eduardo Cardoso (Deputado) • Marcelo Itagiba Biscaia (Deputado) • Amir Lando (Ex-senador) • Raul Bernardo (AGU e ex-deputado) • Luís Felipe Salomão (Ministro STJ) • João Campos (Deputado federal) • Paes Landim (Deputado federal) • Airtton Soares (Ex-deputado federal) • Paulo Maluf (Deputado Federal) • Jorge Maluly (Deputado Federal) • Dr. Rosinha (Deputado Federal) • Ministra Maria Elisabeth Guimarães Teixeira Rocha (STM) • Abelardo Camarinha (Deputado Federal) • Vinícius Camarinha (Deputado Federal)
--	--

Ministro **Luiz Fux** (Luiz Fux)

Presidente do Senado Federal	José Sarney (PMDB/AP)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Marcelo Crivella (PRB/RJ)

Composição da CCJ do Senado Federal

- Aécio Neves (PSDB/MG)
- Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
- Álvaro Dias (PSDB/PR)
- Ana Rita (PT/ES)
- Aníbal Diniz (PT/AC)
- Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)
- Armando Monteiro (PTB/PE)
- Benedito de Lira (PP/AL)
- Demóstenes Torres (DEM/GO)
- Eduardo Amorim (PSC/SE)
- Eduardo Braga (PMDB/AM)
- Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
- Francisco Dornelles (PP/RJ)
- Gilvam Borges (PMDB/AP)
- Gim Argello (PTB/DF)
- Inácio Arruda (PC do B/CE)*
- João Ribeiro (PR/TO)
- José Pimentel (PT/CE)
- Kátia Abreu (PMDB/TO)*
- Lindbergh Farias (PT/RJ)
- Lobão Filho (PMDB/MA)
- Luiz Henrique (PMDB/SC)
- Magno Malta (PR/ES)
- Marcelo Crivella (PRB/RJ)
- Marinor Brito (PSOL/PA)
- Mário Couto (PSDB/PA)
- Marta Suplicy (PT/SP)
- Paulo Bauer (PSDB/SC)

	<ul style="list-style-type: none"> • Pedro Taques (PDT/MT) • Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) • Renan Calheiros (PMDB/AL) • Roberto Requião (PMDB/PR) • Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) • Romero Jucá (PMDB/RR) • Sérgio Petecão (PSD/AC) • Valdir Raupp (PMDB/RO) • Vanessa Grazziotin (PC do B/AM) • Vicentinho Alves (PR/TO) • Vital do Rego (PMDB/PB) • Waldemir Moka (PMDB/MS) • Wilson Santiago (PMDB/PB) • Ausentes
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (23 sim) - unanimidade
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (68 sim; 02 Não)
Data	09/02/11
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • Nelson Tomaz Braga (CNJ) - compôs a mesa • Luís Felipe Salomão (Ministro do STJ) • Aldir Passarinho (Ministro do STJ) • Marcelo Rossi Nobre (Conselheiro do CNJ) • Roberto Rosas (Ministro do TSE) • Carlos Fernando Mathias (Ministro aposentado do STJ) • Gabriel Wedy (Presidente da Ajufe)

Ministra **Rosa Weber** (Rosa Maria Weber Candiota da Rosa)

Presidente do Senado Federal	José Sarney (PMDB/AP)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Romero Jucá (PMDB/RR)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Aécio Neves (PSDB/MG) • Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) • Álvaro Dias (PSDB/PR) • Ana Rita (PT/ES) • Aníbal Diniz (PT/AC) • Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) • Armando Monteiro (PTB/PE) • Benedito de Lira (PP/AL) • Cícero Lucena (PSDB/PB) • Clésio Andrade (PMDB/MG) • Demóstenes Torres (DEM/GO) • Eduardo Braga (PMDB/AM) • Eduardo Suplicy (PT/SP) • Francisco Dornelles (PP/RJ) • Gim Argello (PTB/DF) • Inácio Arruda (PC do B/CE) • Jorge Viana (PT/AC) * • José Pimentel (PT/CE) • Lúcia Vânia (PSDB/GO) • Luiz Henrique (PMDB/SC) • Magno Malta (PR/ES) • Marcelo Crivella (PRB/RJ) • Marinor Brito (PSOL/PA)

	<ul style="list-style-type: none"> • Marta Suplicy (PT/SP) • Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Pedro Taques (PDT/MT) • Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) • Renan Calheiros (PMDB/AL) • Ricardo Ferraço (PMDB/ES) • Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) • Romero Jucá (PMDB/RR) • Sérgio Petecão (PSD/AC) • Valdir Raupp (PMDB/RO) • Vital do Rego (PMDB/PB) • Waldemir Moka (PMDB/MS) • * Ausentes
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (19 sim 03 Não)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (57 sim; 14 Não; 01 abstenção)
Data	06/12/11
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • Aloysio Silva Corrêa da Veiga (Ministro do TST) - compõe a mesa • Horácio Raimundo de Senna Pires (Ministro do TST) - compõe a bancada • Walmir Oliveira da Costa (Ministro do TST) - compõe a bancada • Maurício Godinho Delgado (Ministro do TST) - compõe a bancada • Katia Magalhães Arruda (Ministra do TST) - compõe a mesa • Augusto Cesar Leite de Carvalho (Ministro do TST) - compõe a mesa

	<ul style="list-style-type: none"> • José Roberto Freire Pimenta (Ministro do TST) - compõe a bancada • Delaíde Alves Miranda Arantes (Ministra do TST) - compõe a mesa • Luis Philippe Vieira de Mello Filho (Ministro do TST) • Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira (Ministro do TST) • Nelson Thomas Graga (Desembargador do TRT/RJ 1ª Região) • Hugo Carlos Scheuermann (juiz convocado para o TST) • Renato Henry Sant'anna (Presidente Anamatra) • Demétrio Pires Weber Candiota da Rosa (filho de Rosa Weber) • Roberto Caldas (juiz ad hoc da Corte Interamericana de Direitos Humanos) • Julieta Fajardo Albuquerque (Subprocuradora Geral da República) • Sebastião Vieira Caixeta (Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) • Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima (Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) • Dr. Henrique Nelson Calandra (presidente AMB)- compõe a bancada.
--	--

Ministro **Teori Zavascki** (Teori Albino Zavascki)

Presidente do Senado Federal	José Sarney (PMDB/AP)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Renan Calheiros (PMDB/AL)

Composição da CCJ do Senado Federal

	<ul style="list-style-type: none">• Aécio Neves (PSDB/MG)• Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)• Álvaro Dias (PSDB/PR)• Ana Rita (PT/ES)• Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)• Armando Monteiro (PTB/PE)• Benedito de Lira (PP/AL)• Eduardo Amorim (PSC/SE)• Eduardo Braga (PMDB/AM)• Eduardo Lopes (PRB/RJ)• Eduardo Suplicy (PT/SP)• Eunício Oliveira (PMDB/CE)• Flexa Ribeiro (PSDB/PA)• Francisco Dornelles (PP/RJ)• Gim Argello (PTB/DF)• Humberto Costa (PT/PE)• Inácio Arruda (PC do B/CE)• Jorge Viana (PT/AC)• José Agripino (DEM/RN)• José Pimentel (PT/CE)• Lobão Filho (PMDB/MA)• Lucia Vânia (PSDB/GO)• Luiz Henrique (PMDB/SC)• Magno Malta (PR/ES) *• Paulo Bauer (PSDB/SC)• Pedro Simon (PMDB/RS) *• Pedro Taques (PDT/MT)• Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Renan Calheiros (PMDB/AL) • Ricardo Ferraço (PMDB/ES) • Roberto Requião (PMDB/PR) • Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) • Romero Jucá (PMDB/RR) • Sérgio Petecão (PSD/AC) * • Tomás Correia (PMDB/RO) • Vital do Rego (PMDB/PB) <p>* Ausentes</p>
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (18 sim; 01 abstenção)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (57 sim; 04 Não)
Data	26/09/12
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • Ministro Aldir Passarinho (Ministro aposentado do STJ) • Ministro Sepúlveda Pertence (Ministro aposentado do STF) • Ministro Aldir Passarinho Junior (Ministro aposentado do STJ) • Dr. Nino Toldo (Presidente da Associação dos Juizes Federais) • Professor Roberto Rosas • Maria Helena (juíza federal e esposa de Teori Zavascki) • Liliana (advogada e filha de Teori Zavascki) • Ministro Humberto Martins (Ministro do STJ) • Ministro Herman Benjamin (Ministro do STJ) • Ministro Napoleão Nunes Maia (Ministro do STJ) • Ministro Mauro Campbell Marques (Ministro do STJ) • Ministro Castro Meira (Ministro aposentado do STJ) • Desembargador Calandra (Presidente da AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros) • Ministro Hamilton Carvalhido (Ministro aposentado do STJ)

	<ul style="list-style-type: none"> • Tício Lins e Silva (CNJ) • Nelson Calandra (Desembargador Presidente da AMBN) • Ricardo Villas Boas Cueva (Ministro STJ) • Paulo de Tarso (Ministro STJ) • Alderita Oliveira (Desembargadora do TJPE) • Marco Aurélio Bellizze (Ministro do STJ) • José Arthur (Juiz e Vice-Presidente da Ajufe) • Luiz Carlos Madeira (Ministro do TSE) • Arnaldo Esteves Lima (Ministro aposentado do STJ) • Dr. Nino Toldo (Juiz Federal e Presidente da Ajufe) • Napoleão Nunes Maia Filho (Ministro do STJ) • José de Castro Meira (Ministro aposentado do STJ) • Herman Benjamin (Ministro do STJ) • Mauro Campbell Marques (Ministro do STJ) • Humberto Martins (Ministro do STJ) • Dr. Tício Lins e Silva (ex-conselheiro do CNJ) • Drª Salete Zavascki Turra (irmã do Ministro Teori Zavascki) • Dr. Dário Turra (Cunhado de Teori Zavascki) • Bruno Dantas (Conselheiro do CNJ) • Ney José de Freitas (Ex conselheiro do CNJ) • Levine Artiaga (Juiz Criminal, convidado pela Corregedoria do CNJ)
--	--

Ministro **Roberto Barroso** (Luís Roberto Barroso)

Presidente do Senado Federal	Renan Calheiros (PMDB/AL)
Presidente da CCJ do Senado Federal	Vital do Rego (PMDB/PB) / Aníbal Diniz (PT/AC)

Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Vital do Rego (PMDB/PB)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Aécio Neves (PSDB/MG) • Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) • Álvaro Dias (PSDB/PR) • Ana Rita (PT/ES) • Ângela Portela (PT/RR) • Aníbal Diniz (PT/AC) • Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) • Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) * • Armando Monteiro (PTB/PE) • Ataídes Oliveira (PSDB/TO) • Benedito de Lira (PP/AL) • Blairo Maggi (PR/MT) • Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) • Cléssio Andrade (PMDB/MG) • Eduardo Braga (PMDB/AM) • Eduardo Lopes (PRB/RJ) • Eduardo Suplicy (PT/SP) • Eunício Oliveira (PMDB/CE) • Flexa Ribeiro (PSDB/PA) • Francisco Dornelles (PP/RJ) • Gim Argello (PTB/DF) • Humberto Costa (PT/PE) • Inácio Arruda (PC do B/CE) • José Agripino (DEM/RN) • José Pimentel (PT/CE) • Lídice da Mata (PSB/BA) • Luiz Henrique (PMDB/SC)

	<ul style="list-style-type: none"> • Magno Malta (PR/ES) • Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) • Pedro Simon (PMDB/RS) • Pedro Taques (PDT/MT) • Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) • Ricardo Ferraz (PMDB/ES) • Roberto Requião (PMDB/PR) • Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) • Romero Jucá (PMDB/RR) • Sérgio Petecão (PSD/AC) • Sérgio Souza (PMDB/PR) • Valdir Raupp (PMDB/RO) • Vicentinho Alves (PR/TO) • Vital do Rego (PMDB/PB) • Wellington Dias (PT/PI) <p>* Ausentes</p>
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (26 sim; 01 Não)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (59 sim; 06 Não)
Data	05/06/13
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • Senador Jayme Campos (Senador DEM/MT) • Carlos Ayres Britto (Jurista e Ministro Aposentado do Supremo Tribunal Federal STF) • Sepúlveda Pertence (Ministro Aposentado do STF) • Carlos Mário da Silva Velloso (Jurista e Ex-Presidente do STF) • Valter Shuênquener (Juiz Auxiliar do Ministro do STF) • Luiz Fux (Ministro do Superior Tribunal de Justiça)

	<ul style="list-style-type: none"> • Sidnei Beneti (Ministro do STJ) • Sebastião Reis Júnior (Ministro do STJ) • Marco Aurélio Belizze (Ministro do STJ) • Luís Felipe Salomão (Ministro do STJ) • Ricardo Villas Boas Cueva (Ministro do STJ) • Herman Benjamin (Ministro do STJ) • Gilberto Valente (Conselheiro do CNJ) • Guilherme Calmo (Conselheiro do CNJ) • Bruno Dantas (Conselheiro do CNJ) • Ney José de Freitas (Desembargador Federal do Trabalho e CNJ) • Marcus Vinicius Furtado Coelho (Presidente do Conselho Federal da OAB – fez parte da mesa) • Cláudio Pereira de Souza Neto (Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB) • Felipe Santa Cruz (Presidente da OAB/RJ) • Mauro Menezes (Advogado Membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República) • Alde Santos Júnior (Procurador do Estado do Rio de Janeiro) • José Afonso da Silva (Jurista Especialista em Direito Constitucional) • Roberto Caldas (Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos) • Flávio Pansieri (Presidente do Conselho Fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional) • Néviton Guedes (Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região) • Diógenes V. Hassan Ribeiro (Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros)
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Alessandro Molon (Deputado Federal) • Roberto Bernardes Barroso (Advogado e Pai do Indicado, Dr. Luís Roberto Barroso) • Bernardo Barroso (Filho do Indicado, Dr. Luís Roberto Barroso) • Fernanda Tórtima (Advogada e Secretária-Geral Adjunta da OAB/RJ) • Lucia Léa Guimarães Tavares (Procuradora-Geral do Estado do Rio de Janeiro) • Tereza Barroso (Advogada e Esposa do Indicado) • Luna Barroso (Filha do Indicado Dr. Luís Roberto Barroso) • Eduardo Mendonça (professor) • Gustavo Tepedino (professor da UERJ e advogado)
--	--

Ministro **Edson Fachin** (Luiz Edson Fachin)

Presidente do Senado Federal	Renan Calheiros (PMDB/AL)
Presidente da CCJ do Senado Federal	José Maranhão (PMDB/PB) – Presidente da CCJ José Pimentel (PT/CE) - Vice-Presidente da CCJ - presidiu parte da sessão em 12/05/2015.
Relator do parecer na CCJ do Senado Federal	Álvaro Dias (PSDB/PR)
Composição da CCJ do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Jorge Viana (PT/AC) • Humberto Costa (PT/PE) • Acir Gurgacz (PDT/RO) • Benedito de Lira (PP/AL)

	<ul style="list-style-type: none"> • Ciro Nogueira (PP/PI) • Eunício Oliveira (PMDB/CE) • Edison Lobão (PMDB/MA) • Ricardo Ferraço (PMDB/ES) • Romero Jucá (PMDB/RR) • Valdir Raupp (PMDB/RO) • Jader Barbalho (PMDB/PA) • José Maranhão (PMDB/PB) • José Agripino (DEM/RN) • Ronaldo Caiado (DEM/GO) • Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) • Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) • Antonio Anastasia (PSDB/MG) • Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) • Roberto Rocha (PSB/MA) • Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) • Eduardo Amorim (PSC/SE) • Marcelo Crivella (PRB/RJ) • Magno Malta (PR/ES) • Delcídio do Amaral (PT/MS) • Lindbergh Farias (PT/RJ) • Zezé Perrella (PDT/MG) • Paulo Paim (PT/RS) • Ivo Cassol (PP/RO) • Roberto Requião (PMDB/PR) • Omar Aziz (PSD/AM) • Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN) • Waldemir Moka (PMDB/MS)
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Dário Berger (PMDB/SC) • Sérgio Petecão (PSD/AC) • Raimundo Lira (PMDB/PB) • Álvaro Dias (PSDB/PR) • Ataídes Oliveira (PSDB/TO) • José Medeiros (PPS/MT) • Douglas Cintra (PTB/PE) • Blairo Maggi (PMDB/MT) • Elmano Férrer (PTB/CE) • Gleisi Hoffmann (PT/PR) • Fátima Bezerra (PT/RN) • Simone Tebet (PMDB/MS) • Ângela Portela (PT/CE) • Ana Amélia (PP/RS) • Rose de Freitas (PMDB/ES) • Maria do Carmo Alves (DEM/SE) • Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) • Marta Suplicy (PMDB/SP) • Lasier Martins (PDT/RS) • Hélio José (PSD/DF)
Votação na CCJ do Senado Federal	Sim (20 Sim; 07 Não)
Votação no Plenário do Senado Federal	Sim (52 Sim; 27 Não)
Data	12/05/15
Outros comparecimentos registrados	<ul style="list-style-type: none"> • Bruno Dantas (Ministro do Tribunal de Contas da União) • Luciana Lóssio (Ministra do Tribunal Superior Eleitoral) • Beto Richa (Governador do Estado do Paraná)

	<ul style="list-style-type: none"> • Maria Aparecida Borghetti (Vice-Governadora do Estado do Paraná) • Ademar Traiano (Deputado - Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná) • Ivan Lelis Bonilha (Presidente do Tribunal de Contas do Paraná) • José Richa Filho (Secretário de Estado de Infraestrutura do Paraná) e Maria Tereza Uille Gomes (Secretária de Estado de Justiça do Paraná) • Morgana Richa (Conselheira do Conselho Nacional de Justiça) • Rosana Amara Girardi Fachin (Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná e esposa de Edson Fachin) • Antônio César Bochenek (Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil) • Antonio Lopes de Noronha (Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná) • Carlos Eduardo de Azevedo Lima (Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) • Flávio Croce Caetano (Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário) • Paulo Roberto Vasconcelos (Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná) • Gabriel de Carvalho Sampaio (Secretário do Ministério da Justiça) • Camila Fachin e Melina Fachin (filhas de Edson Fachin) e André Dias e Marcos Gonçalves (genros de Edson Fachin) • Cláudio Pereira de Souza Neto (Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil) • René Ariel Dotti (Professor da Universidade Federal do Paraná)
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Manoel Caetano Ferreira Filho (Procurador do Estado do Paraná e Professor)
--	--